

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL

IVAN PASTA ZANNI

O nascimento das línguas românicas: um processo ecoevolucionário de especiação

Versão original

São Paulo

2017

IVAN PASTA ZANNI

O nascimento das línguas românicas: um processo ecoevolucionário de especiação

Versão original

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Semiótica e Linguística Geral.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Evani de Carvalho Viotti

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Z32n Zanni, Ivan Pasta Zanni
O nascimento das línguas românicas: um processo
ecoevolucionário de especiação / Ivan Pasta Zanni
Zanni ; orientadora Evani de Carvalho Viotti Viotti.
- São Paulo, 2017.
114 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Linguística. Área de
concentração: Semiótica e Linguística Geral.

1. Evolução das línguas. 2. Línguas românicas. 3.
Latim. 4. Linguística histórica. I. Viotti, Evani de
Carvalho Viotti, orient. II. Título.

ZANNI, Ivan P. **O Nascimento das línguas românicas**: um processo ecoevolucionário de especiação. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Semiótica e Linguística Geral.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho às três deusas que me mantiveram no mundo dos vivos durante os últimos três anos: Atena, Afrodite e Iara Baptista Pasta.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a Dr^a Evani de Carvalho Viotti, por ser, mais do que uma orientadora, uma mentora.

Ao Prof. Dr. Thomas Daniel Finbow, inspirador da concepção inicial deste trabalho e fornecedor de inestimáveis recursos para sua realização.

Ao Prof. Dr. José Luiz Fiorin e ao Prof. Dr. Moacyr Novaes, pelas contribuições realizadas durante o exame de qualificação.

Aos Profs. Drs. Marcelo Ferreira, Marcos Lopes, Olga Coelho, Ronald Mendes e Valéria Condé, pelas aulas de pós-graduação que compuseram minha formação.

A todos os meus professores de graduação e aos funcionários do Departamento de Linguística, que possibilitaram a minha educação superior.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo apoio financeiro, por meio de bolsa de estudos (processo 134381/2015-7), foi imprescindível ao desenvolvimento da pesquisa.

A todos os meus outros familiares, de sangue ou não, que contribuíram para a minha formação e felicidade.

A todos os indivíduos que, em suas interações comunicativas inseridas neste meio ambiente no qual recrudescer e silva um conservadorismo covarde e estúpido, mantêm hábitos linguísticos libertários, igualitários e fraternos.

Tudo isso lhe passou pela cabeça, sem a forma
precisa do raciocínio e da reflexão,
mas em tumulto e rápido.

(MACHADO DE ASSIS, 1884)

RESUMO

ZANNI, Ivan P. **O nascimento das línguas românicas**: um processo ecoevolucionário de especiação. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Este trabalho busca fazer uma contribuição epistemológica para os estudos sobre o nascimento das línguas românicas e sua convivência com o latim. Tal contribuição toma a forma de uma revisão da literatura sobre o assunto à luz de princípios teóricos que encaram as transformações linguísticas como um processo ecológico e evolucionário (Mufwene, 2008). Partindo da concepção de que as línguas são sistemas complexos, dinâmicos e abertos, compostos por idioletos inerentemente variáveis, esta pesquisa examina as maneiras como fatos históricos de natureza política e cultural atuaram como pressões ecológicas para a evolução do latim em direção à especiação dos romances. Em particular, o papel do Renascimento Carolíngio como disparador de um amplo processo de categorização de tais línguas, conforme estudado por Wright (1982), é analisado a partir dessa perspectiva ecoevolucionária. Este trabalho inclui uma comparação da concepção de língua adotada aqui e da análise histórica que ela fundamenta com outras concepções e análises mais correntes, para explicitar algumas das vantagens do posicionamento assumido. A conclusão é que as fronteiras entre as línguas românicas foram fundamentadas sobre a elaboração de uma percepção metalinguística, embora as maneiras vastamente variáveis como essas línguas são de fato usadas tenha evoluído a partir do acúmulo histórico de interações comunicativas concretas influenciadas por determinada ecologia social.

Palavras-chave: Linguística histórica. Latim. Línguas românicas. Evolução das línguas.

ABSTRACT

ZANNI, Ivan P. **The birth of the Romance languages**: an ecoevolutionary speciation process. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This work attempts to make an epistemological contribution to the studies on the birth of Romance languages and their coexistence with Latin. That contribution is structured as a review of the literature on the subject, according to principles that consider the transformations of languages as an ecological and evolutionary process (Mufwene, 2008). Based on the fact that languages are complex, dynamic and open systems, composed by inherently variable idiolects, this research examines the ways in which historical facts of political and cultural nature have acted as ecological pressures over the evolution of Latin and its speciation into Romance languages. In particular, the role of the Carolingian Renaissance as the starting point of a wide process of development of a categorization of such languages, as studied by Wright (1982), is analyzed according to that ecoevolutionary perspective. This work includes a comparison between the concept of language adopted here and the historical analysis grounded on it, and the mainstream concepts and analyses, in order to highlight some of the advantages of the chosen stance. The conclusion is: the frontiers between Romance languages have been built upon the construction of metalinguistic awareness, although the vastly variable ways in which those languages are effectively used have evolved from a historical accumulation of concrete communicative interactions influenced by a certain social ecology.

Keywords: Historical linguistics. Latin. Romance languages. Evolution of languages.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 UMA CONCEPÇÃO ECOEVOLUCIONÁRIA DE LÍNGUA.....	14
2.1 Breve Panorama de Concepções Tradicionais de Língua.....	14
2.2 Fundamentos Teóricos Ecoevolucionários para Estudos Linguísticos.....	18
2.3 O Mecanismo da Evolução Linguística e a Formação das Línguas Comuns.....	25
3 ECOLOGIAS EXTERNAS A LATIM E ROMANCES.....	36
3.1 O Latim sob o Poderio de Roma.....	36
3.2 Um Meio Ambiente para Especiação, Nascimento e Morte.....	43
4 HIPÓTESES CONSAGRADAS SOBRE O PROCESSO DE ESPECIAÇÃO.....	51
4.1 Bilinguismo (e Trilinguismo) Societário.....	51
4.2 Diglossia.....	59
4.3 Monolinguismo Complexo.....	66
5 A ESPECIAÇÃO DAS LÍNGUAS ROMÂNICAS EM SI.....	70
5.1 Uma Língua que era Várias.....	70
5.2 Formas de Escrita em Estado de Monolinguismo Complexo.....	74
5.3 Pressões Ecológicas de Natureza Política Atuam sobre a Evolução Linguística.....	82
5.4 Os Pioneiros da Escrita Vernácula.....	88
5.5 Emergência e Oficialização das Ortografias Românicas.....	92
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS.....	111

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é fazer uma contribuição epistemológica aos debates de linguística histórica sobre como as línguas românicas nasceram, diferenciando-se do latim e umas das outras. Essa contribuição toma a forma de uma leitura crítica da literatura sobre o assunto, limitada a três das perspectivas teóricas mais influentes no meio acadêmico contemporâneo – e elegendo uma delas, a hipótese do monolinguismo complexo (Wright, 1982), para embasar reflexões mais aprofundadas. Tais reflexões configuram-se como uma interpretação da história do latim e das línguas românicas a partir de uma perspectiva ecoevolucionária.¹ Essa perspectiva teórica preconiza o estudo da língua em uso, em toda a sua complexidade e dinamismo empíricos, encarada como um fenômeno emergente das condições ecológicas em que está inserido, as quais influenciam sua permanente evolução (Mufwene, 2008).

Segundo essa concepção de língua, o nascimento dos romances, objeto desta pesquisa, seria um processo histórico de especiação. Uma espécie linguística – o latim – formada por inumerável variedade de idioletos parcialmente semelhantes, dissimilou-se em novas espécies: o francês, o espanhol, o italiano, o português etc.. Esse processo ocorreu em consequência de uma miríade de causas, dentre as quais uma série de fatos históricos de natureza política e cultural figurou com proeminência. Tais fatos formaram a ecologia em que o latim evoluiu, as línguas românicas nasceram como novas espécies que também evoluem permanentemente, e o latim por fim morreu.

A descrição do nascimento, especiação e morte dessas línguas deve lidar com algumas limitações inerentes à linguística histórica, que são particularmente relevantes para uma perspectiva ecoevolucionária. Já alerta Banniard (2013) que as fontes de dados linguísticos são inevitavelmente incompletas. No caso do latim, há grande quantidade de documentos dos quais podem ser extraídos dados empíricos de língua em uso para estudo. Mas tais dados são todos de modalidade escrita. Da modalidade oral, só restam evidências indiretas, referências escritas à fala. Tais referências são comumente influenciadas por atitudes normativas ou incorrem em imprecisões, o que as torna pouco confiáveis. E mesmo a documentação escrita é assimétrica com relação às variedades linguísticas representadas.

¹ O termo “ecoevolucionário” é uma criação do autor desta dissertação, com o fim de tornar a leitura do documento mais fluida. O linguista que traçou os princípios teóricos assim designados (Mufwene, 2008) faz uso frequente dos termos “ecologia”, “evolução” e seus derivados, adotando os conceitos por eles denominados como fundamentos de seu ponto de vista sobre a língua e as línguas. Daí a fusão das palavras.

Certos períodos, regiões de origem, gêneros discursivos e mesmo estilos autorais estão profusamente documentados, enquanto que, de outros, só restam fragmentos – ou nem isso. O linguista que pretende estudar empiricamente uma língua à qual só tem acesso por meio de tais dados precisa se conformar a somente emitir hipóteses. A qualidade de tais hipóteses dependerá de sua coerência interna, assim como da coerência com os princípios teóricos adotados, com os indícios fornecidos por ciências correlatas e com os dados escritos disponíveis, generalizados apenas muito cuidadosamente (pp. 58-65). A perspectiva teórica ecoevolucionária aqui adotada precisa restringir-se a desenvolver e sugerir concepções mais complexas e dinâmicas do que aquelas que circulam presentemente sobre o problema abordado, ao invés de resolver definitivamente problemas científicos específicos. Afinal, essa perspectiva dedica-se em primeiro lugar a estudar a vida das línguas em uso, em toda a sua complexidade, e o latim é língua morta.

Ou seja, levados em conta os fins e os fundamentos teóricos deste trabalho, não lhe é possível nem vantajoso o trabalho com dados linguísticos concretos. Eles não apenas são insuficientes como também, considerados em suas particularidades idioletais, não formariam um alicerce unificado e sólido para uma análise de longo alcance. Em virtude disso, a pesquisa foi realizada com base na literatura científica já produzida sobre as características do latim e das línguas românicas, a periodização de sua especiação e suas relações com a história social. Três perspectivas teóricas bem-sucedidas na produção de estudos sobre o tema foram examinadas: a hipótese filológica de bilinguismo societário, a hipótese diglósica e a hipótese do monolinguismo complexo.² As três trazem contribuições às reflexões aqui desenvolvidas, mas a hipótese de monolinguismo complexo (Wright, 1982) é a mais compatível com um ponto de vista ecoevolucionário. Segundo essa hipótese, não havia diferença entre latim e romance(s) na Alta Idade Média, mas apenas um conjunto extremamente heterogêneo de hábitos comunicativos cujos usuários enxergavam como uma só língua. As reformas carolíngias do século IX teriam elaborado deliberadamente uma variedade linguística eclesiástica, em grande parte artificial, que, reservando-se a denominação de latim, viria a separar-se radicalmente dos falares cotidianos. A partir de então, uma série de fatos históricos contribuiria para a dissimilação e categorização progressivas das várias línguas românicas e para a morte do latim.

À primeira vista, essa hipótese pode parecer inconciliável com uma concepção de língua como a de Mufwene (2008), e de fato há pontos de conflito entre os dois autores que

² Foram também contempladas algumas variantes dessas hipóteses, como a de trilinguismo societário e a de espectroglossia.

não podem ser reduzidos a uma síntese harmoniosa. Para Mufwene, línguas devem ser entendidas como agrupamentos artificiais de variados idioletos, agrupamentos estes criados por linguistas e outros estudiosos. Para ele, o que existe é a materialidade do uso, uma série histórica de interações comunicativas concretas ocorridas em situações irrepetíveis (p. 3). Já Wright, embora não se comprometa com nenhuma hipótese forte sobre a natureza essencial das línguas, parece encará-las como entidades abstratas reais. Contudo, os pressupostos variacionistas desse autor se desdobram, em sua obra e nos debates que ela motivou entre filólogos e linguistas, numa visão complexa, dinâmica e aberta do processo histórico pelo qual nasceram os romances. É nesse aspecto que Mufwene e Wright se aproximam; demonstrar a fecundidade de tal aproximação, por meio de uma análise ecoevolucionária da especiação das línguas românicas a partir de seu estado de monolinguismo complexo, é o objetivo central deste trabalho.

Tal análise deve enriquecer os debates sobre a história do latim e das línguas românicas, sobre como as línguas em geral se transformam ao longo do tempo e sobre a própria definição de língua. Este trabalho não pretende solucionar um problema científico determinado, mas sim contribuir para a construção do pensamento científico por meio da abertura de novas perspectivas sobre problemas já conhecidos. Para a romanística e os estudos do latim, um ponto de vista ecoevolucionário possibilita pesquisas sobre as características idioletais de documentos específicos. Para a linguística histórica, abre espaço para trabalhos sobre as influências ecológicas de fatos históricos em processos evolutivos. Para a linguística em geral, estimula reflexões inovadoras sobre a categorização de línguas, os elementos fundamentais da comunicação, os objetos de estudo da ciência linguística e as fronteiras do campo com outras áreas.

Essas contribuições estão organizadas nos cinco capítulos seguintes. O capítulo 2 expõe os fundamentos teóricos ecoevolucionários que guiam a pesquisa, comparando-os com outras linhas teóricas mais difundidas, para explicitar com mais clareza as particularidades da perspectiva adotada. O capítulo 3 examina a história social dos ambientes em que o latim e os romances evoluíram, para determinar como os fatos históricos exerceram pressões ecológicas sobre tal evolução. O capítulo 4 compara hipóteses tradicionais sobre os padrões de uso das línguas românicas e do latim no final da Antiguidade e na Idade Média, para demonstrar que a hipótese do monolinguismo complexo é a mais coerente com os princípios teóricos que guiam este trabalho. O capítulo 5 parte de estudos realizados por linguistas adeptos da hipótese do monolinguismo complexo para analisar mais detidamente o processo de especiação das línguas românicas em si mesmo. O capítulo 6 apresenta as considerações finais.

2 UMA CONCEPÇÃO ECOEVOLUCIONÁRIA DE LÍNGUA

Este capítulo descreve a perspectiva teórica adotada por esta pesquisa como ponto de partida para a análise do processo de especiação das línguas românicas a partir do latim. Trata-se de uma concepção de língua que diverge dos modelos mais tradicionais e predominantes no campo. Primeiramente, três desses modelos serão rapidamente esboçados, para que fique claro seu contraste com a perspectiva adotada. Em seguida, os princípios fundamentais de tal perspectiva serão expostos e explicados.³

2.1 Breve Panorama de Concepções Tradicionais de Língua

O programa de investigação científica sobre línguas que mais tradicionalmente tem algo a dizer sobre o latim e os romances é a filologia. Segundo Vasconcelos (1913), o termo “filologia” já é empregado em escritos de matriz grega desde o século III a.C., pelo menos. Nessa época, o termo tinha uma acepção genérica, de amor ao conhecimento sistemático que pudesse ser adquirido a partir de leituras. Mas afirma a autora que, a partir do século II a.C., a filologia assume uma feição mais formal. Ela passa a ser, nesse período, uma empreitada de sistematização das ciências e artes helênicas, particularmente da literatura (p. 130). Vasconcelos informa que o tempo e o espaço haviam se tornado obstáculos para a erudição: as modificações históricas da língua grega dificultavam a leitura das obras que os próprios helênicos consideravam tesouros de sua cultura; e a disseminação dessas obras pela extensão do Império Macedônio, com suas diferenças regionais, não era algo simples. A compreensão de autores antigos (datados até do século VIII a.C.) exigia tanto um saber especializado sobre a linguagem que empregavam quanto conhecimentos enciclopédicos de toda ordem (p. 138). Assim sendo, a filologia já nasce com as seguintes características:

- estudo da linguagem inserida na história;
- integração dos estudos de língua e cultura;
- atenção especial à palavra escrita;
- valorização de tesouros literários tradicionais.

³ A estrutura deste capítulo e grande parte de seus argumentos, no que tange às relações entre diferentes concepções de língua e aos processos de transformação de línguas ao longo da história, foram embasados em Viotti (2013).

Tais características mantêm-se em destaque na filologia do começo do século XX (Vasconcelos, 1913: 143-145).⁴ As duas primeiras características são coerentes com a perspectiva teórica adotada por este estudo, como ficará claro mais adiante neste capítulo. Isso significa que conquistas teóricas realizadas pela filologia poderão ser aproveitadas na análise a ser encetada. Contudo, as duas últimas características listadas acima não são totalmente compatíveis com uma concepção ecoevolucionária de língua. Em primeiro lugar, se, por um lado, a atenção especial à palavra escrita será uma necessidade prática do estudo de línguas mortas, por outro, as hipóteses levantadas e discutidas sobre a especiação das línguas românicas a partir do latim levarão em conta todas as possibilidades de reflexão sobre a fala, concebida como matriz da escrita. Em segundo lugar, a valorização dos tesouros literários tradicionais não é uma preocupação desta pesquisa, que visa a investigar como se dá o uso linguístico cotidiano, mais do que sua estilização. Embora os filólogos antigos reconhecessem na fala coloquial a mesma língua empregada na escrita poética, davam maior importância a esta. Segundo Vasconcelos (1913), os romanos da República e do Império chegavam a considerar filologia o cultivo especificamente da língua, literatura e cultura helênicas (p. 138). A pesquisa que aqui se desenvolve não pretende ser cultivo ou preservação, e sim investigação das relações entre língua, história, política e cultura que resultaram num processo ecoevolucionário de especiação.

Até o presente momento, os princípios e métodos filológicos continuam sendo os mais empregados no estudo do latim e das línguas românicas medievais. Contudo, pontos de vista sobre o que seja a língua, diferentes daqueles estabelecidos pela filologia, desenvolveram-se e prosperaram no século XX. Essas concepções de língua não a consideram mais o tesouro de um povo. As duas perspectivas mais fortes no âmbito da linguística do século XX concordam em ver a língua e as línguas como sistemas abstratos. Para o estruturalismo, trata-se de um sistema psicossocial de oposição de valores (Saussure, 2010: 22-23). Para o gerativismo, trata-se de um sistema cognitivo de regras computacionais codificadas na dotação genética da espécie (Chomsky, 1995: 4-6 e 14). De ambos os pontos de vista, que tiveram impacto preponderante nas pesquisas e na própria filosofia da linguística nos últimos cem anos, são fundamentais ao estudo da língua e das línguas a descrição das estruturas que possibilitam o uso linguístico, mais do que o uso linguístico em sua realidade empírica e concreta. Os estruturalistas dedicam-se a estudar a *langue*, e encaram a *parole* como derivada desta e imponderável na sua heterogeneidade constitutiva (Saussure, 2010: 26-

⁴ As correntes mais modernas dão menos ênfase à valorização de tesouros literários nacionais, mas mantêm firmes as outras três características (cf. Bassetto, 2005).

27). Os gerativistas procuram estabelecer os princípios e parâmetros que formam a competência linguística, e encaram a performance como derivada desta e infensa a um estudo sistemático devido à interferência de fatores externos à gramática universal (Chomsky, 1995: 14-20). Ou seja, ambos esses grupos adotam como objetos teóricos entidades abstratas, depuradas de uma infinidade de particularidades empíricas que, embora presentes nos fenômenos estudados, não são relevantes para o tipo de estudo empreendido. Os elementos mais multiformes e variáveis do uso linguístico são sistematicamente desconsiderados ou sintetizados nas análises, para que se possa chegar a generalizações descritivas e explicativas de largo alcance. Esse comportamento é basilar para o método científico, e resultou em conquistas de grande valor para a linguística. Contudo, não é esta a postura adotada no desenvolvimento deste trabalho. O objeto de estudo eleito para esta pesquisa não é *langue* nem competência, e sim o uso linguístico em toda a sua complexidade multiforme, variável e mutável.

Em particular, a mutabilidade das línguas ao longo do tempo é um fenômeno empírico cuja descrição e explicação têm se colocado como desafios para as concepções de língua acima apresentadas. Todas as línguas naturais mudam ao longo da história, e esse fato inegável não é facilmente compatibilizado com noções rigorosas sobre os sistemas abstratos que regeriam os usos linguísticos. Se existe uma estrutura imanente e internamente coerente de valores ou regras que permitem a comunicação, qual mecanismo histórico poderia ter acesso a esse sistema e alterar tais valores ou regras? Caso as relações entre eles se alterem, a ordem estrutural do sistema não cai por terra? O estruturalismo explica a mudança linguística como uma sucessão linear de sincronias estruturadas, sucessão esta em que, a cada passo, todo o sistema se modifica em reação a uma alteração fortuita, advinda da *parole*, de modo que as oposições de valores continuem válidas em nova configuração (Saussure, 2010: 94-96 e 103-107). Já o gerativismo atribui a mudança ao funcionamento dos parâmetros, princípios gramaticais universais que podem ser marcados diferentemente em línguas diferentes – ou em períodos diferentes de uma mesma língua, ocasionando mudanças de uma geração para outra (Chomsky, 1995: 5-6). Como ambas essas explicações encaram as mudanças linguísticas segundo sua conformação a sistemas abstratos, e não segundo as vicissitudes do uso linguístico concreto, nenhuma delas é adotada em qualquer medida neste trabalho. Há, porém, uma terceira explicação, que fornece subsídios à investigação do processo de especiação das línguas românicas a partir do latim que esta pesquisa pretende realizar.

O estruturalismo e o gerativismo trouxeram aos estudos linguísticos concepções fortes de língua. Mas as contribuições ao estudo das relações entre língua e tempo, espaço e sociedade foram trazidas pela sociolinguística. Segundo Weinrich, Labov & Herzog (2006), esta é uma perspectiva teórica que não se compromete com uma definição rigorosa do que seja a essência da língua, podendo inclusive manter-se compatível com a noção estruturalista de sistema de oposição de valores ou a gerativista de gramática universal. Contudo, a sociolinguística se debruça sobre o fato de que, mesmo que a língua seja de fato um sistema abstrato, tal sistema não é atualizado em uso linguístico sempre da mesma maneira. Há possibilidades alternativas para a expressão de um mesmo significado, opções de formas linguísticas diversas que se adequam aos mesmos contextos, pronúncias que, embora diferentes, são reconhecidas como emissões de uma mesma palavra. Ou seja, a sociolinguística encara cada língua como uma heterogeneidade ordenada, em que os elementos linguísticos disponíveis para uso são inerentemente variáveis (pp. 87-88 e 103).

Os sociolinguistas usam o substantivo “variável” para referir-se à identidade abstrata de um elemento linguístico que pode ser realizado concretamente de diversas formas; e usam o substantivo “variante” para designar cada uma dessas formas particulares. Um conjunto de variantes tipicamente empregado por certo grupo social forma uma “variedade”. A realização de uma variante linguística ao invés de outra da mesma variável permite que um indivíduo seja reconhecido como membro de um grupo social caracterizado pela variedade linguística que tipicamente emprega. Tais grupos sociais podem ser definidos de diversas maneiras, que correspondem a determinada terminologia. Quando uma variedade é definida por sua circunscrição temporal, pelo período histórico ou faixa etária de que é característica, fala-se em variação diacrônica. Quando a circunscrição é espacial, geográfica, fala-se em variação diatópica. Quando uma variedade é definida pela camada, classe, estamento, casta etc. que a emprega mais caracteristicamente, fala-se em variação diastrática. A variação circunstancial, acessível a um mesmo indivíduo conforme a situação em que se encontra, seu nível de formalidade e o(s) interlocutor(es) a que se dirige, é denominada variação diafásica. A fala cotidiana, a variedade diafásica que determinado indivíduo ou grupo usa em situações informais, coloquiais, de maior relaxamento, é denominada vernáculo (Beline, 2005, pp. 121-125). Todos esses termos técnicos serão empregados ao longo deste trabalho.

Os estudos sociolinguísticos mais tradicionais, em grande parte guiados por Weinrich, Labov & Herzog (2006), se concentram no estabelecimento de correspondências quantitativas entre variedades linguísticas e grupos sociais, bem estabelecidos por macrocategorias tais como sexo, gênero, faixa etária, posição socioeconômica, local de

origem etc. A partir de tais correspondências, cada variedade, assim como cada língua, será descrita não segundo padrões fixos, e sim como um conjunto de tendências probabilísticas ao emprego de uma ou outra variante de cada variável linguística. Essas tendências dependem da própria estruturação das macrocategorias sociais envolvidas no padrão das variedades linguísticas: conforme a sociedade se modifica, modifica-se a constituição das macrocategorias, e isso tem influência sobre a constituição das variedades linguísticas. É assim que, ao longo da história, as tendências probabilísticas ao emprego de uma ou outra variante se alteram e as línguas mudam (pp. 96-103, 107-110 e 121-125).

Não é ainda essa perspectiva, caracterizada pela metodologia quantitativa fundamentada no trabalho com macrocategorias sociológicas, que será empregada por este trabalho. Há uma vertente da sociolinguística, um conjunto de princípios teóricos e concepções de língua e da transformação das línguas ao longo do tempo, que se dedica a estudar a complexidade inerente aos fenômenos linguísticos, encarados como fenômenos de evolução influenciados por pressões ecológicas. É essa sociolinguística ecoevolucionária que guiará as investigações sobre o processo de especiação das línguas românicas que se pretende fazer aqui, e é essa sociolinguística que será apresentada abaixo.

2.2 Fundamentos Teóricos Ecoevolucionários para Estudos Linguísticos

Os princípios abaixo expostos foram traçados por Mufwene (2008). Os objetos de estudo de maior interesse do autor são as línguas crioulas, o contato entre línguas e a evolução das línguas. Com o fito de estudar esses objetos, Mufwene se vale de uma concepção de língua diversa daquelas, mais tradicionais, citadas acima. Tal concepção encara a língua como um sistema complexo, dinâmico e autoadaptativo em permanente estado de variação e evolução, em função de pressões exercidas pelo meio ambiente em uma escala de micro-interações.⁵ Interessam a Mufwene, mais do que abstrações e sistemas, as interações comunicativas concretas e o uso de língua por indivíduos reais, nas suas particularidades idioletais e circunstanciais. Para estudar fenômenos tão multiformes e móveis, o autor busca princípios das teorias da complexidade e paralelos com a biologia evolucionária e com a ecologia. Esses conceitos fundamentais à compreensão do pensamento de Mufwene –

⁵ Como será exposto abaixo, uma concepção como essa esvazia a língua de seu estatuto de entidade categoricamente definível. Ela passa a ser vista como algo permanentemente móvel, múltiplo e nunca igual a si mesmo: um processo mais do que uma entidade. Por isso, conforme a argumentação for se desenvolvendo ao longo deste capítulo e no restante do trabalho que se segue, o próprio termo “língua” passará a ser cada vez menos empregado e, quando o for, será em acepção aproximativa e vaga.

complexidade, idioleto, evolução, ecologia, interação, variação – serão explicados nos parágrafos seguintes.

Não há aqui o espaço necessário para uma exploração exaustiva do que sejam as teorias da complexidade. Deverá bastar que sejam elencadas algumas de suas características principais, informadas por Baicchi (2015), Kretzschmar Jr. (2010) e Viotti (2013). Essas teorias buscam evitar o reducionismo ao lidar com objetos de estudo que são sistemas formados por grande quantidade de elementos heterogêneos, interrelacionados em uma multiplicidade de níveis e maneiras. Tais sistemas complexos são também dinâmicos e autoadaptativos, ou seja, nunca se tornam estruturas estáticas. Sistemas complexos são aqueles cujos componentes estão em permanente movimento, adaptando-se às mudanças locais de contexto e de sua própria configuração, com novas configurações emergindo localmente a partir de mudanças anteriores. Assim, os fenômenos emergentes são comuns no âmbito de um sistema complexo. Por fim, tais sistemas são abertos: nunca existem exclusivamente em função de seus próprios componentes, mas recebem novos elementos do meio que os cerca e liberam novos elementos a esse meio. Nunca estão isolados de estruturas e sistemas vizinhos, mas em constante troca de influências com eles.

Um exemplo de sistema complexo dado por Mufwene (2008) é o trânsito de veículos automotivos em uma rodovia de grande porte. O tráfego é um sistema de movimento coletivo, que ocorre em função do movimento de cada um dos veículos individuais envolvidos – e cada um desses veículos é único, diferente de todos os outros. Um veículo estabelece diversas relações de movimento (direção, sentido, velocidade, aceleração) não somente com os outros veículos mais próximos, cuja influência pode ser percebida e arbitrada pelo motorista, mas também com os mais distantes. Caso ocorra um acidente a certa altura da pista, por exemplo, a totalidade das fileiras de carros que avançam na direção do acidente terá seu movimento afetado, numa reação em cadeia. Mas os motoristas tomam decisões baseadas nessas reações em cadeia, optando por abandonar uma via, ou trocar de pista, ou regular sua velocidade segundo o padrão de tal ou qual veículo que sirva de guia, conforme as condições que encontram. Os veículos não avançam todos da mesma maneira, mas adaptam-se dinamicamente aos comportamentos uns dos outros. Adaptam-se ainda às condições climáticas, ao estado de conservação do asfalto, às vizinhanças da rodovia, ao policiamento, a animais e pessoas que cruzem a pista etc. Dessas múltiplas adaptações emergem soluções *ad hoc* para problemas de tráfego específicos, que são seguidas por diversos veículos devido à sua eficácia local. Por exemplo, todos podem optar por desviar-se de um buraco pela esquerda caso seja este o lado onde há mais espaço (pp. 63-67). Ou seja, os elementos do sistema tecem

inúmeras relações entre si e também com entidades externas, componentes de outros sistemas complexos (dos quais o clima é um exemplo clássico), em uma teia de conexões que segue certos padrões, mas que não pode ser reduzida a uma previsibilidade algorítmica. Tais padrões de comportamento são dinâmicos, móveis e mutáveis, e regidos pelas necessidades que os elementos componentes do sistema encontram de adaptar-se à mutabilidade e mobilidade das condições em que existem, do sistema como um todo e de sistemas que o englobam ou a ele se avizinham.

Além do trânsito, exemplos de sistemas complexos, dinâmicos, autoadaptativos e abertos incluem redemoinhos em correntezas d'água, comportamentos de revoadas e cardumes, fractais, o estabelecimento de vilas medievais pelo território europeu e a evolução biológica (cf. Kretzschmar Jr., 2010). É com este último caso que Mufwene opta por comparar o uso linguístico, estudado em toda a sua complexidade dinâmica, em estado permanente de evolução e em relação constante com o meio ambiente. De acordo com Viotti (2013), a língua em uso, observada na microescala da interação de dois indivíduos que se comunicam, tem as características de um sistema complexo. Os recursos, tanto verbais quanto de outras naturezas, que estão disponíveis para criação de enunciados, existem em grande número e diversidade, especialmente se considerada a possibilidade de variação que incide sobre cada um deles. Quando tais recursos são de fato empregados em interação, é o comportamento de um interlocutor a principal influência sobre o comportamento do outro, demandando adaptação constante dos atos comunicativos. Além disso, uma infinidade de influências externas, tais como ruídos, presença de testemunhas, local e momento da interação, entre outras, têm participação na comunicação. Toda essa complexidade cresce exponencialmente quando se considera como objeto de estudo não apenas uma interação, mas um idioleto, e mais ainda a língua de uma comunidade (pp. 13-28). Não foi à toa que Saussure (2010) afirmou ser a linguagem multiforme e heteróclita (p. 17). Para seus herdeiros estruturalistas, assim como para tantos outros grupos de estudiosos da língua, era necessário reduzir as múltiplas formas heteróclitas da linguagem a um sistema o mais simples e elegante possível. Para Mufwene, é preciso enfrentar o desafio de abarcar, pela descrição e explicação, o máximo da complexidade e dinamismo constitutivos dos fatos empíricos de língua em uso.

Mufwene (2008) adota como ponto de partida de sua abordagem, como unidade mínima do estudo de língua em uso, o idioleto. Cada indivíduo tem uma maneira sistemática e particular de interagir linguisticamente com outros indivíduos. Os padrões seguidos por uma pessoa ao comunicar-se formam a unidade fundamental de língua, segundo a perspectiva do autor (pp. 3 e 15). Antes de qualquer sistema abstrato, o que existe de fato são seres humanos

interagindo na tentativa de alcançar seus objetivos específicos, e para tanto, eles interagem segundo certas tendências comportamentais verificáveis. A partir daí, das interações linguísticas concretas entre indivíduos, é que emergirão os padrões de comunicação que formarão uma língua comunal. Dessa perspectiva, o que existe com certeza são as interações, e o sistema de signos que está envolvido nelas precisa ser delas derivado. Esse processo de desenvolvimento de uma língua comunal a partir de interações concretas entre indivíduos providos de idioletos diversos é, em sua natureza, evolutivo.

É preciso frisar que o termo “evolução” não é empregado por Mufwene em referência à evolução da capacidade linguística como parte da dotação genética da espécie humana. Seus trabalhos até 2008 (e este trabalho) não voltam atenção para tal aspecto filogenético da língua como resultado da evolução biológica, mas sim para a investigação das maneiras como as línguas específicas evoluem. O autor prefere o termo “evolução” a “mudança” para diferenciar o viés que adota daqueles preferidos por linhas teóricas mais tradicionais que também estudam relações entre língua e tempo. Dentre os aspectos da evolução linguística sobre os quais ele se debruça estão o nascimento e a morte de línguas, em particular a especiação. A filologia e a linguística histórica mais tradicional descrevem principalmente os resultados dos processos de mudança, classificando línguas e variedades conforme suas relações familiares. Mas há pouco ferramental teórico próprio dessas linhas de pesquisa que possa ser aplicado à descrição dos processos em si, especialmente aqueles que resultam na diferenciação de uma língua em diversas outras novas (pp. 16-17). Sendo este o objeto de investigação do presente trabalho, a preocupação de Mufwene com o tema e suas reflexões sobre ele merecem atenção.

A evolução linguística, como o autor a aborda, ocorre de maneira semelhante à evolução biológica. Contudo, os paralelos efetuados entre essas duas disciplinas não são aqueles preferidos pela filologia do século XIX. Nessa época, quando as teorias de Darwin foram publicadas pela primeira vez, muitos linguistas adotaram também um ponto de vista evolucionário sobre as línguas. Porém, encararam a evolução como teleologia: um processo de aprimoramento direcionado a uma finalidade perfeita. Segundo Mufwene (2008), essa interpretação da teoria da evolução não se sustenta, pois a teoria de Darwin encara a evolução como adaptação, e não como aprimoramento (pp. 12-13). Não existe um ponto final da existência biológica que os organismos e espécies busquem de alguma maneira. O que existem são condições ambientais variáveis e mutáveis que exercem pressões ecológicas sobre os organismos e espécies. Aqueles que mais bem respondem às pressões sobrevivem e disseminam seu material genético, de modo que as linhagens se adaptam ao ambiente. Um

processo análogo afeta os idioletos, que são sistemas complexos, dinâmicos, autoadaptativos e abertos, prontos a modificar-se conforme as condições circunstanciais e históricas. As línguas românicas não abandonaram grande parte dos paradigmas flexionais característicos do latim em algum processo de aprimoramento (ou decadência), mas sim em reação a condições históricas que eram propícias a tais alterações. Nenhum idioleto e nenhuma língua comunal viva e efetivamente usada é prisioneiro de suas próprias regras, como demonstram as constantes inovações nos padrões de comunicação.

O meio ambiente no qual existe um idioleto é o próprio falante inserido na realidade das práticas linguísticas. Cada idioleto se constitui a partir de uma longa série de experiências de interação linguística pelas quais passa o indivíduo. Em sua mente, convivem recursos linguísticos à disposição para interpretação e uso em novas situações de comunicação.⁶ Desde os elementos linguísticos que constituem variantes de uma mesma variável até aqueles que não têm relação direta explícita com ela, todos os componentes de um idioleto convivem. Eles se relacionam uns aos outros, e tais relações influenciam como e quando serão usados. Desse modo, as variantes linguísticas que compõem um idioleto formam uma ecologia interna de interrelações e influências cruzadas. Um exemplo de língua inglesa dado por Mufwene (2008: 19) é a emergência da forma *dove* para o passado de *dive*, por analogia com *drove* (*drive*) e *rose* (*rise*).

Mas as variantes linguísticas que compõem um idioleto não recebem influências apenas umas das outras. Fatores que não são caracteristicamente linguísticos e não fazem parte do sistema idioletal *per se* exercem também pressão sobre as maneiras como a língua é usada. São relevantes fatores sociais, tais como o nível de formalidade de uma situação de interação, o prestígio de que gozam certas formas em desfavor de outras, o interesse do interactante em construir uma face e uma identidade. Há também pressão de fatores biológicos, a exemplo da constituição das pregas vocais de cada indivíduo, a possibilidade de um interactante ter sua voz afetada por uma doença, ou a acuidade auditiva do interlocutor (para só citar questões relacionadas à comunicação oral). Outras influências importantes são puramente físicas, como a interferência de sons externos a uma conversação, a iluminação do ambiente, a presença ou ausência de vento. Todos esses são fatores que os interactantes levam

⁶ A origem desses recursos que circulam entre a mente do interactante e o mundo em que a língua é efetivamente usada será explicada mais adiante. O caráter inerentemente cíclico da concepção ecoevolucionária de língua dificulta, em certa medida, uma exposição linear de seus princípios. O que se pode dizer por ora é que a origem dos recursos linguísticos que compõem um idioleto está no acúmulo de interações linguísticas em que o usuário desse idioleto engajou-se, ao longo de sua existência, com outros indivíduos. Ou seja, a relação entre idioletos e interações linguísticas se assemelha à relação entre ovos e galinhas.

em consideração (conscientemente ou não) na criação de enunciados. Eles compõem aquilo que Mufwene (2008: 20-21) denomina a ecologia externa do idioleto.

A maneira como cada recurso linguístico será usado depende sempre das condições do meio. Essa ecologia externa é formada por elementos das naturezas mais diversas, todos compondo seus próprios sistemas complexos, que englobam ou se avizinham aos sistemas linguísticos. A história pessoal do indivíduo, sua cultura, preferências particulares, interesses políticos, assim como as características do seu corpo e da posição deste no mundo físico, exercem pressão ecológica sobre a maneira como o idioleto se estrutura e é usado. Um exemplo bastante relevante para este trabalho é a influência da conquista romana dos povos celtas no processo pelo qual estes vieram a adotar o latim como vernáculo, em lugar de suas línguas antigas. Uma série de fatores históricos e sociais que serão analisados adiante exerceram pressão ecológica para que isso ocorresse.

A maneira como uma ecologia externa se constitui no próprio interactante demonstra o caráter aberto do sistema complexo que é o idioleto. Mufwene considera essa ecologia como sendo externa porque ela se compõe de elementos que não são caracteristicamente linguísticos. Contudo, ela faz parte da interioridade do interactante, de sua própria mente individual (p. 17). Isso significa que as mentes individuais incluem elementos sociais – além de elementos biológicos e físicos que não se limitam à composição celular e molecular do cérebro, mas refletem a configuração física e biológica do meio ambiente. Todos esses elementos são incorporados pelo indivíduo a partir das interações reais e concretas nas quais se engaja. Não se trata de algum tipo de atavismo, mas sim da adaptação do indivíduo ao próprio meio ambiente em que vive. Assim como cada interactante é meio ambiente para seu idioleto, esse mesmo interactante está inserido em um meio ambiente maior, de natureza física, biológica e social. O indivíduo tem necessidade de adaptar-se às pressões ambientais sofridas, e troca elementos de sua própria constituição, como matéria e energia, com o meio. O interactante é também ele um sistema complexo, permeável aos sistemas complexos mais amplos que o cercam e ocasionam sua existência. Assim, assume as formas mais adequadas possíveis à sobrevivência nesse meio, formas estas que exercem pressão sobre seu idioleto. Assim se estabelece e se processa a influência da ecologia externa sobre a língua. Por exemplo, a educação formal é um fenômeno social, que depende de vontade política, investimento econômico, planejamento burocrático, execução envolvendo forças de trabalho, assim como condições históricas propícias para instituir-se e prosperar. Os efeitos da educação formal, contudo, são incorporados por cada indivíduo que passa por ela, afetando seu idioleto.

As pressões ecológicas, todavia, somente podem fomentar a evolução caso incidam sobre um sistema formado por elementos diversificados. As espécies biológicas evoluem apenas porque são compostas de organismos individualmente diferentes, que reagem diferencialmente às mesmas pressões ecológicas. Fossem eles idênticos, não poderia haver a seleção natural dos mais aptos, pois todos seriam igualmente aptos. Para que a língua possa ser analisada como fenômeno evolutivo, portanto, é preciso que se assuma que ela é internamente variável. Esse fato já foi demonstrado pela sociolinguística, e passa a ser adotado por Mufwene (2008: 19) como pressuposto – embora o prosseguimento de sua argumentação, reproduzido adiante, vá explicar dialeticamente a existência da variação também como consequência do mecanismo evolutivo.

A variação linguística é ubíqua: não há nenhum nível de análise, nenhum elemento linguístico, nenhum modo de usar a língua que esteja infenso à variação. Sempre há sons alternativos, sentidos alternativos, formas, regras e estruturas linguísticas alternativas que tornam cada uso de língua a atualização de uma possibilidade entre outras, não o resultado da aplicação de regras monolíticas. Por exemplo, Kretzschmar (2010) relata haver isolado trinta variantes fonéticas para a vogal em *fifth*, trinta e quatro variantes lexicais para *mantel*, cento e cinquenta e quatro variantes fonéticas para a vogal em *fog* e mais de duzentas variantes lexicais para *cloudburst*, somente nos estados atlânticos centrais e sulistas dos EUA (pp. 273-276). Todas essas palavras e pronúncias estão disponíveis para a comunidade, e é provável que muitas delas convivam em um mesmo idioleto.

Cada idioleto, portanto, é composto de elementos linguísticos variáveis de todas as ordens. Há sempre uma multiplicidade de variantes adequadas a funções similares em situações diversas – situações estas inevitavelmente diversificadas pela heterogeneidade inerente ao meio ambiente. A cada momento, o interactante dispõe de mais de uma opção para se comunicar com seus interlocutores. Essas opções se diferenciam segundo seus traços fonológicos, semânticos e gramaticais. O acúmulo de traços linguísticos diferentes, disponíveis para uso segundo sua adequação a cada contexto, cria o que Mufwene (2008) chama um banco de traços (*feature pool*), que o interactante pode acessar para construir seus enunciados. Nesse banco de traços estão contidas as possibilidades reais de uso linguístico, atualizadas por combinações realizadas *in situ* e *ad hoc*. De maneira análoga ao banco genético de uma população biológica (*gene pool*), o banco de traços linguísticos traz em si o material básico a partir do qual serão construídos os idioletos e os enunciados (p. 17).

Esses são os componentes básicos da língua, na sua realidade material, complexa, dinâmica e autoadaptativa. Um idioleto se caracteriza por sua individualidade sistemática,

definido como é pelas particularidades das ecologias interna (mais propriamente linguística) e externa (social, biológica, física) que formam o indivíduo que exercita tal idioleto. Mesmo sendo único, porém, ele é usado em interação. O banco de traços linguísticos de um idioleto entra em contato frequente com os bancos de traços de outros idioletos. Assim, os traços podem ser compartilhados, e estruturar-se em uma língua comunal em permanente evolução. A maneira como isso ocorre está descrita abaixo.

2.3 O Mecanismo da Evolução Linguística e a Formação das Línguas Comunais

Quando se engaja em uma situação de comunicação, cada interactante tem à sua disposição uma multiplicidade de variantes linguísticas para emissão e interpretação de enunciados. O interactante seleciona para uso, dentre todos os recursos à sua disposição, aqueles que serão efetivamente empregados em cada situação concreta. Tal seleção é baseada na percepção do próprio interactante (consciente ou não) de quais traços linguísticos presentes nas variantes são mais adequados ao contexto específico em que se encontra. A configuração do meio ambiente muda a cada ato comunicativo, e deve ser levada em conta na seleção de variantes.

Isso significa que os traços linguísticos e as variantes que os contêm estão em permanente competição, segundo Mufwene (2008). Compartilhando um meio ambiente cujas pressões ecológicas podem silenciá-los e impedi-los de manifestar-se no uso, os elementos linguísticos competem pela oportunidade de figurar em enunciados. Os competidores mais aptos aos ambientes em que circulam são selecionados para uso e, assim, sobrevivem. Os menos aptos são esquecidos (p. 4). A sobrevivência, neste caso, pode ser equiparada a arraigamento. O arraigamento, segundo Viotti (2013) é um processo neuro-cognitivo que torna cada vez mais fácil, rápida e inconsciente uma atividade que seja repetida. Eventos semelhantes (já que não há nunca eventos absolutamente idênticos) são processados pelo sistema nervoso humano por meio dos mesmo percursos, tornando-se rotinas incorporadas pelo organismo. Esse processo tem natureza gradual, com cada iteração de um mesmo tipo de comportamento reforçando positivamente seu arraigamento – do mesmo modo que um reforço negativo pode advir da diminuição da frequência das repetições, devido a quaisquer fatores circunstanciais (pp. 28-29).

Quanto maior a frequência com que um competidor linguístico é selecionado para uso, tanto mais firme o seu posicionamento na estrutura de um idioleto, e tanto mais automática e provável a sua seleção para usos futuros. É a partir desse processo de

arraigamento que os idioletos tornam-se internamente sistemáticos, ou seja, funcionam como padrões de comportamento relativamente previsíveis que permitem a um indivíduo comunicar-se de certa maneira identificável, habitual e internamente coerente. Quanto mais frequente o uso de um elemento linguístico, maior a tendência a que ele venha a ser usado novamente: a recorrência alimenta a si mesma. Contudo, tais recorrências nunca deixam de ser tendências para tornar-se regras rigorosas. O idioleto é sempre permeável às modificações contextuais, às transformações dos outros sistemas complexos que o cercam e constituem seu meio ambiente. Pressões ecológicas inovadoras (ou o enfraquecimento de pressões anteriores) podem modificar radicalmente os padrões idioletais.

É preciso destacar que a competição e a seleção linguísticas, assim como suas contrapartes biológicas, não envolvem arbítrio ou deliberação. Quando Mufwene (2008) afirma que variantes e traços linguísticos competem entre si pelas oportunidades de uso, isso não significa que eles optem por competir ou adotem atitudes competitivas. Não se está dizendo que os elementos linguísticos sejam dotados de qualquer tipo de volição, mas apenas que eles se posicionam uns em relação aos outros de modo a exercer pressões mútuas e sistêmicas, as quais desfavorecem a convivência estável e tendem a promover alguns desses elementos em desfavor de outros. Da mesma maneira, quando um interactante seleciona uma variante para uso comunicativo, em função da adequação de seus traços à situação de interação, ele não necessariamente realiza uma análise linguística consciente das opções à sua disposição. Tais seleções são feitas em função de uma multiplicidade de fatores ecológicos, mas isso não significa que o interactante saiba quais são eles e raciocine deliberadamente sobre eles (p. 20).

Por exemplo, um indivíduo nativo de Santa Catarina, nascido no início da década de 1990, pode haver aprendido que a palavra que designa um recipiente adequado à conservação de materiais escolares de pequeno porte é “penal”. Caso esse indivíduo migre, ainda durante a infância, para a cidade de São Paulo, provavelmente será exposto à palavra “estojo”. Ambas as variantes farão parte do seu idioleto, e estarão em situação de competição para uso em situações de interação. A competição ocorre simplesmente porque não é possível realizar as duas variantes simultaneamente nos momentos em que é preciso designar o tal recipiente. Os traços linguísticos que compõem cada variante são diferentes e, presentes no banco de traços que compõe o idioleto em questão, serão selecionados para uso conforme sua adequação às situações de interação específicas. O uso da palavra catarinense “penal” pode ser percebido desfavoravelmente pelos interlocutores paulistanos do migrante. Haverá, nesse caso, uma pressão contrária à inclusão dessa palavra em enunciados, advinda de situações concretas de

interação. É provável que o indivíduo que usa a palavra “penal” incorpore tais pressões à ecologia externa de seu idioleto, conscientemente ou não. Pode ser que haja outras influências fortes o suficiente para contrabalançar a pressão negativa, tais como um orgulho bairrista, ou uma particularidade do aparelho vocal do indivíduo que o faça pronunciar “eſtojo” (forma que pode motivar discriminação por parte da maioria dos interactantes que pronuncia “estojo”). Não havendo tais pressões, a nova palavra provavelmente será selecionada para uso cada vez com mais frequência, em virtude de seus traços mais adequados ao ambiente. As frequências de uso de “estojo” e “penal” podem tornar-se tão díspares que uma das variantes predomine francamente sobre a outra.

A partir da competição e da seleção de elementos linguísticos componentes de um idioleto, ocorrem a interpretação e emissão de enunciados. Os enunciados, usos concretos da língua, são emitidos e interpretados invariavelmente em situações de interação, tendo fins comunicativos. Esses fins são vastamente variáveis, abarcando todo o espectro das motivações pragmáticas concebíveis que levam indivíduos a interagir. Quase sempre, entretanto, tais fins passam pela necessidade de cooperação: para que haja comunicação, seja qual for o objetivo final dessa comunicação, os envolvidos devem cooperar na interpretação dos signos que produzem em conjunto (cf. Clark, 1996). Mas se a variação linguística é ubíqua, como podem dois indivíduos, cada um provido de seu idioleto particular atravessado por padrões variantes de significação, reconhecer dado estímulo como um mesmo signo? Se cada idioleto é único e vário, ainda que internamente sistemático, de onde provêm as semelhanças interidioletais que possibilitam a comunicação? A resposta, para Mufwene (2008) é que a compreensão mútua não é pressuposta à comunicação, e sim seu produto, uma conquista que deriva do esforço e da permanente administração das interações. Para que dois idioletos se assemelhem em algum nível, para que dois indivíduos compartilhem significações, é preciso que esses indivíduos estejam, a cada momento de cada interação, buscando um meio-termo entre seus padrões linguísticos pessoais. Os hábitos de uso linguístico são constantemente desafiados pelos obstáculos circunstanciais e sistêmicos à compreensão mútua, e por isso, os usos linguísticos precisam ser flexíveis, sempre mutáveis. Toda interação é um processo de acomodação interidioletal visando à satisfação das exigências empíricas e práticas da comunicação (p. 15).

Essa acomodação entre idioletos se dá por replicação de variantes e traços linguísticos. O termo “replicação”, mais uma vez, advém de um paralelo com a biologia: a ideia é a de que elementos linguísticos são replicados de maneira análoga à replicação genética. No caso da comunicação, para que um interactante se faça entender, ele

frequentemente procura imitar seu interlocutor. A interação permite a cada indivíduo perceber quais variantes e traços linguísticos compõem o idioleto do interlocutor (sempre parcialmente). Um interactante busca replicar elementos linguísticos por congruência com aqueles que percebe que seu interlocutor emprega. Pode até mesmo construir novas variantes linguísticas a partir de traços disponíveis, os quais lhe pareçam mais reconhecíveis pelo interlocutor. Quanto mais facilmente reconhecível e interpretável uma forma linguística, mais provável a compreensão mútua efetiva em interação, o que justifica o trabalho a que os interlocutores se dão na acomodação dos seus idioletos.

A replicação linguística, porém, nunca é perfeita. Isso ocorre, segundo Mufwene, porque cada idioleto é único, e se constitui em uma ecologia interna também única que influencia cada variante e traço linguístico nela inserido. Ou seja, uma forma inovadora que seja usada em interação existirá em conexão com uma infinidade de outras formas componentes desse sistema complexo que é o idioleto. A ecologia interna de um indivíduo sendo necessariamente diferente da de outro, o nicho ecológico em que se encaixa “um mesmo” elemento linguístico será necessariamente diferente de outro, e as pressões que esse nicho exerce impedem a identidade completa. As pressões exercidas pela ecologia externa provocam o mesmo tipo de efeito, o que significa que há uma infinidade de fatores que definem a forma específica que elementos linguísticos replicados assumirão em cada idioleto. Assim sendo, toda replicação linguística é aproximativa (p. 18).

Um exemplo flagrante desse princípio em ação foi iniciado pela chegada ao Brasil do aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Conforme o aplicativo foi se tornando parte do cotidiano dos brasileiros, seu nome passou a figurar em diversas interações linguísticas locais. A forma fonológica /wə.'tsəp^h/, contudo, não se adéqua às condições predominantes nas ecologias internas dos idioletos brasileiros: trata-se de uma pronúncia pouco usual, com tipos de sons e associações entre eles que se mostram incomuns nas interações a que um brasileiro médio está geralmente exposto. Por isso, mesmo os brasileiros que são fluentes em inglês costumam pronunciar o nome do aplicativo como /wɔ.tɪ.'za.pɪ/ ou /wɔ.tʃɪ.'za.pɪ/, formas mais coerentes com seus hábitos linguísticos. Essa forma de quatro sílabas, devido a pressões circunstanciais do meio ambiente, parece frequentemente longa demais, e é reduzida a /'wɔ.tɪs/ ou a /'za.pɪ/. Dessa última forma deriva ainda outra, empregada em situações que favorecem a seleção para uso de palavras mais longas: /za.pɪ.'za.pɪ/. Ou seja, uma série de componentes dos hábitos comunicativos compartilhados pela massa dos brasileiros, tanto de caráter fonológico (ecologia interna) quanto de outras naturezas (ecologia externa) fez com que uma grande

quantidade de idioletos locais replicasse a palavra *WhatsApp* de maneira apenas aproximada à sua forma anglófona.

Esse tipo de processo ocorre de maneiras muito menos perceptíveis, em todos os níveis linguísticos, a todo momento. A partir do momento em que as pressões ecológicas incorporadas em interação induzem o interactante a fazer uso de uma variante nova, ele tentará reproduzi-la a partir de suas próprias impressões. Essas impressões são configuradas pelas habilidades cognitivas particulares do interactante. Sua capacidade de emitir um som reconhecível como a palavra “estojo”, por exemplo, depende da conformação específica de seu corpo. Os valores, experiências acumuladas e as convenções incorporadas pelo interactante podem levá-lo a empregar a palavra de uma maneira ou de outra. Por fim, o idioleto preexistente exerce influências sobre a nova palavra: estendendo o exemplo anterior, pode ser que “penal” continue sendo usado em interação com outros nativos de Santa Catarina ou em situações informais, estando “estojo” reservado para interações mais cuidadosas com paulistanos. Se for esse o caso, a palavra “estojo” não será a mesma para esse indivíduo e para o paulistano que a usa indiscriminadamente. Afinal, o regime de uso de uma palavra é uma de suas características, e contribui para estabelecer sua identidade. Ou seja, o signo “estojo” de cada indivíduo é diferente dos signos “estojos” de todos os outros, nas suas especificidades de realização fonológica, significação, distribuição pragmático-discursiva etc. Apesar de todas as diferenças, o interactante se esforça para que o som que emite seja reconhecido como uma palavra familiar para seus interlocutores, de modo a possibilitar comunicação.

Todo esse trabalho não poderia ser encetado sem provocar consequências para quem o realiza. Se os indivíduos são sistemas complexos formados por elementos linguísticos, sociais, biológicos, físicos etc., incorporados a partir de suas histórias de experiência pessoal, é certo que cada interação comunicativa acrescenta uma nova experiência a tais histórias. Segundo Mufwene (2008), as variantes linguísticas replicadas durante o processo de acomodação terão seu peso na ecologia interna de cada idioleto. Elas podem adicionar novos elementos a um banco de traços ou, ainda mais comumente, podem modificar as relações de arraigamento que estruturam um idioleto. Uma variante até então secundária pode arraigar-se devido à sua importância para a administração da compreensão mútua em determinada situação de interação. Variantes que eram usadas com mais frequência podem perder arraigamento conforme são menos e menos ativadas em momentos reais de comunicação. Assim modificam-se as tendências de uso linguístico que dão estrutura a um idioleto, e assim se altera o equilíbrio dinâmico de forças que coloca as variantes e traços em competição (p. 23).

Essas modificações e alterações caminham no sentido de aproximação entre idioletos: conforme eles se acomodam, vão-se tornando mais e mais semelhantes. Contudo, a semelhança nunca chega a ser identidade, já que a replicação de cada traço e variante se dá por aproximação, segundo as condições ecológicas específicas de cada idioleto. Mas os idioletos interagem em busca de acomodação durante as interações dos indivíduos, o que significa que toda interação linguística é uma situação de contato. Nos eventos de contato entre populações em grande escala, estudados pela linguística histórica e pela linguística areal, ocorrem convergências, hibridizações e interferências entre os padrões linguísticos que entram em contato. Em menor escala, cada evento de comunicação é também uma oportunidade para que padrões idioletais diferentes se influenciem por replicação e acomodação, modificando as estruturas dos idioletos envolvidos em função um do outro (p. 17). As situações em que um indivíduo fora de sua terra natal adapta pouco a pouco seu sotaque para ecoar o dos locais exemplificam bem esse processo, assim como a disseminação de gírias novas em uma comunidade. Modificados os idioletos, estarão necessariamente modificadas também suas ecologias internas, que passarão a exercer novas pressões ambientais. A transformação e a evolução são constantes.

É por meio do contato ocorrido em situações de interação que se dá a aquisição linguística. Ela é um processo gradativo de estruturação e permanente reestruturação de um idioleto a partir dos bancos de traços de outros idioletos, acessados em interações. Tal processo se assemelha ao de recombinação genética, que encontra material no banco de genes de uma população para construir novos organismos. Todavia, enquanto a recombinação genética, nos organismos superiores, ocorre apenas uma vez na vida de cada organismo, durante sua primeira concepção, a recombinação de traços linguísticos jamais se interrompe. Trata-se de um processo contínuo de adaptação dos idioletos às condições do meio ambiente, particularmente às já discutidas necessidades da comunicação, que exercem pressões em direção à acomodação. Um idioleto se assemelha a um vírus: a matéria-prima que será estruturada (reduplicada geneticamente; adquirida e reformulada linguisticamente) é absorvida de um hospedeiro (genes do infectado para o vírus; traços linguísticos do indivíduo que exerce o idioleto) e transmitida a novos hospedeiros por contato (infecção viral; interação linguística com interlocutores que replicarão traços em busca de acomodação). Os hábitos de uso linguístico são, portanto, mais transmitidos do que herdados, e mesmo essa transmissão ocorre apenas por replicação imperfeita, a partir da interação (p. 18).

Tais replicações vão se acumulando, disseminando variantes semelhantes por uma população de interactantes constantemente voltados à acomodação de seus respectivos

idioletos. Desse acúmulo direcionado à similaridade emergem padrões comuns de comunicação. Embora os elementos de cada banco de traços idioletal sejam únicos, suas semelhanças parciais permitem que um banco de traços compartilhado se constitua nos atos de interação. Certas tendências de seleção para uso de competidores linguísticos presentes nesse banco de traços compartilhado serão também partilhadas pelos membros de uma comunidade. Esse tipo de comportamento habitual e previsível diminui o esforço necessário para que se alcance a compreensão mútua, pois lida predominantemente com comportamentos arraigados. Assim, os idioletos, em seu processo constante de acomodação, vão se aproximando por contato reiterado. Constitui-se um banco de traços linguísticos comum submetido a tendências comuns de seleção para uso, e ainda sujeito às pressões de um meio ambiente comum. É dessa forma que as línguas comunais emergem dos idioletos: pela estruturação de padrões profundamente conectados às condições ecológicas em que as situações de interação ocorrem, padrões estes replicados imperfeitamente em função da acomodação que permita a comunicação (p. 2).

Sendo as replicações de variantes sempre imperfeitas, o processo de acomodação idioletal mútua nunca atinge um denominador comum. Os idioletos, afirma Mufwene (2008), continuam sendo variáveis internamente e entre si, ainda que estejam sob a égide de uma língua comunal. E assim como a replicação de variantes é o mecanismo pelo qual ocorre a aquisição de língua, ela também é responsável pela evolução linguística. Sendo imperfeita, impõe permanentes alterações aos usos linguísticos disseminados em uma comunidade. As condições ecológicas particulares a cada momento histórico exercem suas próprias pressões a cada momento de replicação linguística, e o elemento novo nunca é replicado de maneira idêntica ao original (p. 23). A acomodação interidioletal estabelece e reforça padrões, mas também obriga o indivíduo a adaptar constantemente seus hábitos aos dos interlocutores.

Na analogia entre linguística e biologia realizada por Mufwene, o idioleto ocupa a posição do organismo. A língua comunal, por sua vez, assemelha-se a uma espécie. Uma espécie é um agrupamento artificial de indivíduos diferentes, mas unidos por semelhanças parciais. A espécie não tem realidade concreta; os organismos individuais que a compõem, sim. Da mesma maneira, uma língua comunal é uma população de idioletos acomodados uns aos outros e, por isso, percebidos como semelhantes, mas que se comportam como indivíduos e reagem de maneiras diferentes às condições ecológicas compartilhadas (p. 14). Por isso, a evolução de uma língua comunal é permanente e heterogênea: modificações históricas no meio ambiente em que ela existe exercerão pressões ecológicas às quais cada idioleto reagirá à sua maneira, segundo a sua estrutura interna particular. Daí se origina a ubiquidade da

variação linguística: o acúmulo de tantos fatores e diferenças não poderia resultar em um sistema simples. As línguas comunais são formadas por uma infinidade de elementos heterogêneos, dispostos em diversos níveis de variação e padrões de uso. Elas são dinâmicas e autoadaptativas, modificando-se constantemente conforme as situações de interação provocam replicações imperfeitas de variantes de um idioleto para o outro – e se os idioletos se adaptam tão dinamicamente, que dirá a totalidade abstrata e artificial que chamamos língua comunal, composta por toda essa multiplicidade mutante? As línguas comunais são também permeáveis a outros sistemas complexos, trocando repetidamente, em vias de mão dupla, influências, substâncias e formas com a história, a cultura, a política etc.

Mufwene chega a afirmar que as línguas comunais, como a beleza, estão no olho do observador: são inferências de regularidades feitas pelos linguistas. Uma língua comunal é um constructo social sugerido por convergências aproximativas de usos linguísticos entre interactantes, que lhes permitem compreensão mútua recorrente (p. 3). Exatamente por isso, as fronteiras (geográficas, históricas, sociais, estilísticas) entre línguas vizinhas são difusas. Tais fronteiras diatópicas, diacrônicas, diastráticas e diafásicas são fixadas mais por ideologias do que por descontinuidades empíricas. Isso não significa, decerto, que não haja diferenças entre a língua comunal praticada num espaço e noutra, num momento e noutra, por um ou outro setor da comunidade, numa ou noutra situação de interação. Significa apenas que tais diferenças são muito mais abundantes do que geralmente se supõe, que a variação é ubíqua em todos os níveis, e que a determinação clara das linhas, no atlas linguístico, em que as diferenças assumem valor distintivo é uma determinação artificial, que desconsidera a realidade tão fina da granulação da diversidade. A experiência do uso linguístico é contínua, mas a categorização metalinguística tende a impor rupturas artificiais. O português e o espanhol se confundem em suas fronteiras europeias e americanas. Cada falante do português culto tem seu próprio português culto. Os níveis de formalidade possíveis são infinitos, e seus limites se sobrepõem conforme eles são estabelecidos *ad hoc* e *in situ*. E a determinação de qual seja o primeiro texto escrito em determinada língua é tarefa malsã, como será discutido mais à frente neste trabalho.

Rigorosamente, só se poderia falar em evolução, em tendências de uso, em pressões ecológicas relacionadas a idioletos. Apenas eles são entidades empiricamente reais, submetidas aos processos descritos acima. Mufwene admite, contudo, que há ganho metodológico no salto para considerações análogas que se relacionem às línguas comunais (p. 16). É preciso ter sempre em mente que o estudo de uma língua comunal não passa de uma abstração operacional, e que todas as generalizações realizadas têm função meramente

heurística. Fixado isso, porém, as reflexões que se podem fazer sobre a evolução das línguas comunais terão seu valor na abertura de perspectivas científicas inovadoras sobre como o uso linguístico se dá de fato. Este trabalho se dedica, então, a analisar o processo geral de especiação das línguas românicas a partir do latim, segundo uma visão diferente da tradicional, a qual considera que tal processo geral não passou, de fato, do acúmulo histórico de interações linguísticas específicas das quais emergiram padrões de comportamento socialmente compartilhados que são, em si, menos reais do que as interações linguísticas individuais, e nunca estáticos. Assim sendo, termos como “latim”, “romance”, “língua românica” e mesmo “língua” serão usados, nos capítulos seguintes, apenas com valor aproximativo, sem que seu emprego pretenda sugerir a existência de entidades categoricamente definidas e reais por eles denominadas. Antes de prosseguir com essas reflexões, há mais algumas considerações de Mufwene sobre a evolução linguística que podem ser úteis à análise pretendida.

O nascimento e a morte das línguas comunais, afirma Mufwene (2008), são processos gradativos, e tão dilatados que não possibilitam observação enquanto estão ocorrendo. Tais fenômenos sempre são identificados *post factum*, por meio de atos metalinguísticos. O estabelecimento de uma nova denominação para uma língua reconhecida como nova atesta que seu nascimento já está no passado. Essas denominações quase sempre derivam dos nomes já existentes para os povos que usam caracteristicamente as línguas. O francês não é um sistema abstrato, mas a maneira como se comunicam os franceses (p. 15). Este é o significado que deve ser dado a uma expressão típica da Antiguidade tardia e da Alta Idade Média, que será abordada nos próximos capítulos: *quod vulgo dicitur*, ou seja, “aquilo que é dito pelo povo”. Francês é aquilo que diz o povo francês, e também aquilo que todos os povos dizem que é francês.

A morte de uma língua comunal, por sua vez, pode ocorrer por abandono de hábitos linguísticos. Devido a pressões ecológicas, determinada população pode adotar tendências de uso linguístico inovadoras, as quais vão se tornando a tal ponto arraigadas que desalojam hábitos tradicionais. Mas a “nova língua” não é selecionada para uso como um todo íntegro, e sim indiretamente, a partir da seleção recorrente de variantes que a compõem. Conforme os traços linguísticos presentes nas variantes inovadoras parecem mais e mais adequados a muitas situações concretas de interação, essas variantes ganham vantagem na competição e acabam por silenciar suas competidoras mais tradicionais. Isso significa que é perfeitamente possível que uma grande quantidade de variantes inovadoras seja adotada, mas não todas. Muitas variantes típicas dos hábitos abandonados – da “língua morta” – podem sobreviver e

integrar-se aos idioletos modificados. A complexidade do processo dá abertura para que a língua comunal que suplanta outra incorpore desta diversos traços e variantes (p. 25). A maneira como o latim foi adotado por povos conquistados exemplifica bem esse processo. Foram deixados de lado hábitos comunicativos (e culturais, em sentido mais amplo) tradicionais, mas incorporaram-se aos hábitos latinos traços das culturas e idioletos célticos e germânicos.

Mas esse talvez não seja o tipo mais comum de morte de línguas. Ocorre também especiação, quando a morte de uma língua comunal antiga e o nascimento de diversas línguas comunais novas são faces de um mesmo processo (pp. 25-26). A permanente evolução dos idioletos leva não somente a convergências, mas também a divergências. Quanto menos contato por interação linguística ocorrer entre idioletos, maior a chance de que eles se tornem dessemelhantes. Quando a acomodação de hábitos de uso linguístico não recebe constante manutenção, não se pode esperar que prospere. Menos interações significam menos replicações aproximativas; condições ecológicas diferentes, sejam centradas em espaços físicos diferentes ou motivadas por outros fatores sociais, pressionarão grupos de idioletos em direções diferentes. Divergências coletivas acumuladas podem motivar ininteligibilidade entre interactantes. É evidente que, sendo sempre administrada, a compreensão mútua pode hipoteticamente ser alcançada sob quaisquer condições. Mas quando ela se torna tão difícil que exige um esforço consciente claramente superior ao trivial, os interactantes podem chegar à conclusão de que falam línguas diversas. Essa consciência metalinguística, contudo, raramente emergirá de maneira espontânea e gradativa. Geralmente, ela é ativada por fatos históricos e políticos. É justamente essa questão que mais interessa a esta pesquisa sobre o latim e as línguas românicas. Mufwene oferece numerosas e úteis ferramentas para tratar do tema.

A leitura do processo histórico de especiação das línguas românicas a partir do latim pelas lentes teóricas fornecidas por Mufwene é o que pretende realizar este trabalho. O estudo das condições ecológicas em que esse movimento de evolução linguística comunal ocorreu deve contribuir para compreender o processo de especiação: como e por que as principais tendências a seleção de variantes para uso que caracterizam tais línguas se modificaram. O estudo de tais modificações é realizado, adiante, como uma análise de suas motivações sociais e históricas. Essas motivações serão principalmente alterações na estrutura da população que fazia uso da língua comunal em questão, alterações estas de caráter social, tanto histórico quanto geográfico: migrações, distribuição e mobilidade de poder e riqueza, movimentos culturais, conflitos militares, estabelecimento ou decadência de sistemas burocráticos ou de

ensino, circulação de discursos metalinguísticos etc. Esses fatores constituem as ecologias em que existem as línguas comunais, afetando as interações concretas em que tais línguas são usadas e, pelo próprio uso, se reestruturam continuamente.

No próximo capítulo, serão expostos fatos históricos relacionados à evolução do latim e dos romances: o que geralmente se chama história externa das línguas. Eventos políticos, culturais e de outras ordens sociais serão apresentados, para que se tenha uma ideia da ecologia em transformação na qual ocorreu a evolução do latim e das línguas românicas. Tais fatos históricos são consensuais: as muitas linhas de pesquisa divergentes que se dedicam ao estudo dessas línguas comunais concordam com as datações, atribuições de autoria e descrições de eventos fornecidas a seguir. Contudo, os fatos serão apresentados já de uma perspectiva ecológica e evolucionária, para demonstrar a validade dos princípios acima traçados e avançar em direção à análise final. Nos capítulos posteriores, interpretações conflitantes da história interna do latim e das línguas românicas serão discutidas, de modo que se estabeleça qual dessas interpretações é mais compatível com o ponto de vista aqui adotado.

3 ECOLOGIAS EXTERNAS A LATIM E ROMANCES

Este capítulo versa sobre as condições ecológicas em que o latim esteve vivo e sofreu especiação, dando origem às línguas românicas. Dá especial atenção a fatos políticos e culturais que, ao longo da história, tiveram influência na emergência e estruturação desses padrões de comunicação. Tais fatos provocam controvérsias quanto à sua interpretação, mas são consensualmente aceitos como atestados. Nos capítulos seguintes, algumas das interpretações mais célebres serão abordadas e comparadas. O objetivo será determinar qual delas é a mais compatível com um ponto de vista ecológico e evolucionário sobre a língua e as línguas, e traz mais contribuições para esse ponto de vista.

3.1 O Latim sob o Poderio de Roma

De acordo com Jordan & Manoliu (1972), foi por volta do final do segundo milênio a.C. que se estabeleceram na Península Itálica os povos que são tradicionalmente denominados indo-europeus (p. 12). Essa denominação se fundamenta no fato de que tais povos estavam, já nessa época, unidos por certas instituições e modos de vida que formavam uma cultura relativamente coesa e identificável. Dentre os elementos dessa cultura, havia hábitos de fala compartilhados que formavam a língua protoindo-europeia. Embora não haja qualquer registro documental dessa língua em uso, o trabalho científico de reconstrução hipotética do protoindo-europeu é sólido. Não é provável que houvesse qualquer nível de normatização oficial nesse período, mas, nos termos adotados por este trabalho, é possível conceber que as interações entre indivíduos que dependiam criticamente uns dos outros para sobreviver no ambiente que habitavam tenham levado à acomodação dos seus idioletos até um estágio reconhecível como língua comunal.

Conforme os povos nômades se assentavam, formavam-se comunidades permanentes e diversificadas de cultura indo-europeia na península itálica. Os filólogos costumam distinguir os períodos da evolução da língua desses povos, a partir do protoindo-europeu, em um estágio protoitalo-céltico e, então, um estágio protoitalico. Nenhum desses estágios é diretamente documentado. Portanto, tal classificação periódica tem pouca utilidade para uma perspectiva teórica que privilegia o estudo do uso linguístico, como a que é aqui preferida. É a partir do século IV a.C. que, segundo Jordan & Manoliu (1972), registros escritos tornam-se disponíveis. Nesse período, os diversos centros populacionais da península já tinham seus hábitos comunicativos estabelecidos e diferenciados. Os oscos se comunicavam à sua

maneira, os úmbrios tinham hábitos linguísticos diferentes, e uma forma arcaica de latim gozava de certa estabilidade (p. 12).

Essas línguas comunais e muitas outras estiveram em intenso contato até o século III a.C. Cada centro populacional era um pólo para interações linguísticas com certa identidade regional, estabelecida pelo acúmulo de acomodações entre idioletos de indivíduos que viviam muito próximos uns aos outros e se comunicavam com alta frequência. Mas as trocas comerciais, as batalhas e alianças, a circulação de escravos e outros fatos cotidianos e históricos levavam os membros de uma comunidade a interagir com os de outras. É por isso que o latim arcaico, mesmo quando estudado como tesouro filológico ou sistema estrutural, revela influências de contato com outras línguas, como o osco e o úmbrio (cf. Wartburg, 1971). Em termos ecológicos, tratava-se de um ambiente no qual o intercâmbio era inevitável para os indivíduos, e a acomodação de seus idioletos às necessidades circunstanciais de comunicação ocorria a cada momento. Nenhum denominador comum peninsular emergiu dessa situação, mas as línguas comunais em convivência partilharam significativa parcela de variantes e traços linguísticos. A situação era altamente complexa, pois pode-se presumir que o protoindo-europeu tenha sofrido especiação, mas as espécies dele derivadas, em contato intermitente entre si, exerciam pressões ecológicas umas sobre as outras.

Os padrões linguísticos latinos, entretanto, vieram a difundir-se por toda a península e conquistar a preferência dos interactantes em desfavor das outras maneiras de interação comunicativa, até o ponto em que estas deixaram de ser usadas. Isso se deu como parte do longo processo de expansão militar e colonial de Roma, que foi uma realidade desde cedo em sua história. De acordo com Varvaro (2013), durante os séculos IV a.C. e III a.C., os romanos foram gradualmente estabelecendo domínio sobre a Península Itálica. Do século II a.C. até principalmente a passagem do século I ao II d.C., esse domínio foi sendo estendido pelas costas do Mar Mediterrâneo e penetrou a Eurásia e a África mais profundamente em diversas áreas (pp. 8-9). Os conflitos militares e os processos de colonização envolvidos nessa expansão geraram uma infinidade de situações propícias ao contato linguístico. A ecologia de quase toda a Europa, do norte da África e do sudoeste da Ásia sofreu o impacto desses eventos históricos, e isso teve consequências diretas para os povos que habitavam tais regiões, inclusive para suas línguas comunais.

Ainda que um campo de batalha não seja talvez o espaço mais propício para interações linguísticas entre membros de comunidades diferentes, a existência e as ações dos exércitos não se restringem aos campos de batalha. A própria estrutura do exército romano ocasionava frequente interação entre indivíduos com hábitos linguísticos diversos.

Inicialmente, informam Iordan & Manoliu (1972), as legiões propriamente ditas eram compostas apenas de cidadãos romanos. Desde muito cedo, porém, as colônias eram intimadas a fornecer *auxilia* – tropas de suporte extraídas de suas próprias populações. A diferença entre legionário e soldado auxiliar foi sendo modificada ao longo da história, com indivíduos que não provinham de Roma ganhando cada vez mais centralidade na hierarquia militar. Já no século I d.C., os “bárbaros” receberam indiscriminadamente estatuto de legionários. Além disso, muitos trabalhadores de diversas origens (principalmente artesãos) acompanhavam os soldados para provê-los de suas necessidades materiais (pp. 21-23). Isso significa que hábitos linguísticos distantes dos caracteristicamente romanos (germânicos, por exemplo) circulavam no coração da legião.

Não é concebível que os soldados em campanha e os trabalhadores que com eles viajavam pudessem coletivamente evitar todo e qualquer tipo de interação comunicativa com falantes de línguas diferentes. As necessidades cotidianas eram em grande medida compartilhadas por toda a tropa, assim como os momentos de treinamento e os trabalhos realizados em época de paz. Segundo Campbell (1996), os recrutas eram, antes de tudo, ensinados a marchar em grupo (pp. 15-20); os soldados mais experientes, enquanto instalados em locais pacíficos, eram empregados pelas autoridades para funções de guarda, patrulha, extrativismo e construção de edifícios (pp. 110-127) – serviços esses que eram realizados por grupos, não por indivíduos solitários, e que exigiriam comunicação para que pudessem ser levados a cabo. Ainda que uma legião (com seus *auxilia*) permanecesse estacionária e imutável na sua composição, ela seria um ambiente de intenso contato linguístico. Mas as tropas existiam para deslocar-se, e além disso, os soldados iam e vinham conforme as batalhas causavam mortes, novos indivíduos eram recrutados, os mais velhos se aposentavam e a organização do exército mudava. Todos esses movimentos aumentavam a quantidade e diversidade de interações linguísticas envolvidas. A entrada e especialmente a instalação das tropas em novas colônias levava todo esse fluxo de traços linguísticos replicados e recombinações a partir das mais diversas origens a inevitável contato com os hábitos comunicativos das populações locais (pp. 140-160). E os soldados, quando fora de serviço, tinham suas vidas cotidianas, nas quais teciam redes pessoais de comunicação, muitas vezes circulando por vastos espaços (pp. 193-230).

Após as conquistas de novos territórios, os romanos procediam à sua colonização. A administração das colônias, informam Iordan & Manoliu (1972), tinha funções basicamente exploratórias: cobrança de impostos, aproveitamento de recursos naturais, recrutamento de tropas e integração espacial, de modo a facilitar a circulação de bens e pessoas. Funcionários

de origem romana eram enviados aos novos territórios para gerir a burocracia relacionada a esses itens. Mas a governança era predominantemente indireta, mantida nas mãos das classes dominantes locais: elas preservavam seus privilégios políticos e sociais de quase toda ordem (pp. 23-25). Os romanos exerciam sobre os povos subjugados um domínio de natureza predominantemente prática: mais econômico do que político, mais político do que cultural. A maior parte das instituições nativas era tolerada com indiferença, inclusive línguas comunais e estruturas de poder – desde que estas últimas se submetessem à República ou ao Império.

Assim sendo, as vantagens de apoiar Roma eram significativas para as elites locais. O conquistador tornava-se um poderoso e prestigioso aliado, um fator ecológico que motivava acomodações e imitações. Foi por isso que, segundo Varvaro (2013), as classes dominantes de diversas comunidades subjugadas por Roma aceitaram sem grande alarde o seu domínio, e muitas chegaram a buscar ativamente inserção na cultura romana (p. 9). Era uma forma de adaptar-se ao meio ambiente romanizado. Comer romanamente, vestir-se romanamente, morar romanamente passavam a ser atitudes que rendiam *status*, assim como falar latim. E Roma fornecia aos poderosos das terras conquistadas acesso institucional a seus padrões comunicativos. Afirmo Adams (2004) que não havia qualquer obrigação oficial de latinização dos “bárbaros”, mas escolas de latim foram abertas a eles principalmente na Ibéria e na Gália, possibilitando o contato sistemático entre os hábitos linguísticos latinos e os célticos das classes altas (p. 290). Levando em conta que os povos célticos nunca desenvolveram um sistema de escrita próprio, as vantagens da alfabetização latina eram ainda maiores.

A partir do século I a.C., segundo Adams (2004), a cidadania romana passou a estar ao alcance das aristocracias provincianas, e era esperado que um cidadão romano falasse latim (p. 758). De acordo com Varvaro (2013), do ano 212 em diante, a cidadania romana foi estendida a toda a população livre do Império. As possibilidades de ascensão social eram tais que muitos dos Imperadores do século III a.C. em diante foram soldados das mais diversas origens geográfico-linguístico-culturais, que ascenderam na hierarquia militar até o máximo posto político da civilização romana (pp. 17-19). Todas essas pressões ecológicas em favor da replicação de variantes linguísticas caracteristicamente latinas e de seu arraigamento nos idioletos de indivíduos não romanos, embora não fossem particularmente violentas, eram intensas e atuaram ao longo de séculos em regiões como a Ibéria e a Gália.⁷ Isso explica a

⁷ A Dácia (atual Romênia) foi um caso excepcional. Sua conquista foi tardia e particularmente violenta, a tal ponto que a população local foi quase dizimada e os colonos romanos (ou romanizados) foram trasladados em massa para ocupar a região (cf. Bassetto, 2005).

morte das línguas comunais nativas e a adoção maciça de hábitos comunicativos latinos pelas populações locais – com influência de traços das línguas mortas.

Em outras regiões, o contato linguístico se deu de maneira ainda mais complexa. Varvaro (2013) informa que, quando Roma iniciou sua expansão, já havia colônias helênicas na Península Itálica (p. 21). O contato com hábitos linguísticos gregos deu-se desde bem cedo, tanto comercialmente quanto em conflitos militares. Entre meados do século II a.C. e meados do século I a.C., a Península Grega foi sendo conquistada e colonizada (p. 9). Nas colônias helênicas em torno do Mediterrâneo e na própria Grécia, os indivíduos de classes mais baixas interagem tanto em grego quanto em latim, e também misturavam variantes típicas das duas línguas, no processo dinâmico de acomodação (p. 19).

Sobre os romanos de elevada instrução formal, a influência da cultura helênica, de seus hábitos linguísticos e particularmente literários, foi ainda mais forte. Por uma série de fatores ecológicos que não cabe aqui investigar, os hábitos linguísticos gregos ganharam prestígio entre os romanos, sendo considerados mais elevados e sofisticados do que os latinos (Jordan & Manoliu, 1972). Houve polêmicas entre os defensores de uma “pureza latina” e os autores romanos que incorporavam palavras e construções gramaticais gregas a suas obras (p. 19). Esse é um exemplo da complexidade ecológica de um ambiente, tanto físico quanto cultural, fomentada por um contato linguístico multifacetado. Ao contrário do que ocorreu na Gália e na Ibéria, onde o processo de contato pode ser examinado em sua totalidade como a substituição de certas línguas comunais por uma outra, a relação entre grego e latim nunca chegou a uma resolução, mas envolveu as mais diversas e dinâmicas formas de acomodação e fenômenos emergentes de toda ordem (cf. Adams, 2004).

Havia autores romanos escrevendo em grego – que, para eles, não era nativo, estando, portanto, inevitavelmente semeado de traços latinos – para dar a seus textos a suposta superioridade helênica. Analogamente, havia autores gregos escrevendo em latim para dar a seus textos a autoridade do conquistador. Havia autores romanos escrevendo em latim, mas empregando propositalmente variantes e traços helênicos de maneira inovadora para os hábitos linguísticos latinos – desde o uso de palavras gregas escritas em alfabeto latino até usos tipicamente gregos do caso dativo latino (Adams, 2004: 523). Havia uma hesitação sobre qual padrão linguístico usar para fins burocráticos em regiões nas quais o grego era nativo para a massa populacional, e ele chegava a ser usado como língua franca em certas áreas e períodos (p. 758). Sem as pressões ecológicas fortes para adoção de hábitos comunicativos latinos que atuavam sobre outras línguas comunais em outras áreas, havia também interações cotidianas envolvendo tanto variantes e traços gregos quanto latinos, com os idioletos em

acomodação mútua intermitente. Todas essas possibilidades formavam um ambiente propício a profunda mescla dos padrões comunicativos helênico e latino.

Já no leste da Gália, o contato com os hábitos linguísticos germânicos era cotidiano. As conquistas romanas nunca se estenderam muito além do Reno, o que significa que as pressões ecológicas que ocasionaram a substituição das línguas comunais célticas por hábitos comunicativos latinos mais a oeste sequer chegaram a atuar na maior parte da Germânia. Mas, segundo Adams (2004), algumas tribos germânicas foram submetidas ao poderio de Roma desde as campanhas de Júlio César, no século I a.C. O domínio sobre certos povos e regiões era obtido e perdido intermitentemente, em escaramuças frequentes. Além desses conflitos militares, muitos grupos germânicos tinham relações pacíficas com o Império, mais ou menos temporárias. O comércio ocorria regularmente, e algumas comunidades germânicas fronteiriças vieram a latinizar-se (em condições ecológicas semelhantes às da Gália). As legiões imperiais receberam soldados germânicos em quantidade crescente ao longo do tempo, e alguns chegaram a galgar a hierarquia militar até tornar-se imperadores (pp. 274-275). Ou seja, o contato entre as variedades linguísticas latinas e germânicas já era constante bem antes das “invasões bárbaras”.

Diversas outras instituições ligadas ao expansionismo romano contribuía para a criação de um ambiente ecologicamente propício ao contato linguístico derivado de interações concretas entre indivíduos cujos idioletos eram bastante diferentes, mas precisavam acomodar-se por motivos práticos. Entre elas, estão as seguintes.

- A circulação de escravos das mais diversas origens era constante (Adams, 2004). Indivíduos eram comprados, vendidos, transportados e transferidos regularmente. Ainda que um escravo ocupasse uma posição tão subsidiária que não pudesse exercer qualquer influência sobre o idioleto de seus senhores, ele precisaria adaptar o próprio idioleto aos deles, além de comunicar-se como outros indivíduos locais. E vale lembrar que os escravos romanos muitas vezes chegavam a ocupar posições de poder e influência que permitiriam a eles exercer franca pressão sobre idioletos alheios (pp. 761-762).

- Outra instituição relevante era a colonização planejada dos territórios conquistados, que posicionava neles cidadãos romanos ou nativos de outras regiões (Jordan & Manoliu, 1972: 21-22). O estabelecimento de um indivíduo em um novo espaço exige que ele interaja com seus vizinhos. E mais, muitos dos colonos eram soldados aposentados, que já haviam circulado com as legiões por vastos espaços, e traziam em seus idioletos grande variedade de traços linguísticos replicados em situações diversificadas.

- O sistema viário e a *pax romana*, o “policimento” exercido pelos conquistadores, abriam uma miríade de possibilidades de interação para todas as ordens de indivíduos. Segundo Varvaro (2013), mercadores ambulantes, aventureiros, migrantes e viajantes de todos os tipos encontravam uma facilidade de deslocamento pela quase totalidade do território romano que, para a época, era extrema (pp. 37-39). As muitas interações dos indivíduos circulantes entre si e com os estacionários ocasionavam acomodações idioletais por replicação de variantes que podiam disseminar traços linguísticos a grandes distâncias. Todas as oportunidades, acima citadas, que o expansionismo romano oferecia para contatos linguísticos eram potencializadas por essa facilidade de movimentação.

Todos esses fatores faziam parte de um sistema social extremamente complexo que atuava como meio ambiente para os idioletos empregados cotidianamente por indivíduos em interações comunicativas concretas. As pressões ecológicas exercidas sobre o trabalho comunicativo não iam tanto na direção do isolamento ou da preservação quanto do contato e da acomodação. É certo que as influências econômicas, culturais e políticas acima elencadas davam preponderância ao latim. Contudo, também abriam espaço para a adaptação dos hábitos comunicativos, das variantes e dos traços linguísticos que o compunham. Os indivíduos que precisavam agir em conjunto para atingir fins específicos, momentâneos e locais administravam a compreensão mútua localmente a cada momento, segundo as condições específicas em que se encontravam, incorporando a seus padrões comunicativos latinos traços linguísticos célticos, gregos, germânicos etc. Fosse em meio a operações militares, no relacionamento com novos vizinhos, como parte de trocas comerciais, na composição de poemas e canções, proferindo discursos no fórum ou publicando as decisões dos governantes e burocratas, ou simplesmente fofocando, os indivíduos habituados ao latim estavam constantemente expostos a outros hábitos linguísticos. Da mesma forma, membros de outras culturas interagiam frequentemente com falantes de latim, e ao menos na Ibéria e na Gália, incorporavam pressões sociais às ecologias externas de seus idioletos, as quais os empurravam mais e mais na direção de uma conformidade com padrões tipicamente latinos de comunicação.

Assim é que se constrói o panorama tão dinâmico, complexo e aberto dos padrões linguísticos que se desenvolveram sob o poderio de Roma. Não é possível negar que, na Gália e na Ibéria, os hábitos linguísticos latinos predominavam já no período histórico em que as instituições políticas romanas fraquejaram. Por outro lado, não é concebível que tais hábitos fossem homogêneos e puros, ou sequer que houvesse variedades diatópicas e diastráticas isoláveis e de limites claros e fixos. O que havia era intercâmbio efervescente de

meios e modos de comunicação em um ambiente que, apesar de bastante violento, propiciava alto grau de integração e circulação dos indivíduos. As estruturas linguísticas emergentes que eram empiricamente empregadas nesse período e nessa região decerto conformavam-se a tais condições ecológicas.

Sendo o centro das atenções desta pesquisa o latim e as línguas românicas, o que se segue versará especificamente sobre a Gália, a Ibéria e, em menor medida, a Península Itálica. Foi nessas áreas que o latim e os romances permaneceram como padrões comunicativos predominantes desde a Antiguidade tardia.⁸ Foi aí, portanto, que o processo de especiação destes últimos se deu. A próxima seção examina as condições ecológicas da área em questão durante a desagregação do Império e a partir daí.

3.2 Um Meio Ambiente para Especiação, Nascimento e Morte

Entre o Reno, o Mediterrâneo, o limite oriental dos Alpes e o oceano, as tradições célticas nativas foram praticamente esquecidas e o latim predominou. Interações comunicativas concretas foram se sucedendo em uma dinâmica de acomodação pesadamente influenciada por pressões ecológicas que favoreciam hábitos linguísticos replicados a partir daqueles que os romanos empregavam. Tais hábitos não foram trazidos em bloco homogêneo, mas sim provieram de fontes socialmente muito variadas, em épocas muito variadas. Sua replicação e arraigamento comunitários deram-se paulatinamente, interação a interação. O idioleto de cada mascate que interagiu com um freguês teve tanta possibilidade de influenciar o processo de latinização quanto o idioleto de cada mestre-escola que ensinava o latim formal às elites. Às disparidades sociais nativas, que já exerciam pressões ecológicas sobre as interações de modo a moldar os idioletos envolvidos, foram acrescentadas as disparidades sociais incorporadas na cultura latina. Acresça a isso as desigualdades regionais, os contatos com outros hábitos linguísticos que circulavam por todo o Império e as variações contextuais. A complexidade resultante só pode ter culminado em uma miríade de variedades linguísticas em *continuum*, e não em uma estrutura linguística homogênea, ou mesmo em alguns níveis bem definidos de linguagem. Conforme o tempo passava, o dinamismo constitutivo da língua em uso fomentava a evolução constante dessas variedades em contato, e novos fatores ecológicos exerciam pressões que alteravam as tendências de uso das variantes em competição. Alguns dos mais importantes dentre esses fatores são discutidos abaixo.

⁸A Romênia será excluída dessas considerações devido à sua excepcionalidade.

Durante o século IV, informa Varvaro (2013), o cristianismo foi deixando de ser considerado inimigo de Roma, até tornar-se sua religião oficial. A partir desse ponto, o latim passou a ser a língua sagrada da religião que mais se disseminava na Europa. Tal sucesso em termos de disseminação deveu-se em grande parte ao fato de que os hábitos comunicativos latinos já soavam familiares à massa populacional do Império, ainda que não fossem homogeneamente dominados. Por outro lado, o sucesso do cristianismo também contribuiu para que mais indivíduos se interessassem por incorporar traços e variantes latinos aos seus idioletos (p. 19). O estatuto de língua sagrada que o latim ganhou foi um fator cultural que exerceu novas pressões ecológicas em favor da replicação dos seus traços característicos. Esse processo foi especialmente importante na adoção de hábitos comunicativos latinos pelas massas, pois o latim da Igreja primitiva era replicado a partir de variedades populares. As interações linguísticas ocorridas durante os ritos do ágape eram predominantemente realizadas em um registro humilde, que condizia com a valorização cristã da humildade. Os escritos dos padres da igreja foram intencionalmente construídos no latim que seus autores viam como o mais simples possível, para facilitar sua difusão. O papel do cristianismo foi, portanto, decisivo para a romanização geral da Gália e da Ibéria, regiões rápida e efetivamente cristianizadas mesmo após as conquistas germânicas.

Já no século III, segundo Wartburg (1971), as tribos germânicas mais romanizadas que habitavam as margens do Reno começam a abandonar a cultura latina e mover-se belicosamente pelo Império. Durante os séculos IV e V, as conquistas germânicas foram-se sucedendo: na Bélgica, nos Bálcãs, nas costas marítimas gaulesas, no vale gaulês do Ródano, na Córsega, Sardenha, Ilhas Baleares, norte da África, Ibéria, além de diversas ondas de invasões da Península Itálica. No século VI, quando o Império já estava desfeito, os francos se instalaram na Gália, expulsando os visigodos, que ocupariam então a Ibéria (p. 87). São esses os dois povos germânicos que exerceram influência mais perene sobre as duas regiões latinizadas da Europa que mais interessam a esta pesquisa. Ambos cristianizaram-se e latinizaram-se pouco tempo após sua sedentarização nos territórios em questão, mas ambas essas transformações culturais somente foram possíveis devido a uma série de interações linguísticas. Durante cada uma dessas interações, o contato entre os hábitos linguísticos latinos e germânicos e as necessidades de acomodação para compreensão mútua tiveram influência sobre o linguajar dos indivíduos locais.

Os territórios imperiais conquistados pelos povos germânicos já se encontravam havia tempos em uma situação administrativamente precária, informa Varvaro (2013). Uma série de fatores históricos vinha erodindo a infraestrutura do Império desde pelo menos o

século III. A partir dessa época, o nível de integração geográfica entre as regiões subjugadas por Roma, assim como a própria influência política e cultural de Roma sobre tais regiões, foi diminuindo paulatinamente. A movimentação violenta dos hunos, de tribos germânicas e, posteriormente, de tribos eslavas pela Europa também contribuiu para diminuir o cosmopolitismo do continente. Não houve de fato um colapso institucional generalizado e catastrófico, mas o meio ambiente tornou-se menos seguro para circulação cotidiana de pessoas e bens, e os indivíduos adaptaram-se a essas condições ecológicas (pp. 36-45).

Entre os séculos IV e VIII, era relativamente frequente o deslocamento de grandes grupos armados para terras previamente habitadas, grupos estes dispostos a desalojar ou submeter os habitantes de tais terras e instalar-se nelas. Não apenas tais conflitos dificultavam diretamente a circulação cotidiana de mercadores, viajantes eventuais ou migrantes pacíficos em pequenos grupos, como também a constante e conhecida ameaça de que um novo conflito ocorresse desestimulava a conservação ou o desenvolvimento de uma infraestrutura que poderia vir a ser arruinada em pouco tempo. Além disso, não havia nesse período qualquer unidade política entre os povos germânicos que pudesse habilitá-los a exercer uma administração centralizadora dos territórios conquistados. Sua própria cultura era suficientemente diferente da romana para fazer gorar as ambições que tantos reis conquistadores manifestaram de tornar-se novos imperadores: os germânicos tinham suas próprias formas de governo e de vida cotidiana, menos compatíveis com os padrões políticos, econômicos e burocráticos do Império.

Assim, formou-se uma situação ecológica que, embora não isolasse de fato os reinos germânicos, criava obstáculos reais à sua integração, e portanto, ao intercâmbio de indivíduos. As condições físicas e sociais do ambiente exerciam pressão para que as interações linguísticas ocorressem cada vez menos frequentemente entre indivíduos que não fossem nativos da mesma área. Dessa forma, as acomodações entre idioletos tendiam a acontecer em menor âmbito geográfico, o que deve ter contribuído para certa estabilização de identidades linguísticas comuns em cada região. As semelhanças entre idioletos provavelmente emergiam constituindo grupos menores e mais coesos do que durante o período imperial. Contudo, é preciso frisar que esse período da história europeia é parcamente documentado, o que dificulta a confirmação de quaisquer hipóteses sobre o uso linguístico na época.

Esse panorama se modifica mais radicalmente na passagem do século VIII para o IX, quando as ambições germânicas por uma coroa imperial finalmente se concretizaram. Segundo Rogers (2010), os francos, desde que se estabeleceram na Gália, tinham como reis membros da dinastia merovíngia. Já no século VI foi instituído o posto de mordomo do

palácio, o qual foi sendo ocupado por homens progressivamente mais influentes em termos políticos. A partir de meados do século VII, o efetivo governante dos francos era o mordomo, enquanto que o rei exercia papel basicamente cerimonial. Em 751, o mordomo Pepino, o Breve, deu um golpe de estado e tornou-se rei. O golpe contou com o apoio do Papa Zacarias, obtido inclusive porque Pepino havia defendido militarmente os territórios do papado contra invasões longobardas. Os laços entre a Igreja e o novo rei dos francos continuaram se estreitando, enquanto este último geria campanhas de conquista de novos territórios. Um momento decisivo para a consolidação dessa aliança política foi a coroação do filho de Pepino, Carlos Magno, Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, pelo Papa Leão III, no Natal do ano 800 (p. 125). A partir de então, os projetos expansionistas e centralizadores do Império e da Igreja passaram a ser implementados conjuntamente.

De acordo com Wright (1982), a liturgia cristã havia sido celebrada de variadas maneiras na Gália merovíngia: os muitos ritos gálicos. Isso era um reflexo do fraco domínio político da Igreja sobre tais territórios, nos quais os reis merovíngios haviam mantido a prerrogativa de nomear seus bispos, por exemplo. Ao ampliar e consolidar o controle centralizador de Roma sobre o cristianismo do Reino dos Francos por meio de estratégias institucionalizadoras, Carlos Magno expandia e consolidava seu próprio poder e o do Império, em uma aliança política estável de natureza simultaneamente religiosa e estatal. Em 787, uma nova lei já havia determinado a substituição dos muitos ritos gálicos pelo rito romano único (p. 104). O problema é que ainda não havia um padrão formal de celebração desse rito que os bispos de todo o Império aceitassem, e a uniformidade não foi alcançada.

Para resolver esse problema, uma série de estratégias de homogeneização cultural foi posta em prática, como parte do Renascimento Carolíngio. Dentre tais estratégias, a que mais impacto causou sobre as questões investigadas por esta pesquisa foi a reforma oficial da língua latina. Suas metas eram, segundo Wright (1982), a uniformização da linguagem empregada pelos sacerdotes, particularmente durante os ritos, e a diferenciação clara entre essa linguagem e aquela que era empregada cotidianamente pelo povo. Tratava-se de um projeto de “purificação”, ou mais propriamente, de construção de um imaginário: a língua da Igreja deveria soar majestosa, distante e universal, como um reflexo das características que a própria Igreja desejava associadas a si. Em busca desses objetivos, a Vulgata foi reeditada, tratados sobre como pronunciar adequadamente as palavras foram publicados, hagiografias e outros textos religiosos de ampla circulação foram revisados, escolas catedralícias foram fundadas pelo Império para ensinar as novas convenções aos eclesiásticos ingressantes, e os resultados dessas providências foram discutidos em concílios até a metade do século IX, de

modo que novas providências pudessem ser tomadas para garantir a efetividade da reforma (pp. 104-122).

A homogeneidade cultural pretendida não foi alcançada rapidamente, e nunca chegou a ser universal. Foi necessário praticamente todo o século IX para que o latim eclesiástico reformado se fixasse como convenção praticada pelos sacerdotes. Inadequações a essa convenção continuaram existindo muito tempo depois, e a fala popular e coloquial só foi tocada pela reforma indireta e esporadicamente. As necessidades comunicativas práticas e concretas que motivavam interações linguísticas empíricas continuaram sendo múltiplas e mutáveis, de modo que a acomodação interidioletal era um componente mais decisivo para o modo como tais interações ocorriam do que o respeito a uma norma imposta por atos políticos. Contudo, não se pode ignorar a influência dessa norma. Ainda que tomada como um ponto de referência e um ideal geralmente não alcançado em sua plenitude, ela foi um fator histórico e cultural de influência considerável para a ecologia em que existiram o latim e as línguas românicas. A consciência da norma podia atuar como um tipo de filtro sobre o banco de traços de um idioleto, de modo a alterar o equilíbrio de forças entre as tendências de seleção para uso de variantes em competição.⁹ Isso não tornava o latim reformado uma variedade linguística de fato usada homogeneamente, mas exercia pressões ecológicas significativas sobre a criação de enunciados. Tais pressões atuaram primeiramente sobre as terras do Sacro Império e, mais tarde, estenderam-se até a Ibéria.

A partir do Renascimento Carolíngio, há maior riqueza de documentação sobre a região que hoje é a França. Os primeiros textos escritos de maneira marcadamente distinta das convenções latinas tradicionais, procurando reproduzir hábitos linguísticos locais, datam do final do século IX, afirma Wright (1982). Os documentos datados do século X mostram o desenvolvimento de uma ortografia e o estabelecimento de gêneros de escrita em que era socialmente aceitável empregá-la (pp. 122-144). Paulatinamente, a noção de uma distinção categórica entre latim e francês foi se estabelecendo nessa área. Na Ibéria, por sua vez, o mesmo processo começaria mais tardiamente, em consequência de fatos históricos específicos.

Analogamente aos ritos gálicos extintos dois séculos antes, a Ibéria estava acostumada à diversidade dos ritos visigóticos, e tinha orgulho deles. Estes tinham, contudo, uma péssima reputação entre os estrangeiros, sendo até mesmo considerados heréticos por alguns. A liturgia tornou-se, portanto, um argumento importante em alguns conflitos políticos

⁹ A imagem do filtro foi originalmente sugerida pelo Prof. Dr. Thomas Finbow, durante o exame de qualificação desta pesquisa.

motivados por interesses mais materiais do que espirituais. Wright (1982) informa que, em 1063, Ramiro I de Aragão tentava conquistar a Saragoça muçulmana, ao sul de seu território. O monarca procurava obter uma aliança com a França e o envio de exércitos franceses para contribuir para com a campanha. Para tanto, precisava do apoio do Papa Alexandre II, que poderia exercer influência sobre o rei Filipe I de França. Alexandre II foi um pontífice particularmente ativo na arena política. Adversário do Sacro Império e aliado de Guilherme, o Conquistador, realizou vários movimentos para expandir o poder temporal e a influência da Igreja. O Papa era aliado de Hildebrando de Sovana, que viria a ser seu sucessor sob o nome de Gregório VII, e envolver-se na Querela das Investiduras. A Santa Sé estava determinada a reformar o catolicismo a fim de garantir controle sobre ele nesse período.

Saragoça, entretanto, era tributária do reino de Leão, e o rei Fernando I desejava evitar que seu lucrativo tributário fosse atacado pelos franceses. Seu método foi aliar-se formalmente aos monges de Cluny, liderados pelo abade Odo, tio da rainha Sancha de Leão. A esperança de Fernando I era que os monges pudessem usar sua influência em Roma para dissuadir o Papa de apoiar qualquer expedição franco-aragonesa. Em troca, o rei providenciou para que Cluny recebesse mil peças de ouro anualmente, dinheiro originário do tributo pago por Saragoça. Pelas próximas décadas, os cluniacienses foram a quinta-coluna de Leão em Roma. Após a declaração pública, realizada pelo Papa Gregório VII em 1073, de sua intenção de substituir a liturgia visigótica pela romana, a rixa agravou-se. As negociações foram concluídas com a Santa Sé renunciando a diversas de suas pretensões a autoridade temporal na Ibéria, e com Leão sendo o último dos territórios da Península a submeter-se a Roma em matéria litúrgica (com exceção do Condado Portucalense, que recusou as modificações impostas, e usou tal recusa como um argumento em favor de sua precedente declaração de independência de Leão).

Em 1080, o Concílio de Burgos decretou as reformas eclesiásticas conhecidas desde então como Gregorianas. Elas trariam à Península Ibérica convenções criadas no Renascimento Carolíngio e disseminadas na Europa central, pela Igreja e pelo Império, já durante dois séculos e meio. Uma dessas convenções era a norma reformada de uso do latim, o que exigia o treinamento do clero local. Eclesiásticos franceses foram trazidos pelos cluniacienses, a essa altura poderosos na região e instalados principalmente no mosteiro de Sahagun. Após a conquista de Toledo, sé tradicional da Ibéria, Alfonso VI de Leão nomeou arcebispo Bernard de Sédirac, líder cluniaciense de origem occitana, previamente instalado em Sahagun. A partir de então, a maioria das altas posições da Igreja ibérica passou a ser ocupada por franceses. No campo administrativo, a maior parte dos burocratas proeminentes

da época na Chancelaria Real de Leão e Castela havia anteriormente ensinado ou aprendido (ou ambos) a ler e escrever em Santiago ou Palência, dois grandes centros de cultura altamente influenciados pela França e por Roma. O poder que Castela amealhou nos séculos XII e XIII e sua dedicação a garantir a implementação das reformas papais garantiu que não somente a Igreja ibérica, mas também a burocracia ibérica se conformasse à norma eclesiástica de uso do latim (pp. 209-210).

Esse processo, mais uma vez, se operou paulatinamente, pelo acúmulo das acomodações interidioletais ocorridas a cada interação linguística concreta. As normas vindas de Roma, França, Sahagun, Santiago, Palência e outros locais onde decisões políticas eram tomadas, foram aproximativamente replicadas por interactantes a elas expostos individualmente. E foram replicadas porque havia pressões ecológicas significativas que favoreciam tal replicação. A obtenção de bons cargos na Igreja ou na Chancelaria passaram a depender, mais e mais, da semelhança entre o idioleto do aspirante e o ideal de língua latina construído pelas autoridades. Para a população alijada da possibilidade de obter esses bons cargos, ainda havia os estímulos da interferência que a burocracia exercia no cotidiano e do prestígio que a nova maneira de usar o latim ganhava. Havia interesse em praticá-la, ou compreendê-la, ou ao menos familiarizar-se com sua sonoridade. Paralelamente, é nesse período dos séculos XII e XIII que as novas ortografias tipicamente ibéricas vão sendo elaboradas. A distinção entre latim e romance passa a ser claramente documentada.

A estabilização do hábito linguístico de escrever em romance (itálico, francês ou ibérico) ocorre durante o Renascimento. Já no século XIV, Dante escreve sua obra *De Vulgari Eloquentia*, defendendo o uso das línguas românicas na produção poética. Seguem-se livros de vários autores defendendo as diversas línguas românicas, principalmente no século XVI, quando as ortografias estão bem estabelecidas, assim como as fronteiras político-geográficas correspondentes (Sanson, 2013: 238-240). O latim é cada vez mais reservado à Igreja e à ciência, enquanto que os romances vão passando a ser considerados línguas respeitáveis. Essa respeitabilidade é garantida inclusive pela importação culta de palavras diretamente do latim clássico, em uma época na qual o acesso a ele e o interesse por ele aumentam. Tal série de fatos históricos e modificações culturais, portanto, cria um meio ambiente em que as línguas românicas prosperam em desfavor do latim – e, nesse período, as duas categorias já estão bem distintas. Há cada vez mais pressões ecológicas de ordem prática e social para o abandono dos hábitos linguísticos latinos. Essas tendências vão se fortalecendo ao longo dos séculos, e ainda no início do século XVIII, o latim perde sua última posição de prestígio: nessa época, os textos científicos passam a ser escritos em línguas modernas. Quando o século XIX traz ao

mundo o Romantismo, cujos ideais nacionalistas exigem orgulho da língua pátria e independência desta em relação a quaisquer outras, o latim já está morto.

É esse o ambiente no qual se deu a evolução do latim e das línguas românicas. Os fatores históricos, políticos e culturais acima examinados foram decisivos para os processos de especiação, nascimento e morte de tais línguas comunais. Mas como exatamente se deram esses processos? Até o momento, este trabalho discutiu apenas as condições históricas em que evoluíram as línguas em questão. Falta examinar com maior detalhamento a maneira como essa evolução ocorreu, o modo como as interações linguísticas reais foram ocasionando cumulativamente a emergência e alteração de tendências comunais. Para fazê-lo, vale a pena consultar o que já circula na academia sobre esse processo. O capítulo que se segue apresentará três célebres hipóteses sobre o nascimento dos romances, comparando-as para determinar qual mais bem se adapta a princípios teóricos ecoevolucionários. A partir daí, será possível traçar um esboço mais claro de como as línguas românicas se especiaram a partir do latim.

4 HIPÓTESES CONSAGRADAS SOBRE O PROCESSO DE ESPECIAÇÃO

Este capítulo compara três hipóteses sobre como as línguas românicas nasceram do latim. Como já visto, esta pesquisa busca entender o processo de especiação dos romances a partir de uma perspectiva ecoevolucionária. No capítulo anterior, foram expostos os fatos históricos que constituíram o ambiente no qual ocorreu tal processo. Falta mostrar como as pressões exercidas por esse ambiente se manifestaram nas línguas em si, compreendidas como hábitos comunicativos compartilhados, previsíveis mas inerentemente variáveis e em constante evolução, influenciados por fatores históricos de toda ordem. Esse passo final será realizado na forma de uma releitura das hipóteses de Wright (1982) sobre o latim e os romances na Alta Idade Média. Tais hipóteses são fundamentadas em princípios teóricos que podem ser compatibilizados com o ponto de vista proposto por Mufwene (2008) e contribuem para este trabalho com elementos descritivos e explicativos que fortalecem a análise encetada.

Mas antes de expor a hipótese de Wright, é relevante compará-la com duas outras hipóteses, anteriores e ricas em adeptos, sobre o mesmo problema – a relação entre latim e romances na época em que estes nasceram. Essa comparação tanto será útil para justificar a opção pela hipótese de Wright (demonstrando sua maior proximidade de princípios ecoevolucionários, em relação às outras possibilidades disponíveis) quanto para fazer jus ao trabalho dos estudiosos da história das línguas que antecederam Wright, cujas obras podem também trazer contribuições ao estudo aqui realizado. A primeira das hipóteses a ser exposta tem matriz filológica, e constituiu-se num consenso erudito incontestado até a segunda metade do século XX.¹⁰

4.1 Bilinguismo (e Trilinguismo) Societário

Conforme exposto no primeiro capítulo deste trabalho, a filologia tradicionalmente tenciona estudar e preservar as grandes obras que formam o tesouro escrito de uma cultura. Desde os tempos do humanismo renascentista, filólogos têm estabelecido e perpetuado um cânone das obras latinas que compõem tal tesouro. As variedades linguísticas usadas nessas obras formam aquilo que a filologia tradicionalmente considera o latim propriamente dito – e categoriza principalmente segundo critérios cronológicos, em latim arcaico (séculos IV a.C.a

¹⁰ Essa hipótese se encontra não só nas referências bibliográficas citadas abaixo, mas na maior parte dos manuais de filologia. Cf. Bueno (1967), Coutinho (1976), Elia (1974), Haury (1989), Silveira (1972), Teyssier (2007), Williams (1961).

II a.C., aproximadamente), clássico (I a.C. a I d.C.), imperial (II a IV) ou medieval (V a XIV). Contudo, o interesse dos filólogos do século XIX em tornar científica a sua disciplina os levou a examinar também outras fontes escritas de dados linguísticos, e assim, a deparar inevitavelmente com outras variedades linguísticas reconhecidas como latinas, mas caracteristicamente distantes do cânone. Tal cânone havia se tornado, ao longo da história da filologia, uma matriz para a norma culta do latim, que pode ser considerada particularmente rigorosa e inflexível a partir do momento em que a morte da língua anulou as possibilidades de variação criativa.

O estudo que os filólogos do século XIX realizaram de textos escritos fora dessa norma visava principalmente à reconstrução das línguas românicas arcaicas, muito pouco documentadas. Conforme esse trabalho era realizado, ficava mais e mais claro que tais línguas não haviam nascido de uma variedade literária de latim, mas sim de hábitos linguísticos orais, cotidianos e desviantes em relação à norma. A maneira encontrada de preservar cânone e norma sem abdicar do estudo da linguagem informal que daria origem aos romances foi a adoção do conceito de latim vulgar. Segundo Varvaro (2013), o termo foi cunhado pelo filólogo Hugo Schuchardt, em seu trabalho *Der Vokalismus des Vulgärlateins*, publicado entre 1866 e 1868. A categoria correspondente a esse termo tem uma definição negativa: as variedades linguísticas latinas que não se adéquam à norma canônica estabelecida pela filologia agrupam-se sob a égide do latim vulgar (p. 24).

Muitos filólogos reconhecem que o termo “vulgar” deve ser lido primordialmente na acepção de “cotidiano”, e que o latim vulgar não era necessariamente a linguagem das massas incultas, mas sim a variedade linguística própria da comunicação coloquial. Contudo, isso não evita que sejam emitidos julgamentos de valor sobre o nível de sofisticação do latim vulgar, se comparado à norma. Por exemplo, Jordan & Manoliu (1972: 34, tradução minha¹¹) afirmam que “o léxico latino vulgar era muito mais pobre que o clássico, porque os conhecimentos de todos os tipos são, nas massas, inferiores aos das classes dirigentes, possuidoras da cultura.” E ainda, (p. 36, tradução minha¹²): “também se simplificou a sintaxe pela mesma tendência a adaptar a língua às necessidades de um pensamento pouco complicado e em estreita dependência das realidades concretas da vida.” Em suma, a filologia

¹¹El léxico latino vulgar era mucho más pobre que el clásico, porque los conocimientos de todo género son, en las masas, inferiores a los de las clases dirigentes, poseedoras de la cultura.

¹²También se simplificó la sintaxis por la misma tendencia a adaptar la lengua a las necesidades de un pensamiento poco complicado y en estrecha dependencia con las realidades concretas de la vida.

leva em conta a variação linguística em seus estudos, mas tende a considerá-la em termos de hierarquia qualitativa.

O latim vulgar seria, para a filologia, a variedade diastrático-diafásica que daria origem às línguas românicas. Em oposição à norma escrita canônica, relativamente paralisada por suas próprias convenções, o latim vulgar teria seguido mais livremente suas tendências evolutivas e, ao longo da história, teria se transformado até tornar-se uma nova língua. Ou melhor, novas línguas. Para explicar a diversidade dos romances, a filologia emprega as noções de catástrofe histórica e estratos linguísticos (substrato, superstrato, adstrato).

A catástrofe histórica seria a desagregação social do mundo romanizado, e sua caracterização como catástrofe foi herdada pela filologia a partir de tradições eruditas mais antigas, fundadas no próprio Império Romano e difundidas pelo humanismo renascentista. Iniciada como um processo gradativo de desestabilização econômica, cultural e política, essa desagregação teria culminado nas conquistas germânicas do território imperial. Tal processo histórico, abordado já no segundo capítulo deste trabalho, é encarado pela filologia como um motor de diferenciação linguística. O raciocínio que leva a essa conclusão se baseia na ideia de que o colapso da infraestrutura centralizada em Roma teria levado ao isolamento das comunidades europeias umas das outras. Wartburg (1971), ao traçar a cronologia das conquistas germânicas, examina as estradas que foram bloqueadas por conflitos e assentamentos (p. 87). Segundo Jordan & Manoliu (1972), a separação geográfica imposta aos povos latinizados por essa catástrofe, dificultando a interação entre indivíduos, seria uma das condições motivadoras das divergências linguísticas sistemáticas que viriam a estabelecer-se entre os vários romances (p. 40).

O segundo elemento mobilizado para explicar tais divergências é o contato da língua latina com substratos, superstratos e adstratos linguísticos de outras naturezas. Segundo Sala (2013), o termo “substrato” foi cunhado por Graziadio Ascoli, nas *Lettere glottologiche* de 1881. O termo faz referência ao conjunto de línguas célticas que, na Ibéria, Gália e Rétia, exerceram influência sobre as variedades latinas levadas pelos romanos a essas regiões. Embora as culturas celtas tenham sido preteridas em favor da romanização, deixaram traços importantes na cultura preponderante, traços estes diferentes conforme a região. Do ponto de vista filológico, o latim seria uma camada de língua que se sobrepôs a camadas anteriores e heterogêneas, adquirindo de alguma maneira seus contornos e tornando-se, assim, também heterogêneo (p. 192).

A partir desse conceito de substrato, foram posteriormente elaborados outros. O superstrato seria uma camada linguística que haveria se assentado historicamente sobre o

latim, em posição político-cultural de preponderância, e que assim o influenciaria, mas não chegaria a suplantá-lo; as línguas germânicas são os exemplos mais relevantes. Já o adstrato seria uma camada linguística contígua, que entraria em contato fronteiro com o latim, tal como o grego desde a Antiguidade, no oriente europeu. Ao longo de décadas, os filólogos trabalharam para identificar os elementos linguísticos presentes no latim e nos romances de cada região que fossem provenientes de contato com outros estratos linguísticos. A maior parte dos achados nesse campo é composta de itens lexicais, com alguns traços fonológicos e morfológicos (cf. Sala, 2013).

Em suma, o ponto de vista filológico sobre a evolução do latim e a especiação das línguas românicas a partir dele é o seguinte. Durante o final do período republicano e o princípio da era imperial de Roma (séculos II a.C. a II d.C., aproximadamente), ao mesmo tempo em que a variedade cotidiana e popular de latim se disseminava dia a dia pelos territórios conquistados, uma norma culta ia se formalizando e difundindo a partir dos trabalhos de grandes autores (trabalhos literários, retóricos, historiográficos etc.). Com a desintegração progressiva do Império, qualquer que tivesse sido a influência desse latim sofisticado sobre os hábitos de fala, ela foi diminuindo, e a própria infraestrutura cultural que mantinha estável a norma culta (as escolas, o trabalho administrativo de censores, pretores e questores, a facilidade de circulação de obras escritas etc.) foi fraquejando. Quando adveio a catástrofe das conquistas germânicas, já havia um latim vulgar (informal, oral, característico das classes baixas) bem distinto da norma culta, a qual tampouco mantinha a suposta perfeição clássica, mas já se deteriorava.

O isolamento feudal das comunidades europeias e o contato desigual de cada uma com substratos, superstratos e adstratos linguísticos diversos fomentou a diferenciação regional do latim vulgar durante a Alta Idade Média (séculos V a X). Concomitantemente, a Igreja era a principal responsável pela preservação da “alta” cultura, mas não dispunha dos recursos necessários à manutenção do elevado nível de sofisticação do latim clássico: a mesma catástrofe que isolou falantes teria isolado também eruditos, impedindo a constituição de um sistema educacional universalizante, a circulação de livros e autores e mesmo a instauração da atmosfera de ócio criativo que supostamente permitia o intercâmbio e a produção de discursos. Desse modo, o latim culto entrou em decadência, embora ainda fosse bem mais sofisticado e normatizado do que as variedades regionais de latim vulgar. Estas, livres da pressão exercida pela norma e pela tradição, foram se desenvolvendo cada uma em sua direção particular, até que, em certo momento da Alta Idade Média, já se haviam tornado

línguas diferentes: os romances primitivos.¹³ O latim culto decadente experimentou momentos de revitalização, de tendência uniformizante, durante o correr da história, períodos estes geralmente denominados Renascimentos: o Carolíngio do século IX, o Humanista dos séculos XIV-XVI etc. Tais Renascimentos eram como que injeções de classicismo na norma deteriorada, recuperações parciais da sofisticação antiga do latim; ou seja, atuavam em favor da preservação e universalização. Paralelamente, os romances seguiam suas linhas específicas de mudança histórica, influenciadas por suas especificidades sócio-culturais e geográficas.

Esse é o ponto de vista filológico tradicional sobre o processo de especiação dos romances a partir do latim. Segundo tal ponto de vista, já havia uma distinção entre línguas diferentes, a latina e as românicas, na Alta Idade Média. A conclusão a que chegam os filólogos é que, nessa época, e até pelo menos o estabelecimento dos Estados Nacionais, com suas línguas nacionais prestigiadas, a Europa romanizada existia em estado de bilinguismo societário. As classes incultas dominavam os romances característicos das regiões que habitavam, enquanto que os sacerdotes e outros eruditos comunicavam-se em latim culto. Havia uma barreira à compreensão mútua entre indivíduos de estamentos diferentes e uma diferenciação clara e sistemática entre seus hábitos linguísticos.

Essa análise da situação linguística da Europa romanizada, particularmente no que tange à Alta Idade Média, vai de encontro ao ponto de vista adotado por este trabalho. Embora o estudo, feito por filólogos, das influências cruzadas entre fatos históricos, condições sociais e hábitos linguísticos seja precioso para uma perspectiva ecoevolucionária sobre latim e romances, há outros elementos do quadro traçado pela filologia que não casam tão bem com os fundamentos teóricos desta pesquisa. Tais fundamentos não são congruentes com nenhum dos três conceitos principais que a filologia mobiliza para interpretar a história do latim e das línguas românicas, nem com a hipótese de bilinguismo societário.

O conceito de catástrofe histórica é por demais radical. Decerto a desagregação da infraestrutura imperial e a violência das conquistas germânicas aumentaram o paroquialismo na Europa. Mas isso não significa que tenha havido de fato um isolamento das comunidades (Janson, 2004: 87-89 e Southern, 1953: 74). Muitas estradas romanas de grande extensão tornaram-se pouco seguras e deixaram de receber manutenção, mas habitantes de feudos vizinhos ainda podiam alcançar uns aos outros por meio de estradas menores, inclusive

¹³ A datação desse momento é uma das grandes polêmicas em que se envolveram os filólogos interessados no problema. Há relativamente poucos documentos para o estudo linguístico da Alta Idade Média, e isso motivou elucubrações das mais diversas sobre o tema. Comentários sobre essa questão podem ser encontrados ao longo de Lloyd (1991), McKitterick (1991), Varvaro (1991), Wright (1982) etc..

abertas por eles próprios. A constante ameaça de invasões estimulava as comunidades a fazerem-se autossuficientes, mas quando as invasões de fato ocorriam, não raro resultavam no estabelecimento dos invasores em meio aos membros anteriores de tais comunidades, motivando interações. O comércio, a circulação de diplomatas e as peregrinações tiveram sua frequência e alcance reduzidos, mas não cessaram realmente.

Em suma, tais mudanças na geografia política da Europa não equivalem ao isolamento rigoroso de populações que poderia motivar a diferenciação de suas línguas em novas espécies, de um ponto de vista darwinista. Não houve alienação total de hábitos linguísticos, apenas restrição da diversidade de hábitos a que um indivíduo médio era exposto durante a sua vida. Enquanto a infraestrutura imperial havia ocasionado intercâmbio de culturas gestadas a grandes distâncias umas das outras, a situação na Alta Idade Média era mais limitada ao intercâmbio entre vizinhos imediatos – o que, ainda assim, significa que se formava uma cadeia de interações que continuava ligando indiretamente a Galícia à Sicília.

Os efeitos da desintegração do Império sobre o uso linguístico foram muito mais complexos do que apenas a alienação parcial de comunidades: estavam relacionados mais a fatores econômicos e político-culturais do que propriamente espaciais. Um exemplo do primeiro tipo de fator é a ruralização, que tendia a diminuir a diversidade das interações em que se envolvia um indivíduo devido ao fato de que as habitações no campo tendem a ser mais distantes umas das outras do que na cidade. Um exemplo do segundo tipo é a gradual substituição da norma de uso do latim centralizada em Roma por normas mais locais, definidas por relações de precedência social mais estreitas (Varvaro, 2013: 40-41).

Ou seja, o problema com a noção de catástrofe histórica não é propriamente que ela não corresponda à realidade, mas sim quanto dela corresponde à realidade. Trata-se de uma simplificação, uma redução da complexidade do processo de transformação social que levou da Antiguidade à Idade Média. O mesmo problema se aplica aos conceitos de substrato, superstrato e adstrato. Uma pesquisa como esta, que pretende investigar os aspectos ecológicos da evolução do latim e dos romances, pode aproveitar significativamente elementos de hipóteses filológicas sobre esse processo que levem em conta as interações entre povos acostumados a hábitos linguísticos diferentes. Não deve, entretanto, aceitar acriticamente um ponto de vista que reduz tais povos e hábitos a camadas linguísticas bem determinadas, de limites claros e identidades precisas.

As línguas comunais são agrupamentos de idioletos unidos por semelhanças parciais provenientes do acúmulo histórico de acomodações efetuadas em situações de interação, e tais semelhanças jamais se tornam coincidências totais. Cada língua é internamente heterogênea

também para além das variações interidioletais: ainda que restrita a um espaço geográfico muito pequeno, será inevitavelmente composta por variedades diacrônicas, preferidas por esta ou aquela faixa etária de falantes; por variedades diastráticas, que manifestem e reforcem a estratificação da sociedade em questão; por variedades diafásicas, pois ninguém fala com os filhos pequenos da mesma maneira como fala com aqueles que considera iguais a si. Quando se estuda o contato entre línguas, é preciso levar em conta essa heterogeneidade, pois as interações reais entre indivíduos que constituem situações de contato se dão em função dos fatores sociais envolvidos. Por isso, o estabelecimento de padrões é muito mais complexo do que uma lista de importações lexicais e interferências gramaticais pode expressar. Essas importações e interferências não são absorvidas por todos os membros de uma comunidade indiscriminadamente, mas se distribuem segundo padrões de socialização. Mufwene (2008) observa que, quando se investiga o estabelecimento de hábitos linguísticos indo-europeus nas Américas, é necessário levar em conta que a maior parte das variedades usadas pelos colonizadores não refletia as normas cultas das respectivas línguas metropolitanas, e era muito mais variável internamente do que qualquer registro de dados linguísticos pode abarcar (p. 36). O mesmo alerta vale para a investigação do processo de especiação das línguas românicas a partir do latim. É por isso que Mufwene chega a falar sobre o trabalho dos filólogos da seguinte maneira: “the role of substrate influence in the speciation of Latin into the Romance languages has received only lip service” (p. 14). Ou seja, segundo o autor, o papel da influência dos substratos na especiação das línguas românicas a partir do latim foi reconhecido apenas da boca para fora.

Dentre as variedades linguísticas artificialmente homogeneizadas pela aplicação dos princípios teóricos da filologia, não é nenhum substrato, superstrato ou adstrato que passa pela maior simplificação. A variedade linguística tradicionalmente denominada “latim vulgar” ocupa essa posição. Trata-se, na verdade, de um conjunto altamente heterogêneo de variedades reunidas em uma categoria reducionista. Segundo Varvaro (2013), essa categoria se constituiu a partir do ponto de vista, tradicional desde pelo menos o humanismo renascentista, que considera latim apenas a linguagem dos autores literários romanos – agrupados em um cânone constituído segundo critérios influenciados pelos trabalhos modelares de gramáticos antigos. O autor afirma que essa concepção ingênua sequer recebe suporte dos textos concretos a que os filólogos têm acesso. Desde a criação do conceito de latim vulgar, prossegue Varvaro, ele tem sido definido como um conjunto de desvios em relação à norma culta, sem qualquer sistematicidade (p.24).

Ou seja, nunca existiu de fato um latim vulgar. O que existiam eram inúmeras variedades de latim, que não passavam realmente de processos comunicativos nascidos a cada nova interação, e percebidos como semelhantes devido às acomodações e hábitos linguísticos que fundamentavam sua elaboração. Não seria nem mesmo possível hierarquizar tais variedades como mais próximas ou mais distantes de uma norma culta, pois nem aquelas nem esta eram entidades estáticas, mas sim fenômenos internamente variáveis e sujeitos a constante modificação ao longo do tempo. Uma hierarquia impossível como essa não seria sequer desejável, pois refletiria uma postura preconceituosa e elitista sobre línguas. Que dizer, então, de uma hierarquia formada apenas por duas entidades, o latim vulgar e o latim “certo”? Tal distinção é problemática, pois além de ignorar a complexidade inerente ao fenômeno da variação, não pode ser considerada objetiva ou imparcial.

Em suma, o que dificulta a compatibilização entre a perspectiva dos estudos filológicos e aquela adotada por esta pesquisa é a busca da filologia por generalizações reducionistas. A noção de catástrofe histórica, os conceitos de superstrato, substrato e adstrato, a categoria “latim vulgar” são lentes para uma interpretação da história do latim e dos romances que abrem ao estudioso da história da língua um ponto de vista por demais estreito, que desconsidera a complexidade e o dinamismo dos processos envolvidos. Por isso, a hipótese sobre a situação linguística da Europa romanizada na Alta Idade Média que deriva desse ponto de vista não pode ser tida como totalmente adequada.

É praticamente impossível sustentar a hipótese de bilinguismo societário. Não parece concebível que a norma culta da língua latina fosse cotidianamente praticada pela classe eclesiástica. Se padres e monges haviam adquirido em primeiro lugar uma língua vernácula, possivelmente compartilhada com seus colegas de profissão, e se um vernáculo local decerto seria necessário à comunicação com os paroquianos ou a população que habitava as cercanias de cada mosteiro, por que usar o latim para falar de tarefas domésticas, de fofocas e do clima? Do outro lado da moeda, há evidências de que, pelo menos até o século VII na Ibéria, mesmo o texto litúrgico era lido em voz alta de maneira compreensível para a massa populacional (Wright, 1982: 73-78).

Não havia condições ecológicas que permitissem a alienação linguística de dois grupos sociais tão amplos nessa época. Não havia isolamento entre clero e leigos. Havia, pelo contrário, uma infinidade de interações, pelos mais diversos motivos e das mais diversas formas. Decerto a missa era rezada em um registro linguístico mais formal do que uma barganha comercial, mas esse fato é do mesmo tipo que caracteriza qualquer sociedade monolíngue: todas as línguas são variáveis. É difícil, portanto, acatar a hipótese filológica de

bilinguismo societário, segundo a qual havia duas línguas distintas convivendo em cada região da Europa romanizada na Alta Idade Média: um latim eclesiástico, mais próximo da norma clássica, e um romance nascido do latim vulgar compartimentado por catástrofe histórica e contatos estratificados.

De resto, essa hipótese já é ameaçada pela própria existência de copiosos textos, datados ao longo de todo o Medievo, escritos em latim segundo uma norma inculta demais para ser eclesiástica e conservadora demais para ser vulgar. Segundo Frutos (2012), esse fato motivou o filólogo Ramón Menéndez Pidal, no livro de 1926 *Orígenes del Español*, a propor a existência de uma variedade linguística intermediária, um latim notarial. Esta seria uma norma empregada principalmente por burocratas, e que estabeleceria uma situação de trilinguismo societário (p. 1). Mas postular uma variedade intermediária não resolve o problema, pois mantém os pressupostos pouco prováveis de isolamento dos falantes, de clareza de limites entre as variedades e de superioridade da norma culta. Não por acaso, essa terceira via da latinidade logo recebeu dos seguidores de Pidal o nome de “latim bárbaro”. O bilinguismo ou trilinguismo societário são hipóteses reducionistas, que já foram inclusive colocadas em dúvida nos anos 60 do século XX, pelos defensores de um ponto de vista diglótico sobre o latim e as línguas românicas.

4.2 Diglossia

O termo técnico “diglossia” originou-se como um decalque lexical do francês para o inglês. Em francês, *diglossie* significa “bilinguismo”. Em um artigo seminal, Ferguson (1959) optou por empregar a palavra para denominar casos extremos e estáveis de variação sociolinguística combinada com identidade metalinguística das variedades. Ferguson aborda quatro exemplos de línguas (árabe, grego moderno, alemão suíço e crioulo haitiano) que apresentam variedades estilísticas cuja aquisição e uso são socialmente condicionados, variedades estas tão diversas que são capazes de bloquear a inteligibilidade entre falantes. Do ponto de vista desses mesmos falantes, contudo, sua língua tão variável continua sendo uma só. Por exemplo, um falante de árabe padrão e um de árabe caiota são incapazes de compreender um ao outro enquanto empregando procedimentos linguísticos que ambos reconhecem ser parte de apenas uma língua: árabe. E o autor frisa que a diglossia não é uma conjuntura linguístico-social instável ou efêmera. Não são raros os casos em que a diglossia se estende por séculos, e o árabe e o grego encontram-se nessa situação já há mais de mil anos (p. 240).

A diglossia se mantém, conforme a análise do autor, pela preservação de uma variedade “alta” (denominação dada por Ferguson como um reflexo da perspectiva que observou ser adotada pelos próprios falantes) em convivência com variedades “baixas” em quantidade indeterminada. A partir das palavras *high* e *low*, o autor passa a usar as letras H e L para referir-se às variedades “altas” e “baixas”, respectivamente. Essa solução será adotada também aqui. As propriedades que distinguem o árabe H dos árabes L, assim como o grego H dos gregos L, e assim por diante, são as seguintes.

- Função. Cada variedade é apropriada a certas situações sociais, e não a outras. Ferguson (1959) afirma que um estrangeiro que aprenda a falar L fluentemente e o utilize em discurso formal será ridicularizado. Analogamente, um indivíduo que use H numa situação cotidiana e despreocupada, como fazer compras, será também motivo de ridículo (p. 236).

- Prestígio. H é considerada melhor pelos falantes em diversos aspectos (beleza, expressividade, relevância, exatidão lógica etc.). Não é incomum, segundo Ferguson, que a própria existência de L não seja sequer reconhecida, sendo as diferenças estruturais que impedem inteligibilidade explicadas como deficiências de conhecimento da língua por parte dos falantes de uma L. Com muita frequência, árabes instruídos afirmam jamais usar L, apesar do fato de que a observação direta mostra que eles a usam constantemente, em toda conversa cotidiana (p. 237). Falantes de L geralmente incorporam e reproduzem tais noções, depreciando suas próprias competências linguísticas.

- Tradição literária. Obras de arte escritas em L são vistas pela comunidade como folclore. Apenas H é representada no que se admite ser literatura. O tesouro literário da comunidade pode ser incrementado por novas obras redigidas em H, e autores que citam tal literatura são reputados muito competentes em seu trabalho.

- Aquisição. L, adequada a situações domésticas, é quase exclusivamente a variedade materna de todos os falantes. H é aprendida através de educação formal, e como tal, reservada aos que têm direito a ela segundo as convenções hierárquicas da sociedade em questão.

- Normatização. Há geralmente uma norma explícita, registrada em dicionários, gramáticas e manuais, para H (embora isso não se aplicasse a alguns casos, como o do grego moderno, ao menos na época em que o artigo foi originalmente publicado). Os falantes, entretanto, nunca a dominam tanto quanto o fazem com sua L nativa, cuja norma é incorporada, mas não discutida explicitamente.

- Léxico. H inclui termos técnicos e palavras eruditas de que carece L; esta, por sua vez, inclui palavras que fazem referência a objetos domésticos ou caracteristicamente locais das quais carece H. Quando uma palavra em alguma das variedades tem uma correspondente

diferente na outra, a opção pelo uso de uma ou outra é um sinal claro, para os falantes proficientes, de qual variedade está em uso.

- Fonologia. L tem seu sistema fonológico completamente desenvolvido, o qual fornece recursos a H. Isso significa que a pronúncia H é, na melhor das hipóteses, prevista por regras oficiais que, de fato, dobram-se aos hábitos de fonação adquiridos pelos falantes como parte de L.

Ferguson (1959) também afirma que “H tem categorias gramaticais ausentes de L, e tem sistemas flexionais para substantivos e verbos que são muito reduzidos ou totalmente ausentes de L” (p. 241, tradução minha¹⁴). Entretanto, ele não discorre sobre o outro lado da questão: não aponta as categorias gramaticais tipicamente presentes em L e ausentes de H.

O artigo de Ferguson é finalizado por sugestões referentes às possibilidades de aplicação do conceito a outros objetos de estudo além das quatro línguas eleitas como exemplos. O autor afirma ser provável que essa situação particular de organização linguístico-social seja muito disseminada, ainda que raramente mencionada, e ainda menos descrita satisfatoriamente (p. 233). Algumas páginas depois, ele especula se a relação entre o latim e os romances na Idade Média não poderia ser explicada como um caso de diglossia: a convivência entre uma variedade quase homogênea, mais prestigiada, reservada a situações formais, normatizada, modelada e confirmada por literatura clássica, educação formal e pela constante vigília dos eruditos; e variedades aprendidas e empregadas em situações cotidianas, hierarquicamente rebaixadas pelos próprios usuários, que encontrariam barreiras à inteligibilidade mútua em virtude de tal variação.

De um ponto de vista ecoevolucionário, a suposição de que a relação entre latim e romances fosse diglósica é um avanço em relação à tradição filológica. O conceito de diglossia abandona o elitismo inerente à preservação de tesouros literários nacionais e o transforma em objeto de estudo: não é mais a realidade da língua que se organiza em hierarquias naturais (como a diferença hipotética entre latim culto e vulgar), mas sim a comunidade de interactantes que projeta seus preconceitos e padrões sociais na percepção que tem dos próprios hábitos comunicativos. Tais preconceitos e padrões devem ser descritos pelo linguista, examinados como elementos específicos da ecologia em que línguas diglósicas evoluem. Essas línguas não são mais vistas como entidades homogêneas resultantes do contato entre estratos linguísticos bem definidos, mas sim como heterogeneidades ordenadas compostas de variantes selecionadas para uso segundo as características sociais e

¹⁴ H has grammatical categories not present in L and has an inflectional system of nouns and verbs which is much reduced or totally absent in L.

circunstanciais de cada situação de comunicação. Vale a pena, portanto, examinar a relevância dos pontos de vista que investigaram a especificação dos romances a partir do latim como um fenômeno de diglossia.

Lüdtke (1964) foi um dos iniciadores da tradição de aplicar o conceito ao latim e às línguas românicas. Para fundamentar sua análise, o autor faz uma relação entre variedades H e L e as modalidades oral e escrita do latim. Para Lüdtke, os hábitos comunicativos da Europa romanizada na Alta Idade Média organizavam-se simetricamente: de um lado estaria a escrita H e, do outro, os inúmeros falares L. Entre os dois, existiria uma clivagem. A desigualdade social constitutiva do sistema feudal impediria grande parte da população de ter acesso à alfabetização e, por conseguinte, à variedade H. Assim sendo, todos os indivíduos dominariam alguma variedade L de fala, e apenas alguns (principalmente clérigos) dominariam também uma variedade H escrita. Essa situação seria modificada pelo Renascimento Carolíngio. As reformas religiosas ocorridas nesse período teriam reservado o que antes era uma variedade H escrita apenas a usos eclesiásticos. Isso teria deixado a sociedade carente de recursos que satisfizessem outras necessidades de escrita formal. Gradualmente, ao longo da história, isso resultaria em uma mudança de perspectiva metalinguística sobre o que antes eram variedades L, mudança esta que elevaria tais variedades ao estatuto de línguas plenas, cada uma com seu espectro diafásico particular. Convenções de escrita seriam criadas para elas, de modo a torná-las úteis a fins burocráticos, principalmente. Desse modo, a simetria preexistente haveria sido rompida e, na Baixa Idade Média, a situação diglósica estaria desfeita. O latim seria uma língua eclesiástica e os romances estariam bem estabelecidos como línguas passíveis de fixação escrita e de variação em níveis de formalidade.

Essa interpretação, que recebeu boa aceitação da linguística, é mais complexa do que a interpretação filológica da história dos hábitos comunicativos na Europa romanizada medieval. O papel do Renascimento Carolíngio como divisor de águas e a importância dada à definição metalinguística de fronteiras entre os romances (e entre cada um deles e o latim) são elementos úteis para este trabalho, e serão incorporados às análises aqui realizadas. Contudo, a hipótese diglósica ainda apresenta elementos que não se adéquam totalmente a uma análise ecológica da evolução do latim e dos romances. Ela ainda simplifica a complexidade das relações entre as múltiplas variedades latinorromânicas concretas que necessariamente emergiram da complexidade das múltiplas formas de interação entre indivíduos inseridos num ambiente social e biofísico em si mesmo complexo. Toda essa heterogeneidade mutante é reduzida a uma oposição binária entre escrita formal e oralidade coloquial, que não se observa

em nenhuma língua viva. Para que tal hipótese se sustente, é preciso que sejam ignoradas evidências materiais da complexidade linguística em questão. Por um lado, há evidências de variação interna ao latim escrito, evidências estas que motivaram a hipótese filológica de trilinguismo societário mencionado acima: os notários empregavam, no seu trabalho burocrático, uma linguagem escrita que não se adequava à norma clássica (Frutos, 2012: 1). Por outro lado, a variedade formal não era apenas escrita, pois a liturgia precisava ser celebrada oralmente durante a missa – e, conforme já apontado, era reconhecível, pela congregação composta principalmente por indivíduos de pouca instrução formal, como uma forma mais elevada e solene da mesma língua que falavam todos os dias (Wright, 1982: 73-78).

Frutos (2012) busca vencer essas limitações da hipótese diglössica ao propor o conceito de espectroglossia. Segundo ele, o que haveria na Alta Idade Média românica seria uma norma latina formal escrita, uma norma romance coloquial oral, com um *continuum* de variedades concretas de uso linguístico entre esses dois pólos. Mas tal proposta não resolve o problema devido a duas razões principais. Uma é que não se pode afirmar que existisse uma só norma de fala: a própria definição que Ferguson dá de diglossia prevê a existência de diversas variedades L em oposição conjunta à H, o que significa que não é possível esboçar com clareza a forma que deveria tomar a hipotética norma romance como um todo. A outra razão é que um gradiente unidimensional de variedades, posicionado linearmente entre dois pólos ideais de uso linguístico, é ainda uma simplificação. Conforme citado acima, as normas que funcionavam como ideais de perfeição linguística eram também múltiplas em uma Europa paroquial como a da Alta Idade Média (Varvaro, 2013: 40-41). Apesar disso, os contatos locais entre populações e indivíduos em interação cotidiana continuavam ocorrendo, e cada um desses contatos tinha o potencial de estabelecer ecologias inovadoras para os idioletos envolvidos e fornecer-lhes novas variantes linguísticas segundo as condições circunstanciais em que as interações ocorriam, sem que necessariamente atuasse a influência centralizadora de alguma norma. Para que o conceito de espectroglossia fosse coerente com princípios teóricos ecoevolucionários, ele precisaria ser ainda mais expandido, de modo a tornar-se multidimensional. Mas há motivos para não encetar essa expansão; estão elencadas a seguir as principais razões para não aderir à tradição dos estudos da diglossia ao examinar a especiação das línguas românicas a partir do latim.

Lidar com o conceito de diglossia (e o de espectroglossia, que toma aquele por matriz) significa lidar com uma polêmica teórica relativa à própria definição do conceito. Hudson (2002) informa que, desde a proposta original de Ferguson, em 1959, os linguistas

que se dedicaram a investigar a diglossia aplicaram-na aos mais diversos objetos de estudo. Tais aplicações práticas, assim como reflexões teóricas sobre a categoria que foram colocadas em debate, estenderam-na, modificaram-na e flexibilizaram seu escopo. Mas essas extensões, modificações e flexibilizações não foram realizadas consensualmente, o que criou discordância entre grupos de linguistas quanto ao que seja de fato diglossia (p. 1).

Green (1993) chega a propor uma definição tão vaga que abarca a situação linguística de qualquer comunidade humana e recobre o objeto de estudo mais geral da sociolinguística como um todo: diglossia seria, segundo ele, a diferenciação funcional de variedades linguísticas conforme níveis socioculturais, sejam tais variedades de uma mesma língua ou não (pp. 17-19). Já Hudson (2002) prefere uma definição mais estrita, que dê especificidade ao conceito: para ele, diglossia é um fenômeno de variação diafásica caracterizado pelo fato de que a variedade H não é usada cotidianamente por nenhum grupo social (pp. 3 e 39-40). Ou seja, o autor exclui de sua definição todos os aspectos diastráticos da diglossia fergusoniana, afirmando que as questões relacionadas à aquisição das variedades são questões de estratificação social, e não linguística (pp. 3, 5 e 7).

Uma definição de espectroglossia que excluísse fatores diastráticos seria pouco útil à análise da especiação dos romances a partir do latim de uma perspectiva ecoevolucionária. Afinal, os aspectos sociais das interações comunicativas são fatores fundamentais para a caracterização das ecologias em que ocorrem práticas linguísticas. Por outro lado, se fosse adotada uma definição muito genérica de diglossia, o conceito perderia sua utilidade operacional, igualando-se à variação sociolinguística: segundo Fishman (1967), sociedades normalmente consideradas monolíngues são de fato diglósicas caso seus membros empreguem alternativamente variedades linguísticas adequadas a papéis sociais diversos, mantidos e tornados acessíveis por instituições fortes (p. 32). Esse é o caso de praticamente todas as línguas do planeta, dependendo do que for considerado “forte”.

Ou seja, empregar tal conceito é pisar em terreno instável. Adotar o termo “diglossia” é correr a um só tempo os riscos de obscuridade (pois, a cada uso do termo, é necessário que se esclareça como ele está sendo usado) e de digressão (pois o debate com autores que discordam da acepção escolhida torna-se inevitável, podendo desviar o autor de seu real objeto de estudo).

Os problemas relativos à definição de diglossia tornam-se particularmente candentes quando o objeto de estudo é a especiação dos romances a partir do latim. A compreensão desse processo passa pela questão de determinar a partir de qual momento uma distinção clara entre latim e romance passou a existir para os interactantes que conviviam com essas duas

variedades. Mas qual seria a relevância da resposta a tal questão para classificar essa situação linguística como diglósica ou não? Para Fishman (1967: 32), Green (1993: 24) e Hudson (2002: 17-18), a diglossia ocorre quando há distinção clara e consciente entre variedades estáveis, de modo que os interactantes tenham controle ao optar por usar uma variante L ou H a cada momento. Para Frutos (2012: 21-27) e Versteegh (1992: 269-270), a diferença metalinguística não é imprescindível, e a variação diafásica inconsciente pode ocorrer em situações diglósicas.

Além desses problemas mais abstratos relativos à conceituação da diglossia, há outros mais concretos. As evidências materiais, presentes nos textos escritos em latim, de que houvesse uma situação diglósica durante a Alta Idade Média não são particularmente fortes. Por exemplo, Heene (1991) aponta como evidência o prólogo da *Vita Richarii*, de 801, em que o autor faz distinção entre dois níveis de escrita, em trechos dedicados a dois públicos distintos: um para edificar o povo e outro para uso interno das instituições eclesiásticas (p. 149). Mas essa *Vita Richarii* foi escrita por Alcuíno de York, o principal indivíduo encarregado por Carlos Magno de levar adiante as reformas religiosas e linguísticas de “purificação” do latim. O documento tem valor retórico, pois o autor procura demonstrar, na sua própria feitura, como o latim eclesiástico e a linguagem vernácula devem ser diferenciados a partir de então. Por outro lado, as diferenças entre trechos destinados a públicos diferentes em um texto como a *Vita Remigii*, escrita por Hincmar de Reims por volta de 880, são basicamente de assunto, não de estrutura (Heene, 1991: 150). Embora adepta da hipótese diglósica, a própria autora assume que não é possível estimar um nível geral de compreensibilidade dos textos escritos em linguagem latinorromance até o final do século IX para um público pouco instruído caso fossem lidos em voz alta; cada texto precisa ser analisado individualmente caso haja interesse em investigar seu nível de compreensibilidade específico (p. 153).

Ou seja, não há, pelo menos até o final do século VIII, dados históricos ou linguísticos que demonstrem a existência de uma situação de incomunicabilidade entre usuários de diferentes variedades latinorromânicas¹⁵ (Banniard, 2013: 66-85). A barreira de inteligibilidade entre grupos sociais foi uma das principais características que motivaram Ferguson a elaborar o conceito de diglossia. Embora esse conceito tenha deslizado bastante em seu significado desde então, a maioria dos pesquisadores que o emprega considera hoje que ele não seja bem aplicável à situação linguística da Europa romanizada na Alta Idade

¹⁵ Para além do fato óbvio de que os analfabetos não poderiam comunicar-se por escrito.

Média (Green, 1993: 19-25). Green afirma que as línguas românicas se envolveram em casos de diglossia principalmente a partir de 1789, e Adams (2004: 399-403) faz uso do conceito para investigar as relações entre latim e grego na Antiguidade. Durante a Alta Idade Média, o panorama linguístico era bem mais complexo do que uma oposição diglósica (ou espectroglósica). Tanto é que, segundo Banniard (2013: 91), o próprio Lüdtke, iniciador dos estudos sobre diglossia latinorromânica, abandonou essa hipótese em 2005.

Portanto, a hipótese de que o estágio evolutivo em que se encontravam latim e romances na ecologia da Alta Idade Média fosse diglósico não é adequada aos princípios teóricos adotados por esta pesquisa. É preciso ir mais longe na busca de uma perspectiva teórica que abarque a complexidade e o dinamismo das interações linguísticas reais que ocorriam nesse período. Tal perspectiva será apresentada a seguir.

4.3 Monolinguismo Complexo

A hipótese de monolinguismo complexo foi primeiramente apresentada por Wright (1982). O autor não formula seu raciocínio com base em teorias da complexidade, do tipo esboçado no primeiro capítulo desta pesquisa. Contudo, o ponto de vista que adota para discorrer sobre o latim e os romances pode ser compatibilizado com uma visão de língua ecoevolucionária. O próprio termo “monolinguismo complexo” pode soar contraditório à primeira vista, mas reflete um posicionamento teórico que adota a variação linguística como pressuposto e a leva às últimas consequências. A verdade é que nenhuma língua é menos do que complexa. Não há comunidade que não experimente algum nível de estratificação social, nem indivíduo que não precise lidar com situações de comunicação de diferentes níveis de formalidade. Essa heterogeneidade social e interacional reflete-se na estrutura de cada língua, que será necessariamente multiforme e complexa. É desse princípio que Wright parte para estudar a complexidade da situação linguística da Europa romanizada na Alta Idade Média. E seus estudos o levam a concluir que não havia bilinguismo societário nem diglossia nesse ambiente, mas sim monolinguismo. Uma só língua, composta de inúmeras variedades social e historicamente constituídas, dominadas em maior ou menor número, com maior ou menor perícia, por cada um dos interactantes envolvidos nos vários atos comunicativos da vida diária.

Ou seja, para Wright (1982), latim e romance não eram distintos na Alta Idade Média, nem como línguas nem como variedades diglósicas. O que havia era uma multiplicidade de maneiras de comunicar-se relacionadas à multiplicidade de classes sociais,

profissões, níveis de instrução formal, acesso à alta cultura e detalhes imponderáveis das histórias pessoais de cada indivíduo, que não se constituíam em distinções entre línguas ou variedades bem determinadas, reconhecíveis pelos falantes. Todas as variedades eram denominadas “latim” durante a Alta Idade Média – caso precisassem ser denominadas (pp. x-xi).

Sendo assim, os habitantes do Reino dos Francos e das Penínsulas Itálica e Ibérica falavam latim como língua nativa, e apenas alguns aprendiam a escrever latim. Tal aprendizado incorporava convenções antiquadas, que pouco correspondiam às convenções da oralidade, mas que eram cobradas dos escribas na qualidade de técnicas corretas. Wright dá como exemplo elementos de morfologia verbal que se haviam tornado “mudos” (*-abit, -bus*) e a correspondência de formas gráficas distintas, como *virgen, virginem, virgine* e *virgini* à forma fônica [viɛrdʒə] ou [virdʒə], válida para todas.¹⁶ Os textos escritos podem dar a impressão de que seus autores falassem de maneira extremamente conservadora, mas tal impressão é desfeita quando se considera a inevitável distância que existe sempre entre oralidade e escrita, especialmente quando a escrita se faz segundo um sistema arcaizante.

Essas considerações se opõem à hipótese filológica do bilinguismo societário. Em oposição à hipótese diglósica, o autor nega a existência de uma barreira à inteligibilidade mútua entre os interactantes. Os eruditos usavam variedades linguísticas orais suficientemente semelhantes àquelas empregadas pela massa populacional para que se estabelecesse uma compreensão continuamente administrada, interação a interação. Quando se comunicavam por escrito, faziam uso das convenções gráficas que haviam aprendido: a palavra que pronunciavam [viɛrdʒə] ou [virdʒə] deveria ser escrita *virgen, virginem, virgine* ou *virgini*, conforme o contexto. Mais importante, se fosse preciso ler em voz alta um texto que contivesse uma dessas formas gráficas, ela seria indiscriminadamente lida [viɛrdʒə] ou [virdʒə]. Ou seja, embora a pequena taxa de alfabetização impedisse que a maioria do povo se comunicasse por escrito, a linguagem escrita, quando oralizada, podia ser compreendida. Quando os indivíduos alfabetizados comunicavam-se oralmente, tentavam acomodar seus respectivos idioletos aos dos interlocutores, para compreendê-los e fazer-se compreender, como invariavelmente ocorre em situações de interação.

Esse estado de coisas teria começado a mudar com a fundação do Sacro Império Romano-Germânico. Wright (1982) apresenta assim suas propostas: “Este livro examina as implicações de uma só hipótese: que o ‘latim’, como o conhecemos há mil anos, é uma

¹⁶ Essa situação é análoga à correspondência, em francês moderno, de *chante, chantes* e *chantent* a [ʃɑ̃:t].

invenção do Renascimento Carolíngio” (p. ix, tradução minha¹⁷). A invenção de que o autor fala tem suas raízes em convenções de pronúncia. Para unificar culturalmente seu império, Carlos Magno procedeu a uma série de reformas institucionais centradas na Igreja. Figurava como parte proeminente dessas reformas a criação de um método de leitura de textos sacros em voz alta, para que a linguagem do rito cristão fosse homogênea nas diversas regiões do Sacro Império. Essa pronúncia foi estabelecida como a “correta” para o latim, em oposição às maneiras vernáculas de pronunciá-lo. Ou seja, as reformas carolíngias estabeleceram uma diferença entre latim e romance que antes não existia (diferença esta que, depois de estabelecida inicialmente em termos de pronúncia, espalhou-se para outros aspectos da língua, disseminou-se e firmou-se apenas gradualmente). Latim passou a ser a língua da Igreja, a partir de então ininteligível para as massas, porque pronunciada de maneira que não era intuitivamente reconhecível e não podia ser acomodada às circunstâncias interacionais sob pena de heterodoxia. A abertura desse abismo entre os vernáculos e o latim (denominação que antes abarcava os vernáculos) foi o pontapé inicial para a especiação das línguas românicas: a percepção da diferença se impôs. Fatos históricos posteriores constituiriam um ambiente ecologicamente propício à evolução das línguas românicas em direções diferentes e, principalmente, à fixação da consciência metalinguística de sua diversidade.

Ou seja, não foi apenas uma dissimilação lexical e gramatical que estabeleceu a diferença entre latim, italiano, português, espanhol, francês, romeno etc. Diferenças regionais entre essas línguas certamente existiam, mas também existiam internamente a cada uma delas, assim como existiam diferenças sociais de outras ordens e diferenças estilísticas que simplesmente não respeitavam as fronteiras nacionais hoje reconhecidas. A variação era ubíqua e sempre mutante, e não impediu a comunicação até o momento em que forças políticas criaram pressões ecológicas intensas o bastante para motivar separações convencionais e categóricas. Para Versteegh (1992), isso deveria significar que, no Renascimento Carolíngio, não foi inventado o latim, e sim as línguas românicas, que já existiam mas não eram reconhecidas (p. 271). Mas o ponto de vista de Wright é mais empirista: não se pode inventar o que já existe. A denominação de um fenômeno não o traz à existência, mas apenas firma seus limites categóricos – limites estes sempre artificiais, pois a complexidade de qualquer fenômeno ultrapassa as convenções a ele impostas. O latim é que foi realmente inventado, pois nunca, antes do reinado de Carlos Magno, houvera uma língua

¹⁷ This book examines the implications of a single hypothesis: that ‘Latin’, as we have known it for the last thousand years, is an invention of the Carolingian Renaissance.

falada da maneira como suas reformas exigiram que os eclesiásticos lessem em voz alta os textos sagrados.

Os principais elementos da perspectiva teórica adotada por esta pesquisa estão presentes no raciocínio de Roger Wright. Sua visada sobre a especiação do latim a partir das línguas românicas leva em conta toda a complexidade do processo e o insere na sua realidade histórica. Tal inserção torna as hipóteses e argumentos de Wright especialmente adequados a uma leitura ecoevolucionária: há atenção cuidadosa às transformações que as línguas sofrem ao longo do tempo e aos fatores ambientais que influenciam tais mudanças. O capítulo que se segue, portanto, será dedicado a um estudo mais aprofundado da obra de Wright, a partir de princípios de análise ecoevolucionários, para que se possa estabelecer uma hipótese compatível com as premissas deste trabalho sobre como as línguas românicas se especiaram a partir do latim.

5 A ESPECIAÇÃO DAS LÍNGUAS ROMÂNICAS EM SI

Neste capítulo, será apresentada uma análise da especiação das línguas românicas a partir do latim, como um processo evolutivo de transformações constantes em hábitos de interação comunicativa. Partindo do princípio de que tais transformações responderam a pressões ecológicas, os fatos históricos que constituíram o ambiente no qual a especiação ocorreu serão relacionados a ela como influências decisivas. Devido ao fato de que o linguista tem acesso apenas a uma fração dos dados linguísticos de que precisaria para uma descrição sistemática, é necessário que fundamente sua investigação em hipóteses. Conforme exposto no capítulo anterior, dentre as hipóteses sobre as maneiras como os indivíduos se comunicavam em ambientes romanizados entre os séculos VI e IX – e sobre como se desenvolveram padrões de comunicação diferenciados entre os séculos IX e XIII – a mais adequada aos princípios teóricos adotados para esta pesquisa é a do monolinguismo complexo, aventada por Roger Wright. Por isso, a análise que se segue contará com diversas contribuições advindas das obras desse autor e de autores que secundaram suas posições.

Primeiramente, o quadro do monolinguismo complexo na Alta Idade Média será traçado com mais exatidão. Em particular, as relações entre língua falada e língua escrita serão examinadas, devido ao fato de que apenas a escrita é diretamente acessível ao linguista. Em seguida, o fenômeno histórico das reformas carolíngias e sua interferência no padrão de monolinguismo complexo serão examinados. Então, serão estudadas as consequências dessa interferência, as ondas de choque e as reações em cadeia que ela causou nos hábitos comunicativos monolíngues, até torná-los plurilíngues. Os movimentos históricos de inovação linguística que foram paulatinamente fazendo emergir as línguas românicas como entidades categoricamente reconhecíveis serão por fim apresentados.

5.1 Uma Língua que era Várias

A hipótese de Wright (1982) sobre o monolinguismo complexo consiste na suposição de que não havia diferenciação clara entre latim e romances durante a Alta Idade Média. A hipótese também rejeita a noção de que houvesse diferenciação radical entre variedades latinas, abandonando o conceito de latim vulgar. Isso não significa que a variação não existisse, mas que era fluida demais para permitir a determinação do latim vulgar como uma entidade em si mesma (pp. 52-54). O que havia era apenas uma língua, definida pela coletividade humana que fazia uso dela. Havia suficientes semelhanças parciais entre as

variedades presentes nessa comunidade para que a comunicação cotidiana fosse não apenas possível, mas trivial. Além disso, na percepção das pessoas envolvidas (consciente ou não), o que havia era identidade entre os hábitos comunicativos dos membros de uma vasta comunidade, não cisão entre variedades regionais. Apesar das inevitáveis e perceptíveis diferenças dialetais, era reconhecida apenas uma língua. Quando essa língua precisava ser denominada, recebia o nome de latim (pp. ix-xi).

Há abundantes evidências em apoio à suposição de que não havia discrepância violenta de hábitos linguísticos entre a população erudita e a rústica, particularmente em termos de fonação (pp. 45-103). Tais evidências foram retiradas da liturgia, de gramáticas, da documentação legal e da poesia – esta última, especialmente útil por conter indícios fortes de sonoridade embutidos na forma escrita. Em termos de técnicas de escrita, esses documentos históricos apresentam coerência com normas herdadas de gramáticos romanos, mas não apresentam homogeneidade. Principalmente os notários, indivíduos que trabalhavam com documentação burocrática, formavam uma classe que empregava a escrita segundo suas histórias pessoais de alfabetização e as necessidades práticas de seu trabalho, as quais frequentemente os levavam a desviar-se da norma. Esses modos variados de escrever serão discutidos com mais vagar na seção seguinte deste capítulo.

A variação linguística existia em ambas as modalidades, escrita e falada; mas não era, por si só, razão forte o suficiente para o desenvolvimento de uma categorização que distinguisse línguas determinadas. Todos falavam latim, cada qual à sua maneira, de acordo com a época e os locais onde nascera e vivera, e de acordo com as circunstâncias que encontrava. Uma elite cultural escrevia, segundo convenções tanto ortográficas – maneiras reconhecíveis de representação da fala em pergaminho – quanto pragmáticas – níveis de formalidade. A maneira como as palavras eram faladas não é diretamente previsível a partir da maneira como eram escritas, simplesmente porque as citadas convenções de escrita não necessariamente são óbvias ao olho e ao ouvido (assim como nunca são quaisquer convenções de escrita). Isso não impedia que os escribas considerassem que falavam e escreviam a mesma língua. Uma palavra escrita como, por exemplo, *peccatorum*, era considerada a maneira correta de se escrever “de pecados”. A flexão de genitivo plural (-*orum*) era grafada, mas não pronunciada; a preposição “de” com significado genitivo era pronunciada, mas não grafada; na fala, a marca de plural era -s; o som oclusivo velar surdo era grafado como geminado (cc), mas não pronunciado assim; o som oclusivo alveolar era grafado t, mas sonorizado na fala. E ainda assim, o escriba reconheceria apenas uma palavra nas duas formas, oral e escrita – e

caso lesse em voz alta a palavra *peccatorum*, falaria “de pecados” (ou “dos pecados”, já que o latim escrito tradicional não contava com artigos).

Discutindo essa variação interna ao latim da Alta Idade Média, Wright (1982: 46-50) faz afirmações que se adéquam ao conceito de acomodação linguística proposto por Mufwene (2008). Origem geográfica, estamento social e contexto situacional engendravam diferenças de fala: os mesmos tipos de diferenças que existem internamente a qualquer língua em qualquer época, e não impedem nem a comunicação nem a unificação metalinguística das variedades. O indivíduo que viajasse por terra desde a Galícia até a Sicília experimentaria as transições graduais de um *continuum* linguístico-dialetal, às quais poderia adaptar-se no ritmo da própria jornada (da maneira como era feita à época, bem mais lentamente do que hoje). Wright destaca particularmente o fato de que a inteligibilidade mútua era (e ela sempre o é, como destaca Mufwene) administrada: falantes de variedades diferentes, incluindo línguas diferentes, podem ou não compreender uns aos outros, dependendo de uma multiplicidade de fatores. Alguns indivíduos são mais perceptivos, criativos ou flexíveis do que outros; há situações que facilitam a interação; e muitos recursos às vezes considerados não-linguísticos, tais como entonação, expressão facial, gestos manuais e postura corporal, podem ser empregados. Wright conclui que não é necessário postular a existência de uma língua franca na Europa anteriormente ao século IX (papel tradicionalmente atribuído pela filologia ao latim culto, em oposição ao vulgar). Há evidências de que habitantes de terras distantes eram capazes de entabular conversação nessa época, mas isso só significa que os variados vernáculos não eram tão diferentes que não se pudessem adaptar uns aos outros se necessário.

No aspecto da percepção que os indivíduos tinham de seus hábitos comunicativos, e dos nomes que davam a tais hábitos, predominavam as noções de unidade e identidade. As inúmeras variedades linguísticas circunstancialmente perceptíveis eram todas consideradas variedades de um só latim. Esse fato aparece na metalinguagem que circulava na época. Uytfanghe (1991) faz um estudo de documentos da Alta Idade Média e atinge as seguintes conclusões. Antes das reformas carolíngias, ambos os termos *lingua latina* e *lingua romana* (e seus derivados) denominavam algo como “a língua que todos falavam” – e, em alguns casos, *lingua romana* indicava a qualidade superior da linguagem de alguém, por associação com Roma. Essa sinonímia entre *latinus* e *romanus* aparece tanto em autores cuja cultura nativa era românica quanto nos germânicos. *Lingua latina* ou *romana* opunha-se a *lingua barbara*, ou *thiotisca*, ou *teudisca* (germânica), assim como ao grego, hebraico e árabe. Durante e após o Renascimento Carolíngio, que impôs uma norma oficial de “bom latim”, os termos *romanus*, *romanicus* e similares passam a ser usados para distinguir a linguagem popular da

culta (*latina*). Mas esse uso dos termos é inicialmente muito eventual, depois intermitente e irregular ao longo de, no mínimo, todo o século IX (pp. 115-119). A diferença foi se estabelecendo gradualmente, conforme será descrito com mais vagar adiante neste capítulo.

Ainda segundo Uytfanghe (1991), adjetivos como *rusticus* e *vulgaris* (e suas formas adverbiais) denotavam consciência de variação diafásica, não da existência de códigos linguísticos bem distintos ou de barreiras fortes à compreensão. Tais termos indicavam a origem ou condição social de um interactante ou grupo de interactantes, ou ainda, seu estilo de fala ou escrita: estilos não idênticos de uma mesma língua latinorromânica (pp. 115-119).

Esse ponto de vista fica bem claro na pesquisa que o autor faz sobre as acepções da expressão metalinguística *quod vulgo dicitur* (e suas variantes, como *quod vulgo vocant*, ou simplesmente o advérbio *vulgariter*). A expressão se traduz literalmente por “que é dito pelo povo”, ou seja, “como diz o povo”, “como se fala popularmente”. Alguns autores já interpretaram essa expressão, abundante em textos do período, como evidência de consciência metalinguística da distinção entre latim culto e vulgar, encarados como línguas em processo de separação – e, no caso do vulgar, de especiação incipiente em romances. Mas Uytfanghe (1991) atesta que o uso mais comum de *quod vulgo dicitur* etc. era introduzir nomes próprios de uso cotidiano – principalmente topônimos que um leitor distante do local referido pudesse desconhecer, muitas vezes equivalentes a nomes mais antigos, dados nos tempos do domínio romano. Além disso, a expressão introduzia palavras de origem etimológica não latina, regionalismos, gírias e termos técnicos (pp. 118-119). Ou seja, exatamente os tipos de palavras que até hoje precisam ser apresentadas a interlocutores que, dominando dada língua, sejam leigos em certas variedades estilísticas. Também a expressão *recte loqui* (falar corretamente, falar bem) tem um viés normativo que faz distinção entre níveis estilísticos de uma mesma língua. Segundo McKitterick (1991), essa ausência, na época, de discussão de problemas linguísticos deve receber a seguinte interpretação: não havia quaisquer problemas linguísticos significativos, a não ser os combatidos pela disseminação da alfabetização e da instrução (p. 142).

Somente a partir do século IX, fatos históricos de natureza política deram às pessoas que acreditavam que latim e romances eram línguas diferentes (ou que acreditavam que eles precisavam ser diferenciados, em nome de um ou outro interesse) o poder para implementar a disseminação de suas convicções metalinguísticas, e uma miríade de novos fatos históricos garantiu o sucesso de tal empreitada. Enquanto os vários povos da Europa romanizada não

teorizaram sobre qual língua cada um falava, todos falavam uma só língua, por definição.¹⁸ De acordo com Janson (1991), o que existia era uma norma de escrita usada por uma elite letrada bastante reduzida, norma esta associada ao prestigioso nome de latim; e um vasto número de formas linguísticas localmente faladas sem prestígio ou identidade categórica.¹⁹ O autor especula que tais formas podem ter sido talvez designadas pelo nome da aldeia ou distrito, quando a necessidade surgisse. Mas o mais provável é, segundo ele, que nunca recebessem qualquer nome. Isso pode parecer pouco convincente para pessoas que escrevem e falam uma língua prestigiosa e bem definida. Entretanto, atesta Janson, é fato que usuários de formas de fala de baixo prestígio e sem formas escritas estabelecidas podem bem carecer de nomes para seus modos particulares de falar (pp. 21-22).

O autor afirma que a criação dos nomes das línguas ocorreu em momentos diferentes nas diferentes regiões em que o romance era falado, do século X em diante. Em cada caso, o nome da língua marca não somente sua distinção em relação ao latim, mas também a emergência de sua ortografia particular. Esses processos histórico-culturais de largo alcance somente foram iniciados com o advento das reformas carolíngias do século IX, que serão discutidas mais abaixo. Antes, porém, é necessário abordar a importância das convenções de escrita e da variação inerente a seu uso.

5.2 Formas de Escrita em Estado de Monolinguismo Complexo

A hipótese de Wright (1982) está fundamentada sobre a análise de documentos escritos. Eles são as fontes de dados às quais o filólogo e o linguista efetivamente têm acesso ao estudar línguas mortas. Mas a hipótese do monolinguismo complexo versa até mais sobre a comunicação oral do que sobre a escrita. Ou seja, as considerações sobre os padrões latinorromânicos de interação na Alta Idade Média aqui discutidas se baseiam em evidências indiretas, indícios escritos de hábitos orais. Essas evidências foram tradicionalmente interpretadas pela filologia a partir de um ponto de vista que Wright considera simplificador e equivocado (pp. 50-51). Levando em conta que o objeto de estudo desta pesquisa, a especificação das línguas românicas, somente pode ser atestado pela existência de documentos escritos conforme ortografias românicas, é necessária uma investigação atenta das relações

¹⁸ Para considerações mais especificamente filosóficas sobre o tema, cf. Varvaro (1991).

¹⁹ É preciso acrescentar às considerações de Janson que essa norma era usada também de maneira muito variada. Segundo a proficiência, qualidade da formação e outras particularidades de cada escriba, seus textos estariam mais ou menos próximos da norma. Foi com base nesse fato que Menéndez Pidal apresentou sua hipótese de trilinguismo societário, vista no capítulo anterior deste trabalho.

entre fala e escrita nos períodos que precederam a produção de tais documentos. Essa investigação deverá contrapor-se à tradicional perspectiva simplificadora, dar alicerces mais firmes à hipótese do monolinguismo complexo e frisar a complexidade dinâmica do uso linguístico na Alta Idade Média romanizada.

Não se pode presumir que comunidades alfabetizadas tenham alguma necessidade natural de representar o mais fielmente possível sobre o papel as suas formas particulares de falar, de maneira isomórfica. O desenvolvimento de convenções de escrita segundo as quais os sons da fala são representados por letras individuais não é um processo inevitável ou automático. Até que houvesse motivações políticas fortes para escrever romanicamente, os vernáculos latinos podiam ser perfeitamente bem representados por uma ortografia latina tradicional, por mais incongruente que isso fosse em termos de correspondência entre grafemas e fonemas. No entanto, as visões mais tradicionais do nascimento das línguas românicas encaram a criação de ortografias com um fenômeno pouco problemático, que sequer precisaria ser explicado. Desse ponto de vista tradicional, não há nada mais previsível do que a elaboração de um sistema de escrita novo quando o sistema velho não reflete as formas características da fala.

Lloyd (1991) afirma que não são de fato as diferenças intuitivamente perceptíveis entre variedades de fala que as levam a ser classificadas como línguas diferentes. Ao redor do mundo e ao longo da história, segundo o autor, diversas línguas já foram reconhecidas como categorias que agrupavam variedades de fala muito díspares – assim como variedades muito semelhantes nem sempre foram reconhecidas como formas de uma mesma língua. Mais abundantes ainda são os casos em que determinado falar é representado por escrito segundo normas ortográficas que não lhe são específicas. Lloyd questiona se é possível que algo presente nas maneiras de falar (e também de escrever) repentinamente dispare na consciência das pessoas a percepção de que aquilo que dizem é diferente daquilo que escrevem. A pergunta é retórica. O autor frisa que um reconhecimento de que existem diferenças entre fala e escrita realmente não tem nada a ver com o que as pessoas pensam que são essas formas variantes: línguas diferentes, dialetos diferentes, ou simplesmente variações desimportantes. Já foi copiosamente demonstrado, observa Lloyd, que Cícero, Quintiliano e outros estavam muito conscientes de que a língua que usavam na conversação e na redação de cartas informais não era semelhante às maneiras de falar utilizadas ao lidar com demandas legais. E ainda assim, não se encontra qualquer indicação de que eles acreditassem falar uma língua e escrever outra (pp. 12-14).

A alfabetização não é “adquirida” como a língua falada, e as ortografias não são capazes de reproduzir atomisticamente os sons: elas são convenções ao menos parcialmente arbitrárias, e a alfabetização depende de um processo de ensino e aprendizagem. Wright (1982) aponta que qualquer um que haja tentado ensinar o alfabeto fonético estará consciente de que mesmo o melhor dos alunos não o considera natural, e precisa ser ensinado a empregá-lo. Aqueles que já foram ensinados a escrever da maneira “correta” – assim como o foram todos aqueles que de fato foram ensinados a escrever – provavelmente concordarão que a forma tradicional de uma palavra escrita vem à ponta da caneta mais facilmente do que a transcrição fonética da mesma palavra (pp. 50-51). A elaboração das convenções de escrita e sua disseminação pelo processo de instrução formal são fenômenos sociais de natureza histórica, compostos de interações linguísticas específicas. Devem, portanto, ser estudadas como elementos da ecologia em que ocorreu a especiação dos romances, como motores e componentes dessa especiação.

A presunção de uma isomorfia natural e necessária entre fala e escrita é, portanto, uma redução da complexidade das relações entre elas. Por um lado, perpetua a noção artificial de que padrões de escrita conservadores sejam evidências de mudança linguística retardada – ao invés de evidências da efetividade de um sistema educativo, como o que havia na Espanha visigótica, superior aos de outras regiões da Europa dos primeiros séculos da Idade Média (Wright, 1982: 77). Por outro lado, menospreza o esforço intelectual envolvido na elaboração de novas ortografias. Os primeiros textos latinorromânicos que se constituem em experimentos com formas de escrita inovadoras, na tentativa de representar o mais fielmente possível os sons, palavras e padrões gramaticais dos vernáculos, estão, não por coincidência, ligados a centros de cultura. Eles são os trabalhos criativos de pessoas conscientemente dedicadas a estender seu respeitável domínio da arte das letras a técnicas originais, fato que será examinado com mais vagar adiante neste capítulo.

Esse esforço consciente é imprescindível à invenção de novas ortografias, porque, como lembra Wright (1994), a escrita jamais reflete exatamente a fala. Em primeiro lugar, nenhum sistema de escrita até hoje inventado é, na prática, uma representação completa e biunívoca do *output* fonético. Uma ortografia tem função diferente da de um espectrograma acústico, pois os textos ortográficos visam a comunicar significado, mas um texto análogo em forma de um espectrograma não comunicaria absolutamente nada. A função prática imediata de ler é reconhecer as palavras; reconhecer os sons é, na melhor das hipóteses, secundário. Àqueles que estão sendo alfabetizados não é ensinada uma técnica de transcrição fonética. Esse é sempre um estudo avançado. Ao invés disso, são ensinadas as formas escritas

“corretas” de palavras e morfemas. Portanto, para que os especialistas modernos em linguística histórica usem textos escritos como evidências da natureza fonética ou morfossintática da fala dos períodos em que foram produzidos, é preciso descobrir quanto cada escriba escreveu seu texto de acordo com princípios conscientemente estabelecidos sobre o que ele imaginava que seria “adequado” escrever, e quanto (e se) ele estava tentando reproduzir diretamente aquilo que produziria oralmente (p. 169). Essa questão, no entanto, foi largamente desconsiderada pela tradição filológica, que usa os documentos escritos para categorizar latim e romances em períodos históricos, como se tais documentos comprovassem a existência de padrões de fala análogos.

Essas considerações indicam a via mais segura de interpretação do fenômeno conhecido como “latim bárbaro” (já abordado no capítulo anterior, na conclusão da seção sobre a filologia). Trata-se de um estilo de escrita notarial que não segue à risca as prescrições de redação do latim clássico ou da reforma carolíngia— e que teve papel fundamental na emergência das línguas românicas. Embora documentos de diversas épocas e partes do mundo românico já tenham sido classificados como “bárbaros”, o Renascimento Carolíngio praticamente banuiu tal estilo das terras conquistadas pelo Sacro Império, por meio da institucionalização do latim reformado. Na Ibéria, contudo, o “latim bárbaro” existiu até o século XIII. Por isso, Wright concentra na Península seus estudos sobre a relação entre convenções de escrita e a especiação das línguas românicas.

A razão pela qual os estilos notariais de escrita foram coletivamente denominados “latim bárbaro” é que a tradição filológica os via como resultado de ignorância, indolência ou capacidade intelectual limitada por parte dos notários que os empregavam, ou mesmo por parte do povo visigodo que ocupou a península como um todo. Uma explicação mais adequada das particularidades desse estilo, adotada por Wright (1982), leva em conta que havia, antes da diferenciação de latim e romance(s), ao menos duas poderosas forças em oposição, que influenciavam os escribas na escolha de suas ferramentas de trabalho (grafemas). Uma era a tradição ortográfica aprendida, e a outra era o impulso de corresponder às palavras faladas às escritas. O segundo caminho não era de modo algum o mais fácil a seguir. Por mais que o latim escrito segundo as convenções estivesse, já durante a Alta Idade Média, distante da linguagem usada cotidianamente, e por mais complexo que fosse em termos de gramática arcaica, podia sempre ser aprendido como um novo código; uma vez aprendido, estaria suficientemente arraigado ao comportamento do escriba para ser empregado automaticamente (pp. 165-171).

O impulso de corresponder as formas de palavras faladas e escritas provavelmente só era fortalecido quando surgiam situações pragmáticas em que a tradição não dava conta dos problemas de codificação especificamente enfrentados. Novas palavras, nova ordenação de termos (que afetaria o processo de leitura), novos elementos morfológicos, em suma, tudo o que havia de inovador e se mostrava essencial à significação, precisava ser incluído em documentos notariais, tais como testamentos, contratos de venda e de doação. Afinal, tais documentos eram produzidos para organizar a vida comum de uma população que se expressava e interagia por meio do seu vernáculo, e não de uma linguagem ciceroniana. Momentos de conflito entre a tradição ortográfica e as necessidades práticas imediatas de escrita, acumulados ao longo de séculos e compartilhados por colegas de ofício, são a fonte mais provável do assim chamado “latim bárbaro”: uma tentativa de manter a respeitabilidade das técnicas de escrita nos documentos oficiais, combinada à urgência de incluir em tais documentos componentes pragmaticamente cruciais que não eram contemplados pelas técnicas respeitadas (pp. 171-173).

Esse tipo de situação é de esperar no momento histórico em que ocorreu. Não havia, na época, diferença percebida, categórica, metalinguística, consciente, entre latim e romance(s). Havia uma multiplicidade de maneiras de falar, e uma multiplicidade mais reduzida, porque mais elitista, de maneiras de escrever. Levando em conta esse elitismo constitutivo da sociedade medieval, pode-se especular que a opinião dos escribas ibéricos sobre a situação de multiplicidade linguística em que viviam fosse a seguinte. Ninguém era capaz de escrever tão formal ou sofisticadamente quanto Cícero, porque nenhum deles era Cícero, ou vivia na época de Cícero. Esta havia sido uma época melhor, na qual a língua, tanto falada quanto escrita, fora também melhor: um estágio melhor da mesma língua. Seria absurdo tentar reproduzi-la na época decadente que então se vivia, principalmente porque ninguém a entenderia. McKitterick (1991) aventa: não seria a diferença entre o latim do tempo dos romanos e a linguagem medieval algo semelhante à compreensão que um anglofalante tem do inglês elizabetano, ou no máximo, chauceriano, em oposição ao moderno (p. 163)?

Wright (1994) alerta para o fato de que, embora as ortografias ibéricas que viriam a se desenvolver a partir do século XII, substituindo gradualmente o “latim bárbaro” por formas escritas românicas oficiais, fossem tão fonográficas quanto possível, esse não era o caso antes

das Reformas Gregorianas.²⁰ As técnicas de escrita na península até o século XI eram preservações de convenções latinas muito mais antigas, que careciam de correspondência com os hábitos de fala devido a centenas de anos de mudança linguística. Entretanto, o vernáculo era considerado uma forma de latim, enquanto que a língua escrita era vista como outra forma dele, ainda que mais elevada e melhor. Esse era o único código disponível para a representação escrita da língua falada. O aspirante a escriba deveria, portanto, associar formas grafêmicas a formas lexicais sem qualquer similitude explícita necessária. Ainda que isso provavelmente demandasse bastante esforço e estudo, não seria de maneira alguma impossível. Os aprendizes de chinês escrito fazem basicamente o mesmo nos dias de hoje. Em uma palavra, a ortografia da época era logográfica: cada palavra escrita era interpretada como um todo, correspondendo a uma palavra falada, comumente sem a mediação de correspondências grafo-fonêmicas individuais (pp. 165-180).

Wright (1994) atesta que o caso dos falantes contemporâneos de inglês como língua materna não é muito diferente: os professores alfabetizadores comumente exibem a seus alunos cartões com palavras escritas inteiras, simultaneamente pronunciando tais palavras. Afinal, dividir palavras como *tough*, *though*, *thought*, *taught*, *through* e *thorough* em letras individuais e associar essas letras a sons seria contraproducente.²¹ Da mesma maneira, *ipsa* poderia ser ensinada como a forma escrita de /'e.sa/ na Espanha do século X, e *super*, a forma escrita de /'so.βre/. Wright supõe que as palavras mais relevantes e frequentes eram ensinadas inteiras, mas para trabalhar com as desconhecidas ou raramente encontradas (e, portanto, mal memorizadas), os escribas teriam acesso a uma coleção frouxa e fragmentária de princípios gerais e noções práticas, provavelmente incluindo tanto correspondências entre sons e letras quanto entre sílabas e poligrafemas. Essas estratégias seriam úteis para manter (ou aparentar) adesão à norma. Tais princípios e noções podiam ser compartilhados entre os profissionais da área, assim como podiam ser desenvolvidos por escribas experientes no decurso de seu trabalho (p. 176).

O item lexical *super* é um bom exemplo de como os escribas trabalhavam de maneira racional, mas não fonológica, reinterpretando a tradição em uma tentativa de preservá-la em situações inesperadas. Essa palavra é estudada por Wright (1994) em suas diversas formas e derivações, sendo a mais significativa *superinus*. Trata-se de uma tentativa de representar o

²⁰ Tais reformas, abordadas no segundo capítulo deste trabalho, foram parte do processo de expansão e consolidação do poder temporal papal sobre a Ibéria no século XI, e trouxeram a essa região uma nova noção do que seria o latim, como ele deveria ser escrito e falado.

²¹ Exemplo meu.

galego /so.'βri.no/, proveniente do latim *sobrinus*. Mas a maioria dos escribas não conhecia tal etimologia, e a grafia *superinus*, que nenhuma relação tinha com a história real da palavra, pode ser encontrada em mais de um documento (exibindo extensa variação de detalhes). A explicação é: a sequência fonológica /'sɔ.βr/ era trivialmente representada como *super* pelos escribas em seu trabalho, e assim, a associação foi incorporada como uma regra ortográfica. É até provável que a sequência /VβrV/,²² incomum como é em latim tradicional, soasse aos escribas obviamente vulgar, e em nome da respeitabilidade de seu ofício, eles optassem (conscientemente ou não) por escrever de forma aparentemente mais clássica – sem sequer imaginar que não havia nada de clássico nela. Talvez a aparência de adesão à tradição fosse mais importante do que adesão factual (pp. 186-195).²³

O exemplo demonstra qual era a percepção que os interactantes tinham de seus próprios hábitos linguísticos na Alta Idade Média romanizada. Em estado de monolinguismo complexo, eles percebiam a existência de diferenças entre inúmeras maneiras de falar e escrever. Eram, ainda, capazes de posicionar-se, optando por empregar uma ou outra dessas variedades conforme sua formação pessoal e a situação em que se encontrassem. Tal eficiência ativa no uso linguístico da qual os interactantes estavam armados, contudo, não derivava de uma consciência metalinguística de distinções categóricas entre línguas apartadas. Tratava-se de uma prática, que respondia às vicissitudes do meio ambiente e era direcionada a finalidades específicas, mas que não emanava de uma teoria da diversidade de línguas, por mais profunda que fosse a diversidade (logográfica) entre formas faladas e escritas.

Essa hipótese de logografia latina encontra ampla resistência acadêmica, que fica particularmente clara em algumas reflexões de Walsh (1991). O autor considera que, se *inquit* fosse normalmente pronunciado /'di.fo/ por um espanhol medieval, “então devemos admitir que o leitor simplesmente traduzia do latim ao vernáculo, um ato que, por si só, pressupõe o reconhecimento de códigos distintos” (pp. 206-207, tradução minha²⁴). Tal afirmação subestima o poder da variação diafásica. Wright não supõe que os interactantes medievais não reconhecessem distinções de código, mas sim que eles não as encaravam como distinções entre línguas ou dialetos independentes. Traduzir *inquit* para /'di.fo/ era algo semelhante a traduzir jargão jurídico para um português compreensível a um leigo em direito. É possível

²² V representa uma vogal qualquer.

²³ Sobre o assunto, cf. Pensado (1991), um estudo de “erros” ortográficos em textos leoneses da época visigótica, que fornece evidências em favor da hipótese de que a leitura e escrita do latim eram eminentemente logográficas, e que os grafemas eram interpretados mais de acordo com a tradição do que com a fonologia.

²⁴ Then we shall have to admit that the reader simply translated from Latin into vernacular, an act which itself presupposes the awareness of distinct codes.

que um graduando calouro não entenda quase nada do que seja dito por um professor titular durante uma palestra, mas esse suposto graduando ainda reconhecerá a fala do palestrante como um exemplo de português. Como foi apontado no capítulo anterior, esse tipo de fenômeno é trivial nas comunidades de fala diglósicas, como o mundo árabe contemporâneo.

Wright (1994) frisa que escrever é uma técnica artificial, cuja aquisição depende de instrução explícita como parte de um tipo *ad hoc* de microplanejamento linguístico (p. 166). Em outras palavras, escrever é uma conquista pessoal, não o resultado de um processo automático de aquisição. Quando Walsh (1991: 208, tradução minha²⁵) professa que, “embora aceitando o argumento de Wright, podemos ainda assumir que clérigos letrados estavam ao menos subliminarmente conscientes de falar uma língua e escrever outra”, especula sobre o funcionamento das mentes de diversos indivíduos que viveram há séculos. Ele projeta na história seus próprios pressupostos, apresentando as línguas como entidades objetivas que aguardam ser percebidas em sua verdadeira e eterna natureza, ao invés de considerá-las distinções politicamente estabelecidas, que as pessoas são ensinadas a reconhecer.

Os argumentos de Walsh (1991) a favor de que os “erros” ortográficos na escrita do latim sejam tomados como fontes preciosas de dados sobre a fonologia ibérica são sólidos, e de maneira alguma incompatíveis com as propostas de Wright. Conforme atestado acima, a logografia não era absoluta, e uma compreensão das correspondências nem sempre confiáveis entre letras e sons inevitavelmente teria influenciado as práticas de escrita. Não apenas isso, mas Blake (1991) demonstra uma tendência ao uso da ordem de palavras típica das variedades ibéricas faladas, em textos escritos provenientes da península e anteriores ao século XI. Ou seja, a interação entre as variedades envolvidas era não somente grafofonêmica, mas sintática, indo muito além, em complexidade, do que é tradicionalmente suposto.

Um outro fator que Wright (1982) observa ser relevante para a presente discussão é que há boas razões para crer que a Ibéria Visigótica não fosse tão iletrada quanto comumente se imagina toda a Europa medieval. As obras de Santo Isidoro de Sevilha e certos pedaços de ardósia contendo textos escritos por pastores, encontrados nas cercanias de Salamanca e datados do século VII, são duas evidências, de naturezas diferentes, em favor dessa noção. Elas demonstram que havia uma forte tradição de escrita na área. Mesmo após uma provável decadência da difusão da alfabetização na sociedade ibérica no período conturbado dos conflitos com os mouros, iniciados no século VIII, a palavra escrita prosseguiu ocupando um papel importante e prestigiado devido a sua utilidade administrativa, política e religiosa.

²⁵ While accepting Wright’s argument, we may still assume that literate clerics were at least subliminally conscious of speaking one language and writing another.

Muitos dos que, nessa época, não sabiam escrever, provavelmente sabiam ler (evidentemente, com diversos níveis de competência). Uma ocupação respeitada era a do *lector*, a pessoa que lia em voz alta para a comunidade. Tal relevância da palavra escrita era particularmente justificada por certos traços da organização jurídica visigótica: os documentos legais precisavam ser lidos em voz alta e então aprovados pelos signatários para que fossem considerados válidos. Os usos burocráticos da escrita eram cruciais ao funcionamento das instituições, e tornaram-se ainda mais cruciais durante a Baixa Idade Média (pp. 82-83).

Em suma: na Alta Idade Média, o latim e os romances, falados e escritos, eram uma só entidade, na percepção de seus usuários; mas também infinitas variedades em evolução constante, em termos mais concretos. Como isso se modificou? Como nasceram as categorias distintas que seriam denominadas latim, romance, francês, italiano, espanhol, português, galego, catalão etc? Essa guinada evolutiva, a especiação das línguas românicas e do latim, se processou como uma cadeia histórica de interações linguísticas específicas entre indivíduos específicos que, em meio à acomodação de idioletos com fins comunicativos específicos, reagiam a pressões ecológicas de natureza política e social, as quais fizeram emergir um ambiente propício à dissimilação de hábitos linguísticos segundo determinadas fronteiras geográficas e ao desenvolvimento de uma consciência de tal dissimilitude. O pontapé inicial para a cadeia de interações linguísticas que culminaram nesse efeito foi dado durante o Renascimento Carolíngio.

5.3 Pressões Ecológicas de Natureza Política Atuam sobre a Evolução Linguística

Nos últimos anos do século VIII, Carlos Magno iniciou a construção de seu Império.²⁶ No movimento histórico que ficou conhecido como Renascimento Carolíngio, o monarca pôs em prática projetos políticos que visavam, entre outras coisas, à institucionalização da cultura cristã. O apoio de Roma havia sido decisivo para o golpe de estado que colocara a dinastia carolíngia no poder; o apoio dos reis carolíngios era inestimável para a expansão do poder temporal do papado; uma unificação cultural pela fé em Cristo, normatizada pelos dogmas, ritos e hierarquias da Igreja, tinha potencial para sustentar a unificação política de que um novo império precisava.

²⁶ Essa construção foi fundamentada sobre conquistas realizadas por seu pai, Pepino, o Breve, e também sobre a linhagem de Mordomos do Palácio dos Francos que os precederam. Mas as providências institucionalizadoras tomadas por Carlos Magno apresentaram características específicas que permitem posicioná-lo no princípio do processo que mais interessa a esta pesquisa.

Conforme já citado, um dos obstáculos à homogeneização das instituições cristãs por toda a extensão do Sacro Império tinha natureza linguística. Os modos de escrever haviam atingido um incômodo nível de heterogeneidade, distanciados da norma clássica a ponto de parecer heterodoxos. E o estado da fala formal, principalmente aquela empregada na celebração da liturgia, era ainda mais distante de um ideal de unidade. Para resolver esse problema, o erudito eclesiástico Alcuíno de York foi convidado à corte – e, posteriormente, feito abade de Tours, um centro de cultura responsável por disseminar as inovações do Renascimento Carolíngio (Wright, 1982: 105). Os ramos ingleses da Igreja eram considerados exemplares na ortodoxia e diligência com que lidavam com a língua bíblica, e ao menos parte desse comportamento era provavelmente devido ao fato de que os nativos das Ilhas Britânicas não eram falantes nativos de latim vernáculo. Sua linguagem cotidiana era radicalmente diferente daquela presente nas Escrituras, a qual deve ter soado exótica a seus ouvidos desde o princípio. A Vulgata não era realmente vulgar para eles, mas mesmo na gramática e no léxico, algo estranho e venerável.

Tal sentimento de reverência guiou o trabalho de Alcuíno quando ele editou a Bíblia e escreveu novas obras admoestando o clero a estudar um latim mais “apropriado” e “purificado” de elementos mundanos (ou seja, de variação). Segundo Wright (1982), a sequência dessas obras começa com a *Admonitio Generalis* de 789, que versava sobre a educação em geral, inclusive sobre o ensino de latim “correto”. Em algum ponto entre 790 e 796, Alcuíno complementou esse documento com a circular *De Litteris Colendis*, sobre a necessidade de estudar letras. Entre 796 e 800, Alcuíno compilou sua obra mais influente, o manual *De Orthographia* – que versava mais sobre a leitura de textos sacros em voz alta do que sobre a ortografia de fato, e fornecia parâmetros objetivos e práticos para uma reforma linguística. Durante esse período e ainda posteriormente, Alcuíno revisou diversas hagiografias que lhe eram enviadas por colegas eclesiásticos preocupados com a possibilidade de estarem empregando textos que não fossem quiçá exemplos de “bom latim” – textos heterodoxos, perigosos por levarem talvez à heresia (p. 112).

A missão desse homem, que lhe foi conferida pelo Império, era purgar o latim dos vernáculos, fazendo dele um símbolo da pureza, universalidade e espiritualidade intelectualizada da Igreja Romana. Wright (1982) afirma que, na celebração da liturgia, o texto padronizado, qualquer que fosse a qualidade ortográfica da edição, não produziria a requerida uniformidade de excelência por todo o Império sem algum tipo de método de leitura de textos em voz alta que fosse imposto por decreto. O método decretado para a leitura de textos em voz alta foi baseado naquele que Alcuíno havia aprendido ele próprio: para cada

letra na página deveria ser emitido um som, e esse som havia sido previamente especificado (p. 105). O resultado, explica o autor, é que tal método prescrito para a produção de sons era radicalmente diferente da fala usual contemporânea. Por exemplo, *viridiarum* era agora pronunciada com cinco sílabas; antes disso, a mesma palavra, escrita da mesma maneira, seria pronunciada *vergiar*, com duas sílabas – e, em termos de fonemas, pouco havia em comum entre essas duas pronúncias, além da consoante inicial (p. 107). Wright comenta ainda que seu próprio nome passaria a ser pronunciado [wright] (ou [wrixt]) ao invés de [rait] caso uma norma semelhante fosse aplicada ao inglês moderno (p. xi).

Essa maneira de pronunciar o latim era totalmente nova. Não correspondia à maneira como qualquer grupo concreto de indivíduos envolvidos em situações reais de interação em qualquer momento da história de Roma ou em qualquer região de seu Império fazia uso da língua. Tratava-se de um método artificial de homogeneização. É por isso que Wright (1982) afirma que o latim desde então conhecido como eclesiástico ou medieval – e, por extensão, o latim culto, ou seja, qualquer latim a ser ensinado formalmente em momentos históricos posteriores – foi uma invenção do Renascimento Carolíngio (p. ix). Mas essa invenção foi apresentada como retorno à tradição, por motivos retóricos. O latim reformado foi mostrado como a depuração de um venerável tesouro legado pela imortal Roma a tempos mais vis e salvaguardado pela Santa Igreja como parte de seu esforço de salvação universal. A nova língua artificial aparecia como a língua eterna da cristandade, carregada de dignidade e autoridade. Esse discurso, de invenção de uma tradição com fins políticos, nada tem de incomum. Hobsbawm & Ranger (1992) definem as tradições inventadas como conjuntos de práticas, normalmente governados por regras explícitas ou tacitamente aceitas e de uma natureza ritual ou simbólica, destinados a inculcar certos valores e normas de comportamento por meio da repetição, o que automaticamente implica continuidade com o passado (p. 1). Esse é exatamente o caso das *litterae* latinas inventadas durante o Renascimento carolíngio.

Wright (1982) informa que o ensino dessas novas *litterae* anunciadas como antigas foi primeiramente implementado em Tours, sob a vigilância pessoal de Alcuíno, e então disseminado no Sacro Império, tanto por seus discípulos quanto pelas escolas catedralícias fundadas pelo Estado. As primeiras lições eram sobre o alfabeto, de modo que as Escrituras pudessem ser recitadas: ler vinha antes de escrever, e a maior parte do ensino e da prática eram orais. Jovens padres e monges eram condicionados a ler latim em voz alta letra por letra, e isso tornou a liturgia e os sermões ininteligíveis para as massas. Anteriormente, as palavras escritas na Bíblia eram representações convencionais das palavras vernáculas faladas cotidianamente pelos nativos do Reino dos Francos e da Península Itálica, e como tais, eram

pronunciadas à maneira desses vernáculos. Evidentemente, as escrituras não equivaliam à conversa do dia-a-dia, mas a diferença era perceptível basicamente em termos de solenidade e sabedoria: um registro elevado e um significado profundo.²⁷ Alcuíno, porém, transformou-a em algo completamente diferente: uma outra língua (pp. 112-118). E como ela poderia ser levada às massas pelos evangelizadores?

A pregação era um dos fulcros do cristianismo, e demandava comunicação. Apenas alguns anos após a disseminação da reforma linguística encabeçada por Alcuíno, uma crise estava instaurada. Os líderes da Igreja não confiavam ao baixo clero a liberdade sequer de compor seus próprios sermões, quanto mais a de fazer ajustes na pronúncia reformada: o pendor eclesiástico para uniformização já era antigo e, com o apoio do Sacro Império, passou a caminhar a passos largos. Mas a finalidade dos sermões era educar o povo na ortodoxia religiosa, e isso era simplesmente impossível se o povo não entendia o que lhe era dito. Segundo Wright (1982), a situação chegou a tal ponto que, em dois concílios – o Quarto Concílio de Tours, em 813, e o Primeiro Concílio de Mogúncia, em 847 – foi preciso realizar ajustes fundamentais nas convenções de uso do latim reformado. A partir de então, o clero foi orientado a enunciar sermões na língua do povo, fosse ela *rustica romana* (latina vernácula) ou *thiotisca* (germânica, predominante a leste do Reno). A partir do momento em que essa orientação foi implementada, tornou-se impossível ignorar a diferença que havia entre o novo latim eclesiástico e a fala de todos os dias (pp. 118-122). Durante o rito cotidiano da missa, a liturgia era recitada em uma linguagem incompreensível, enquanto que os sermões eram enunciados em linguagem usual pelo mesmo indivíduo, o sacerdote que interagiu ativamente com a congregação. A semente da distinção que viria a se tornar categórica entre latim e romance(s) estava lançada. Mas seria necessária ao menos a totalidade do século IX nas terras do Sacro Império, e muito mais do que isso no restante da Europa, para que tal distinção emergisse totalmente da complexa dinâmica comunicativa que se processava concretamente ao longo do tempo.

Este trabalho defende que o nascimento dos romances e a morte do latim tenham entre suas principais causas as reformas culturais efetuadas como parte do Renascimento Carolíngio, seguindo os passos de Wright (1982). Não defende, contudo, qualquer relação imediata, simplista ou mesmo direta entre os dois fenômenos. Não se está propondo que as intenções de “purificar” a linguagem eclesiástica tenham tido sucesso da maneira como

²⁷ O mesmo tipo de relação existe entre a linguagem cotidiana e o jargão jurídico, a literatura clássica, a redação científica etc. E nem por isso o português jurídico, literário ou científico são considerados línguas diferentes do português informal, nem são ilegíveis ou inteiramente incompreensíveis quando lidos em voz alta.

Alcuíno as concebia, nem que a massa de interactantes cotidianamente envolvidos nas mais diversas situações comunicativas tenha subitamente mudado seus hábitos para submeter-se às exigências do Imperador e do Papa. No momento em que se realizaram os atos políticos e administrativos concretos que implementaram oficialmente tais reformas (basicamente, publicação de documentos), esses atos não foram minimamente sentidos pelo povo. Sua influência somente afetou a língua em uso por meio de uma complexa, dinâmica e dilatada cadeia de transformações na vida social. E tal influência pesou quase exclusivamente sobre o uso linguístico das elites, mantendo os vernáculos populares intocados, a não ser pela percepção de uma distinção categórica onde antes não havia nenhuma.

Os documentos que arquitetavam e oficializavam a reforma linguística foram lidos e debatidos por altos dignitários da Igreja e do Estado. Na atribuição de suas funções, influenciados por pressões políticas que os levavam a agir assim para conservar seu poder, esses indivíduos deram ordens e orientações a outros indivíduos. Estes, influenciados por pressões análogas, procederam à divulgação das novas normas, à fiscalização de seu cumprimento, à organização executiva de todo um sistema educativo para formação de novos corpos sacerdotais adaptados a tais normas, tudo isso por meio de inúmeras interações com outros indivíduos. O baixo clero começou a sentir a pressão social para adaptar-se à nova ordem das coisas, sob pena de perder prestígio, respeito, ou mesmo o próprio estatuto clerical. Essas pessoas fizeram, então, esforços para incorporar a seu trabalho cotidiano uma observância, ainda que parcial, à nova maneira de ler latim em voz alta. As missas passaram a ser rezadas segundo o novo padrão, mesmo que aproximativamente – mas cada vez com mais firmeza, conforme clérigos mais velhos acostumavam-se às modificações e novos clérigos eram formados segundo o novo paradigma. Estes últimos foram alfabetizados conforme a convenção de leitura que atribuía a cada letra um som. Ou seja, deixaram de ver na língua escrita uma representação da maneira como falavam, o que era a regra antes do Renascimento Carolíngio, por mais distantes que tivessem sido as letras e os sons que representavam. Desse modo, a elite alfabetizada passou a conceber latim escrito e vernáculo falado como duas entidades distintas. Por seu lado, o povo, frequentemente exposto à missa celebrada em dois códigos de fala radicalmente diferentes, foi confrontado com o abismo entre dois latins diferentes. O que antes era uma miríade de modos de falar e escrever, cada um mais ou menos elevado do que outros, foi coalescendo numa oposição entre dois pólos: latim e vernáculo. Essa coalescência foi gradual, resultando do acúmulo de interações comunicativas reais entre indivíduos que não simplesmente optaram por mudar seus hábitos linguísticos em obediência a decretos, mas foram paulatinamente percebendo modificações linguísticas que se impunham

às suas vidas cotidianas, nem que fosse apenas por oposição. Tais transformações, para a massa iletrada que não tinha realmente necessidade de operar ativamente com a linguagem formal da Igreja, foram por muitos séculos apenas de ponto de vista. Esses milhares de indivíduos foram aos poucos se acostumando com o fato de que a liturgia era indecifrável e de que os eruditos tinham o seu idioma próprio, mas as consequências práticas desse reposicionamento conceitual levaram séculos para se fazer ver.

Segundo McKitterick (1991), não é lícito considerar o século IX como um instante homogêneo no qual o latim reformado simplesmente emerge na sua nova forma e os vernáculos passam a ser seguramente denominados “romances”. Formas escritas de um “romance” reconhecível são tremendamente raras antes do século X nas regiões ocidentais do Reino dos Francos ao norte dos Alpes. Evidências fornecidas pelas gramáticas sobreviventes do período carolíngio sustentam o ponto de vista de que o latim ainda não era aprendido pelos francos durante o século IX como uma língua estrangeira, mas como a versão escrita formal da língua que eles usavam diariamente (pp. 131-132).

Isso significa que, inicialmente, a onda de purismo que distanciou o latim eclesiástico dos vernáculos apenas os manteve em uma nebulosa categoria negativa, algo como uma miríade de “sub-latins” informes (situação não muito diferente daquela em que os vários falares de natureza mais humilde já se encontravam). Apenas quando as variedades regionais passam a ser prestigiadas e normatizadas elas são reconhecidas como línguas independentes. É evidente que prestígio e normatização dependem fortemente de fatores políticos, pois tais atributos são símbolos e instrumentos de poder. A ascensão dos Estados Nacionais e suas instituições administrativas coincide com a invenção das diversas línguas românicas como tais, ainda que procedentes de variedades faladas em suas formas características já havia séculos. Simultaneamente, esse processo dá identidade ao latim reformado eclesiástico, estabelecendo a Igreja como uma das instituições políticas mais relevantes da Baixa Idade Média. Mas esses processos históricos somente ocorreram como derivados emergentes das ações concretas e específicas de indivíduos envolvidos em interações linguísticas que os levaram a desenvolver novas maneiras de usar e compreender as línguas. Algumas dessas ações são analisadas a seguir.

5.4 Os Pioneiros da Escrita Vernácula

Wright (1982) afirma que os Juramentos de Estrasburgo são provavelmente o mais discutido documento sobre o século IX (p. 122). O autor foi um neto de Carlos Magno chamado Nithard. Ele conta a história de como seus primos, Carlos, o Calvo, e Luís, o Germânico, reis de dois terços do que fora o Sacro Império Romano-Germânico, encontraram-se em 842, liderando seus respectivos exércitos, e juraram aliança contra Lotário, meio-irmão de ambos e rei do terço restante. O trecho narrativo é redigido em latim, mas os juramentos foram transcritos em diferentes formas gráficas, representando a antiga língua germânica e o romance gálico. Eis um exemplo deste último (transcrição de Elcock, 1975 *apud* Wright, 1982: 124): “*d’ist di in avant, in quant Deus savir et podir me dunat, si salvarai eo cist meon fradre Karlo et in ajudha et in cadhuna cosa, si cum om per dreit son fradra salvar dist, in o quid il mi altresi fazet*”.²⁸

O texto já foi considerado evidência direta da coexistência, na época, de uma norma linguística latina e uma românica, mas tal análise não se sustenta (Wright, 1982: 122-126). Embora Alcuíno já houvesse determinado a essa altura o que o latim deveria ser, os escribas estavam ainda em fase de adaptação às distinções linguísticas recém-impostas: cinquenta anos são pouco tempo para que seja efetivado esse tipo de transformação, e especialmente para que uma norma seja incorporada à prática do uso linguístico. Além disso, certas características dos Juramentos de Estrasburgo fazem deles uma justificativa pouco confiável para as deduções tradicionalmente derivadas de sua interpretação.

Em primeiro lugar, informa Wright (1982), a única cópia sobrevivente data do final do século X, e poderia ter sido alterada a partir do original. Mais importante ainda, o documento não traz evidência de qualquer norma, simplesmente porque as técnicas de escrita nele empregadas não se conformam coerentemente a nenhum padrão além do latino reformado, no trecho narrativo; as duas outras partes são claras tentativas de reprodução de sons por meio de letras, não usos de convenções estáveis. Essa tarefa trabalhosa foi provavelmente assumida por uma pessoa de erudição, que conhecia bem o latim, e podia conscientemente explorar os potenciais implícitos dos grafemas como representações de fonemas. Trata-se de um trabalho complicado e exigente, o de inventar novos usos para as letras conhecidas, e que foi realizado não por alguém que mal sabia escrever, mas sim por um

²⁸ Deste dia em diante, enquanto Deus sabedoria e poder doar-me, protegerei este meu irmão Carlos, tanto em apoio [militar] quanto em qualquer coisa, assim como qualquer um, por direito, seu irmão proteger deve, de modo que ele a mim o mesmo faça.

competente manipulador do código escrito normal. Pode-se demonstrar que os textos dos juramentos propriamente ditos foram inicialmente compostos em latim. Um deles foi depois “traduzido para germânico antigo”, e o outro, artificialmente vernacularizado. Os juramentos precisavam ser preparados antecipadamente para recitação ritual, e o latim seria a língua que qualquer erudito usaria para elaborá-los: a língua que os eruditos estudavam e usavam para redigir textos (pp. 122-123). Mas por que a vernacularização?

É possível que a resposta se encontre em uma comparação com a Sequência de Eulália e outras obras literárias do mesmo gênero. Sequências eram poemas de origem carolíngia destinados a ser cantados por monges como parte de serviços religiosos, geralmente narrando histórias das vidas de santos (Santa Eulália, por exemplo) e professando fé em Deus. Sua estrutura silábica era claramente ligada a padrões melódicos, e normalmente escrita em latim. A Sequência de Eulália provém da Abadia de Sant Amand, um dos grandes centros de cultura do século IX (sendo este o período em que o texto mais provavelmente foi composto). Essa sequência existe tanto em versão latina quanto em outra, redigida no que se assemelha a francês antigo. Ainda que não represente qualquer variedade particular, geograficamente reconhecível, um método de escrita foi elaborado, em uma época na qual nenhuma convenção ortográfica estava bem aceita e estabelecida, com o fim de imitar um vernáculo cujo impacto sobre o leitor fosse caracteristicamente francês. O objetivo dessa empreitada era artístico: compor uma canção, um fragmento de beleza, que venerasse a Deus e O presenteasse com algo da língua materna de Seus servos fiéis. Trata-se de um exercício de estilo inspirado pelo sentimento religioso (pp. 128-135).

Wright (1982) lembra que é mais fácil escrever usando um sistema que foi aprendido do que um improvisado, ainda que este seja mais próximo dos hábitos vernáculos do escriba. A versão vernacularizada da Sequência de Eulália deve ter sido redigida por alguém que também sabia escrever em latim reformado. Afinal, ninguém sabia de fato escrever se não tivesse aprendido a escrever em latim reformado. A invenção de um método de escrita novo, por sua vez, não é uma tarefa trivial. O fato de que foi concluída é necessariamente resultado de um trabalho inventivo realizado com sofisticação linguística excepcional. É uma conquista de *virtuose* comparável ao novo alfabeto de George Bernard Shaw. Assim sendo, não há absolutamente nada de incongruente em que a primeira obra literária “românica” tenha sido encontrada em um centro de *expertise* na latinidade (p. 129).

Essa conquista de *virtuose* foi possível porque a ortografia latina não era mais reconhecida como representação do vernáculo após as reformas carolíngias. A inspiração que levou o anônimo autor da sequência a experimentar com as *litterae* provavelmente nasceu da

perplexidade diante da recém-reconhecida incongruência entre o latim oficial e a linguagem de todos os dias. O mesmo vale para os Juramentos de Estrasburgo. Segundo McKitterick (1991), dando a cada exército uma identidade linguística sua, Nithard foi capaz de enfatizar textualmente a unidade e coerência de cada um. Mas colocando a linguagem do exército oposto na boca de cada um dos líderes, podia, ao mesmo tempo, minimizar a diferença. Ele fez isso também por meio do texto do juramento, que aparece repetido três vezes, em formas escritas que representam três diferentes maneiras como os francos se comunicavam: um vernáculo latinorromânico, um vernáculo germânico e o latim reformado. O texto intensifica o valor da aliança firmada por meio de um uso literário e retórico da linguagem. Tal uso não reflete precisamente os hábitos de uso linguístico reais nem dos nobres nem dos soldados rastos de qualquer dos exércitos (p. 139).

A retórica e a literatura são duas faces de uma arte poderosa na arena política. No caso da diferenciação de latim e romances, e dos romances entre si, essa arte foi útil para caracterizar as culturas distintas dos Estados Nacionais em ascensão (cujos agentes almejavam tal distinção), para fortalecer a fé que mantém una a Igreja e para mover o povo conforme os interesses de seus líderes. Ou seja, as obras de arte elaboradas por indivíduos criativos e hábeis na manipulação das técnicas de escrita encontraram solo fecundo no ambiente histórico em que foram geradas. Havia vantagem, para os indivíduos que geriam as instituições políticas e culturais mais importantes da época, em fomentar a produção de tais obras. Seu valor simbólico podia ser aproveitado nas lutas pelo poder e na dominação dos povos. Esses fatores ecológicos foram essenciais para o desenvolvimento de formas escritas para os romances.

Por volta de 1100, na França, estava se espalhando a ideia de que escrever em romance podia ser uma atividade autônoma de escrever em latim (Wright, 1982: 144). Aos poucos, a poesia vernácula se estabelece como um conjunto de gêneros literários de valor estético reconhecido: as canções de gesta, os romances cortesios, os dramas sacros e profanos, a lírica provençal. No século XIV, Dante defenderá a dignidade dos escritos em “língua vulgar” e, depois dele, o Renascimento assistirá a uma proliferação de publicações defendendo a dignidade deste ou daquele romance específico. Em suma, o papel de indivíduos versados nas *litterae* latinas e movidos pelo impulso da criação literária e retórica, da manipulação estética e política dos próprios hábitos linguísticos para além dos padrões usuais, foi decisiva para a especiação dos romances. Esse é mais um elo fundamental na cadeia de interações comunicativas concretas que moveram tal processo histórico de especiação. A partir do momento em que as classes cultas se dão conta da diferença entre latim reformado e

linguagem cotidiana, há um ponto de partida sólido para a experimentação artística com as convenções de escrita. Os experimentos que são lidos e aprovados por parcelas significativas da comunidade intelectual europeia (aprovação esta encorajada por pressões ecológicas de ordem política) passam a ser imitados – afinal, a formação de autores na Idade Média era toda dependente da imitação de modelos. Conforme os modelos se estabelecem em paradigmas, uma tradição artística de escrita mais próxima do falar cotidiano está criada.

Vale frisar que os padrões de escrita vernácula não antecederam os gêneros literários “romances” nem foram condição para o seu desenvolvimento.²⁹ Os artistas da linguagem, os poetas, oradores, cronistas e autores literários, eram os indivíduos que dominavam a escrita como arte, tanto no sentido de ofício que demanda conhecimentos e habilidades técnicas para efetuar-se, quanto no sentido de produção estética que envolve experimentação criativa. Foi a partir do seu trabalho artístico que primeiro emergiram hábitos de escrita mais próximos da fala vernácula do que das convenções latinas tradicionais – embora a influência destas nunca tenha deixado de fazer-se sentir. Há, contudo, considerável distância entre as técnicas artísticas e as cotidianas, ainda que atuem sobre os mesmos materiais: pintores de placas de trânsito ou de paredes não empregam as mesmas técnicas que os artistas plásticos, e *selfies* raramente são tirados levando em conta todas as variáveis que um artista da fotografia consideraria. Os autores de literatura inauguraram a noção de que era possível escrever em um estilo que não fosse latino e, nesse sentido, tiveram participação decisiva na especiação das línguas românicas. Mas não foram eles que inventaram ortografias: estas emergiram de situações de comunicação escrita mais fortemente ligadas aos problemas do dia-a-dia.

Portanto, para que a tradição artística de imitação dos vernáculos na escrita se convertesse em norma e convenção geral, aplicável à produção de textos de todos os gêneros, e não apenas os literários, seriam precisos ainda alguns séculos. Novos elos seriam acrescentados à cadeia de interações comunicativas concretas que levariam à emergência de padrões abrangentes de escrita românica. A essa altura, o papel dos burocratas torna-se central. É o seu trabalho com a escrita, mais prático e diretamente ligado à vida cotidiana, que fundamenta o desenvolvimento de verdadeiras ortografias românicas. Wright, ao tratar desse ponto, examina como o processo se deu na Espanha, após as Reformas Gregorianas que

²⁹ É a partir desse movimento da história da literatura europeia que emerge o romance como gênero literário (*novel*). Sua denominação não foi uma coincidência.

levaram o latim reformado à Península Ibérica, ocasionando o desenvolvimento de uma visão de latim e vernáculo como categorias diferentes.³⁰

5.5 Emergência e Oficialização das Ortografias Românicas

A normatização de convenções de escrita foi crucial à diferenciação dos romances, tanto uns em relação aos outros quanto em relação ao latim. Tal normatização deu a cada uma dessas variedades atributos característicos, documentáveis e visualmente reconhecíveis, e permitiu que os novos Estados Nacionais se institucionalizassem (inclusive) por meio de práticas ensinadas e aprendidas que logo viriam a tornar-se valores. A especiação linguística em processo foi estimulada pela emergência de novas forças políticas; e essas forças políticas foram solidificadas pela oficialização das novas espécies linguísticas (dentre outros fatores). Mais do que um instrumento político ou um sintoma da especiação linguística, a criação de ortografias românicas foi um fenômeno que emergiu da interface entre esses dois campos de atividade humana.

A pergunta que resta responder é: por que, especificamente entre os séculos XII e XIII, os vernáculos ibéricos foram convencionalizados em uma forma escrita que extrapolava os limites da literatura? Se eles já eram modos eficazes de comunicação oral, e a comunicação escrita não-literária era toda efetuada em latim (reformado ou não), qual foi a compensação do trabalho de estabelecer ortografias para os vernáculos? Qual a motivação histórica e política para isso? Wright (1982) responde: os Estados Ibéricos, nos séculos XII e XIII, não podiam dar-se ao luxo de manter a comunicação escrita limitada àqueles indivíduos que dispunham do tempo e dos meios para estudar latim. A Reconquista avançava a passos largos, e fornecia novos territórios aos reis cristãos. Tais territórios precisavam ser administrados. Novas instituições e posições precisavam ser criadas e ocupadas, e a maior parte do trabalho atribuído a seus ocupantes era de leitura e preparação de documentos, atividades que exigiam mais do que um domínio parcial da palavra escrita, e menos do que conhecimentos de escansão e exegese. Além disso, havia um bom número de cristãos falantes de vernáculo românico e alfabetizados em árabe vivendo nos territórios “reconquistados”. Era mais fácil ensinar a esses indivíduos já alfabetizados (e mesmo aos analfabetos que cumpriam os outros requisitos exigidos pelas posições burocráticas em questão) formas escritas das variedades

³⁰ O autor prefere tratar dessa área específica da Europa romanizada devido à abundância de documentos que flagram o processo em questão. Trata-se de uma continuidade da sua análise do estilo notarial ibérico de escrita, abordada mais acima neste capítulo.

ibéricas, do que ensinar-lhes as convenções latinas. Estas não somente estavam distantes dos hábitos comunicativos orais que praticamente todos compartilhavam, mas agora eram também artificiais, graças a Alcuíno, Gregório VII e seus aliados (pp. 213-220).

Nesse ponto, unem-se novos elos importantes à cadeia de interações comunicativas concretas que culminou na especificação dos romances. Estes já eram reconhecidos como vernáculos categoricamente distintos do latim eclesiástico, embora as distinções dos romances entre si ainda não fossem necessariamente reconhecidas da mesma maneira. Podiam assumir forma escrita em produções artísticas, e tais produções refletiam assistematicamente diferenças geográficas, estilísticas e de classe entre variadas linguagens. As necessidades administrativas que se impuseram aos Estados Ibéricos durante os séculos XII e XIII foram pressões ecológicas que influenciaram os governantes e seus subordinados a criar sistemas de ensino que disseminassem entre os notários e outros burocratas técnicas de escrita que representassem os vernáculos locais. Essas técnicas beberam tanto da fonte dos experimentos artísticos com a escrita vernácula quanto da fonte dos hábitos comunicativos que haviam emergido do trabalho dos notários ao longo de séculos – hábitos estes que, conforme discutido acima neste capítulo, muitas vezes divergiam sensivelmente das convenções de escrita latina tradicionais. Os burocratas sentiam as pressões ecológicas que os estimulavam a empregar tais técnicas inovadoras de escrita, como ferramentas essenciais ao seu trabalho cotidiano. Assim, foi se sedimentando um conjunto de padrões linguísticos comunais, atingidos por acomodação idioletal: os documentos produzidos com técnicas de escrita vernácula eram usos linguísticos cuja eficácia dependia da interação, das relações entre escrita e leitura, que motivavam replicação de variantes.

Nos séculos seguintes, como havia interesse dos governantes em fomentar esse processo de sedimentação, para fortalecer o valor simbólico das novas línguas nacionais, tais hábitos comunais de escrita foram oficializados em documentos que sistematizaram as novas ortografias românicas. Esse último elo foi acrescentado à cadeia primeiramente na Espanha, com a gramática de Nebrija, em 1492. Logo, os outros romances chegariam a tal estágio de especificação. Mas é claro que o processo não correu linearmente, em etapas bem comportadas. O desenvolvimento gradual de novos sistemas de escrita faz com que muitos textos ibéricos datados dos séculos XII e XIII permaneçam em uma terra de ninguém entre as fronteiras do latim vernacularizado e do vernáculo latinizado. Vale a pena examinar um caso dessa zona de transição.

Emiliano (2003) aponta a existência de uma produção textual em português primitivo,³¹ documentada desde 882, na qual a vernacularização da escrita já é perceptível como tradição entre os escribas (p. 205). As convenções escritas da língua portuguesa, que estariam consolidadas apenas no Renascimento, são um legado dessa tradição. Mas também se opõem parcialmente a ela, por influência das Reformas Gregorianas, que deram origem a diversas soluções de representação gráfica. Tais convenções foram desenvolvidas ao longo do século XII, provavelmente estabilizando-se a partir de um estado de diversidade ortográfica do qual pouca documentação resta. O processo de sua estabilização e consolidação numa nova norma de escrita deve ter implicado, em determinada altura, uma decisão explícita de alguém, no sentido da oficialização dessa norma em ruptura com a tradição precedente (p. 207). Tal modalidade foi inicialmente empregada para notas e rascunhos, e apenas no século XIII atingiu estatuto oficial de ortografia.

Como exemplo, Emiliano (2003) apresenta o testamento de Pedro Fafes, um documento notarial de 1210 que, excepcionalmente, sobreviveu em duas versões. Uma delas é muito romanceada, com soluções gráficas claramente portuguesas, e parece ter sido uma versão preliminar do texto. A outra é ligeiramente mais extensa, de características latinas mais pronunciadas, com ausência geral de grafias inovadoras, e caráter dispositivo mais acentuado. A natureza dispositiva a que o autor se refere é marcada por duas estipulações finais que conferem a dois indivíduos específicos a responsabilidade de fazer valer o testamento. Na comparação do provável rascunho com a suposta versão final, a latinização intencional desta é visível principalmente em:

- apagamentos de artigos definidos (*hocasal* torna-se *casale*);
- representação de ditongos tipicamente portugueses como dígrafos (*cedofeita* torna-se *cedofecta*);
- inclusão de L e N intervocálicos que não eram então pronunciados (*moesteiro* torna-se *monastíí*, *daheste* torna-se *daliste*);
- substituição de Z como representação das africadas alveolares por C ou L (*poboazõ* torna-se *poboacion*, *fafiz* torna-se *fafila*);
- desvozeamento de oclusivas intervocálicas (*riba* torna-se *rippa*);
- adição de E a AL e ON finais (*anal* torna-se *anale*, *simeõ* torna-se *symeone*);
- uso da preposição “ad” ao invés de “a”;

³¹ O autor é adepto da hipótese do monolinguismo complexo, e usa a expressão “português primitivo” em sentido lato, referindo-se ao conjunto fluido de variedades de latim que eram mais empregadas no extremo oeste da Península Ibérica e mais reconhecidas como características de lá.

- aumento da frequência de T final como marca de terceira pessoa verbal (*habea* torna-se *habeat*);
- inclusão de palavras tipicamente latinas (*alia, interim, peccaminu* etc.).

Ainda assim, Emiliano afirma não ser possível atestar que o rascunho esteja escrito em português, pois muitas partes dele são sequências totalmente latinas (p. 203).

Considerado o cenário provável de um escriba tomando nota do testamento conforme era oralmente esboçado por Pedro Fafes, e posteriormente produzindo um documento oficial a partir de tal rascunho, é significativo que latinismos tenham sido usados no próprio rascunho. Isso significa que, embora o vernáculo fosse bem diferente do latim formalmente aprendido na época, ainda era, muitas vezes, mais fácil escrever em latim o que era dito em vernáculo do que escrevê-lo em ortografia românica. O motivo é que a ortografia românica estava ainda em meio a seu processo de convencionalização. Provavelmente, em diversas ocasiões, o escriba se defrontava com construções linguísticas que jamais havia aprendido a escrever em latim, por serem tipicamente empregadas em modalidade oral e, portanto, não fazerem parte das convenções mais disseminadas de escrita. Caso nenhuma ortografia oficial reconhecida por tal escriba desse uma solução ao problema, a solução seria improvisar com base em uma coleção assistemática de hábitos de trabalho.

Estudando a nebulosa zona de transição em que o documento se encontra, Emiliano (2003) considera relevante que as convenções de escrita sejam estudadas quantitativamente, de maneira a possibilitar a diferenciação entre latim (em estilo notarial) e português no final do século XII e início do XIII. Seria importante, segundo o autor, a elaboração de algum tipo de método algorítmico que permitisse ao linguista isolar e computar os traços de latinidade e romanidade de um texto e, a partir da comparação dessas quantidades, determinar se ele foi escrito em latim ou português (p. 205). Para uma concepção ecoevolucionária de língua, tal proposta de pesquisa não se justifica. Os parágrafos seguintes mostrarão por quê.

Esse interesse acadêmico pela quantificação parte do seguinte questionamento: como o leitor proficiente em português reconhece esta língua nos documentos do período em questão, incluindo ambas as versões do testamento?³² Que o português é reconhecível, é obviamente verdade, mas a ciência não é feita de truísmos. Se a distinção entre latim e português for considerada relevante, torna-se dever do linguista investigar, no mínimo, os processos cognitivos que tornam possível o reconhecimento da distinção. Se esta for considerada independente da cognição, um “fato do mundo”, estará imposto o dever de incluir

³² Assim como no testamento de Afonso II e na notícia de torto, os documentos do mesmo período que, ao menos até recentemente, competiam pelo título de primeiro texto escrito em português.

no programa de pesquisa da linguística o estabelecimento de critérios mensuráveis que possam indicar, para cada texto existente, qual é latino e qual é português, e que possam também fazer previsões gerais. Qual seria a frequência crítica de artigos e preposições, de ausência de declinação, de ordem SVO, de conjugação perifrástica de futuro, de opções ortográficas não-clássicas, em números, que definiria a fronteira entre essas duas línguas?

Esta pode parecer uma questão ociosa, afinal, o português *está lá*, nos textos, visível a qualquer um. Mas a verdade é que ele somente será visível a olhos acostumados a reconhecer português como não sendo latim. Existe alguma garantia de que um indivíduo que seja falante nativo de bahasa indonésia e que domine o alfabeto latino, mas que não tenha contato cotidiano com outras línguas, possa diferenciar tão prontamente um texto latino de um português (ainda que este seja da autoria de Antonio Candido, e aquele, de Cícero)? As evidências de que há uma diferença entre essas formas de escrita são reais, mas o reconhecimento de tais evidências depende de processamento cognitivo, o qual, a partir de certo grau de recorrência, torna-se intuitivo, automático e investido de uma aparência de naturalidade. Visto isso, o mais provável é que as quantidades de traços que distinguem uma língua da outra venham a ter valores diferentes para cada leitor individual, e possam até mesmo variar de uma leitura para outra, por parte de um mesmo indivíduo. Ainda que diferenças entre formas de escrita sejam perceptíveis e identificáveis, seu reconhecimento e interpretação como indício de distinções entre línguas independentes não são automáticos. A fronteira entre textos escritos em latim e textos escritos em português não apenas é gradiente, mas sequer pode ser considerada um “fato do mundo”, independente da percepção dos leitores. Ela é fixada, antes de tudo, por convenções (culturais, políticas, interacionais e psicológicas tanto quanto gramaticais, lexicais ou gráficas). E a questão de como essas convenções foram e são estabelecidas, historicamente, por atos políticos e transformações culturais, não é ociosa.

A diferença entre latim, espanhol e português é hoje intuitivamente reconhecível na maioria das situações relevantes encaradas por pessoas que empregam alguma dessas variedades cotidianamente.³³ Esse fato, e não um suposto conjunto de traços linguísticos mensuráveis, é o que torna a distinção conceitual entre essas línguas útil e real, assim como seus próprios nomes individuais: eles expressam um entendimento comum de como funciona

³³ O que quer dizer que a significativa parcela da população luso e hispanófono que nunca teve contato com latim não pode reconhecê-lo como tal, embora seja capaz de notar que não se trata da língua que reconhece como sua. E nas zonas geográficas de fronteira, em que português e espanhol tornam-se particularmente próximos, a distinção entre eles será também muito menos clara.

o mundo e de quais entidades o compõem. Um mundo diferente, entretanto, não comportava tais nomes e distinções: ao menos antes do século IX, latim e romance(s), em suas inumeráveis variedades, eram todos denominados simplesmente “língua” ou “palavra”, ou “falar” por aqueles que os empregavam. Entre os séculos XII e XIII, nasce o interesse social em uma ortografia portuguesa, mas ela ainda está em construção nesse período, sendo, portanto, necessariamente instável. Como o próprio Emiliano (1991) atesta, o estilo notarial de latim era uma coleção assistemática, porém funcional, de convenções de escrita cuja finalidade era representar a língua em uso em uma forma ao mesmo tempo suficientemente oficial e suficientemente inteligível para servir às necessidades administrativas do momento histórico (pp. 234-235). Será relevante a busca por uma sistematização quantitativa daquilo que era, em sua essência, assistemático? Ao menos de um ponto de vista ecoevolucionário, a proposta computacional de Emiliano é contraproducente. Os traços linguísticos perceptíveis por indivíduos modernos como característicos de português ou latim misturavam-se na escrita da Baixa Idade Média porque o processo de especiação do português a partir do latim e em oposição ao espanhol³⁴ não estava ainda concluído, e isso é o que importa dizer sobre os textos do período como um conjunto.³⁵ Caso estruturas lexicais e gramaticais sejam adotadas como critérios para diferenciação de línguas, português e espanhol podem ser considerados uma só língua, em oposição a quimbundo, por exemplo.

A real diferença entre tradução e transposição ortográfica está nos fatos políticos e culturais que definem cada um desses procedimentos: o português se constituiu como não-espanhol devido ao poder que o Condado Portucalense foi capaz de exercer, a partir de sua independência, para manter-se politicamente autônomo e influenciar, por meio de educação formal, seus habitantes (e todos os indivíduos que com eles conviviam) a reconhecer a língua que empregavam como português, e não espanhol.³⁶ Segundo Wright (2000), os substantivos *castellano*, *portugués* etc. não estavam em uso pelo menos até o final do século XIII (p. 232). A ideia de que diferentes maneiras de escrever romance eram na verdade línguas separadas foi deliberadamente reforçada desde o século XIII, como um aspecto da ideia, cada vez mais predominante, de que os reinos ibéricos eram países diferentes. E a autonomia de tais países tanto categoriza os textos da época quanto é fabricada por eles. As fronteiras geopolíticas não

³⁴ Que dizer, então, do galego, do catalão etc.?

³⁵ Evidentemente, o estudo de cada texto *per se*, como indício de um idioleto, traz possibilidades muito maiores de pesquisa.

³⁶ Esse projeto de consolidação da língua portuguesa, em seu período inicial (séculos XIII a XVI), certamente nada tem a ver com o tipo de identidade nacional que existe hoje. Tal identidade é um fenômeno que se inicia no século XIX ou apenas um pouco antes. Não se trata aqui da construção de um imaginário nacionalista romântico, mas do estabelecimento dos Estados Nacionais como forças político-econômicas.

coincidirão necessariamente, em correspondência biunívoca, com um conjunto de propriedades gramaticais e lexicais que definam uma língua particular em oposição a todas as outras.

Passado o século XIII e o seguinte, as ortografias românicas estão suficientemente fixadas como hábitos linguísticos compartilhados por certas populações para que o processo de especiação possa ser considerado concluído. A partir do século XV, proliferam as gramáticas, como sínteses normativas de um estado de normalidade já atingido. Elas são documentos históricos que evidenciam a estabilização das distinções entre línguas românicas. Tais documentos, contudo, pertencem a um universo social restrito, habitado pelas elites. Eles refletem uma consciência metalinguística das fronteiras categóricas entre línguas que não necessariamente era partilhada pela massa de interactantes. A influência de gramáticas normativas sobre esse setor majoritário da população começará a ser sentida, o mais cedo, no século XIX, com as primeiras tentativas incipientes de universalização da educação formal – tentativas estas que só muito recentemente obtiveram êxito no mundo eurocêntrico.

Ou seja, o processo de especiação das línguas românicas precisa ser encarado de dois ângulos diferentes. Por um lado, um acúmulo histórico de interações específicas, cada uma provocando novas acomodações entre os hábitos linguísticos dos indivíduos envolvidos, respondendo a uma multiplicidade de pressões ecológicas, levou à emergência de padrões comunicativos compartilhados.³⁷ Tais padrões tendiam a agregar-se em blocos geograficamente reconhecíveis, mas esses blocos nunca tiveram fronteiras bem definidas nem se mantiveram estáticos: eram fluidos, ubiquamente variados e mutantes, de modo que toda comunicação, ocorrida internamente a um bloco ou não, dependia da administração da inteligibilidade mútua *in situ*. Desse ponto de vista, aprofundado por Mufwene (2008), a especiação das línguas românicas nunca resultou em distinções absolutas e nunca foi concluída: ela é um movimento constante, que ainda ocorre no presente. O próprio Mufwene, contudo, afirma que a especiação e nascimento de uma língua é um fenômeno identificado *post factum*, a partir do momento em que uma população particular de idioletos passa a ser considerada significativamente diferente de outras populações (p. 15).

³⁷ Dentre as pressões ecológicas relevantes, incluem-se: o cosmopolitismo do Mundo Romano; a paroquialização da Alta Idade Média; os movimentos migratórios; o estabelecimento e desagregação de comunidades; os contatos com línguas germânicas, semíticas, eslavas e com o grego; as consequências indiretas de fatos políticos como os estudados neste capítulo para os padrões de interação entre indivíduos e para a percepção que tinham de como se comunicavam; as criações culturais, tanto eruditas como populares; quicá até mesmo condições de alimentação, de clima e de trabalho que atuavam sobre os indivíduos.

É essa outra perspectiva sobre a questão (da especiação dos romances) que permite a aproximação aqui proposta entre as idéias de Mufwene e as de Wright. Do ponto de vista da consciência metalinguística – motivada por atos políticos específicos, disseminada por meio de interações comunicativas direcionadas a fins, reservada durante muito tempo às elites, mas modernamente exercendo influência indireta por meio da educação formal universal – a especiação das línguas românicas está concluída (ao menos em suas formas europeias normatizadas). Isso não significa que cada interactante leve em consideração a identidade categórica da língua que fala em cada situação de comunicação em que se envolve. Na maior parte do tempo, o uso linguístico é ação, efetuada de maneira quase automática e sem necessidade de reflexão. As diferenças entre as línguas românicas, contudo, se fazem ver em situações de contato, e estão também introjetadas nos padrões culturais que, embora indiretamente, influenciam o comportamento dos indivíduos. Assim sendo, encarar as línguas românicas como espécies tem utilidade epistemológica, fornecendo ao linguista categorias úteis ao seu trabalho investigativo – e simultaneamente prevenindo o linguista contra a tendência a encarar tais categorias como entidades monolíticas: elas são espécies, agrupamentos heurísticos e dinâmicos de idioletos variados e mutantes.

Desse ponto de vista, as línguas românicas existem conforme são percebidas como línguas pelos indivíduos que com elas têm contato – usando-as ou convivendo com elas mesmo sem usá-las. Em sua materialidade lexical e gramatical, nos padrões segundo os quais são usadas, essas línguas não têm cada uma a sua identidade categórica, pois a variação linguística é ubíqua desde o nível idioletal até o comunal mais amplo, e as fronteiras são sobrepostas e fluidas. Tais línguas existem, portanto, como hábitos, recorrências reconhecíveis e padrões emergentes de acomodação dos usos linguísticos empíricos, ocorridos em situações de comunicação específicas. Como categorias, elas são artifícios da mente, possíveis apenas a partir do momento histórico em que fatos políticos e culturais criaram uma ecologia propícia à diferenciação e denominação de línguas. Afinal, quando o assunto é língua, “é o ponto de vista que cria o objeto” (Saussure, 2010: 15). Foi o ponto de vista sobre a linguagem adotado coletivamente pelas populações da Europa ao longo de toda a Idade Média que deu à luz as línguas românicas como as conhecemos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo pelo qual as diversas línguas românicas nasceram a partir do latim já atraiu bastante atenção da comunidade acadêmica. Estudos filológicos tradicionalmente descrevem esse processo da seguinte maneira.

- Desde a formação dos padrões linguísticos romanos (século IV a.C.), havia um falar caracteristicamente popular e coloquial, denominado latim vulgar. Ele nunca foi suplantado pela sua contraparte culta, que se desenvolveu principalmente entre os séculos II a.C. e II d.C., a partir de uma infraestrutura cultural sólida.³⁸ A partir do século III, contudo, a solidez dessa infraestrutura foi fraquejando, e a influência normatizadora do latim culto sobre o vulgar foi também se enfraquecendo. O vulgar, quase exclusivamente falado, foi se distanciando progressivamente das convenções latinas observáveis no cânone de obras escritas que foram preservadas até o presente. Portanto, as características desse latim vulgar são conhecidas apenas por hipótese, a partir da análise filológica de fragmentos, de evidências indiretas e de reconstrução (Jordan & Manoliu, 1972: 12 e 34 e Varvaro, 2013: 8-9 e 24).

- A partir do final do século III, partes do Império Romano foram sendo conquistadas por tribos germânicas. Os conflitos militares e a nova ordem política e cultural trazida pelos conquistadores levaram ao colapso da organização centralizadora imposta por Roma sobre o território imperial. A infraestrutura cultural latina decadente desintegrou-se, as oportunidades de deslocamento de pessoas e bens a grandes distâncias com segurança foram bloqueadas e o poder político compartimentou-se e simplificou-se nas mãos de senhores locais, prescindindo da maioria das instituições administrativas imperiais. Essa catástrofe histórica teve como consequência o isolamento de pequenas comunidades romanizadas umas das outras, o que fomentou a evolução do latim vulgar praticado em cada uma delas em uma direção independente (Jordan & Manoliu, 1972: 40).

- Os muitos dialetos de latim vulgar se diferenciavam e se diferenciaram ainda mais durante a Alta Idade Média em virtude dos diferentes contatos que estabeleciam com outras línguas. Já desde as conquistas romanas da Ibéria e da Gália, iniciadas nos últimos anos do século III a.C., houve intercâmbio do latim com substratos célticos. Conforme as tribos

³⁸ Essa infraestrutura se fundamentava sobre a riqueza proveniente de uma economia expansionista bem-sucedida até o século II, e incluía: a importação de escravos e livros cultos (principalmente gregos); as condições materiais para que novas obras fossem publicadas, consumidas e discutidas com facilidade; a instauração de escolas e de instituições administrativas e burocráticas que demandavam produção de documentos; o regime de governo baseado nos debates senatoriais e de outras assembleias; assim como a manutenção dos privilégios de uma classe dominante que podia dedicar-se ao ócio criativo e à fruição cultural da moda.

germânicas se instalavam, suas línguas se constituíam em superstratos. E outras línguas, como as eslavas, o árabe e o grego, se constituíram em adstratos para o latim. Em cada região da Europa romanizada, esses contatos se deram à sua maneira, e influenciaram a diversificação do latim vulgar até que este tivesse se transformado nas línguas românicas (Sala, 2013: 192).

- Concomitantemente, o latim culto, embora degradado pela ausência da infraestrutura cultural romana que o vivificava, foi parcialmente preservado pelo trabalho erudito da Igreja. Os eclesiásticos de maior instrução formal comunicavam-se em latim entre si, ao invés de empregar os vernáculos vulgares. Isso criou, durante a Idade Média, uma situação de bilinguismo societário: a elite cultural eclesiástica usava cotidianamente o latim culto, que era incompreensível à massa populacional; esta se via limitada ao emprego dos vernáculos, que estavam passando do estatuto de dialetos do latim vulgar ao estatuto de romances. Segundo alguns autores, a situação era de trilinguismo societário, pois existia uma classe média cultural, formada por burocratas. Eles faziam uso de uma forma escrita de latim, em documentos notariais, que era culta demais para ser vulgar e vulgar demais para ser culta (Frutos, 2012: 1).

Esse é o ponto de vista filológico tradicional sobre o nascimento dos romances e sua convivência com o latim, língua-mãe ainda viva, durante a Idade Média. Já no campo da linguística, a hipótese predominante sobre esse assunto, ao menos desde a década de 70, interpreta de maneira diferente alguns aspectos cruciais do processo. Segundo essa perspectiva, durante a Alta Idade Média, não havia bilinguismo ou trilinguismo societário, mas sim diglossia. Os falantes consideravam uma só língua aquilo que de fato era um conjunto de variedades de latim distintas o suficiente para impedir intercompreensão. A variedade escrita gozava de prestígio e uma norma oficial secundada pela tradição literária. Ela era considerada adequada a situações formais, e por isso, seu léxico estava provido de termos técnicos e palavras vistas como mais sofisticadas. Essa variedade, contudo, não era adquirida como língua oral nativa por ninguém, mas somente aprendida como parte da instrução formal de uma elite. Todas as outras variedades eram exclusivamente orais, e encaradas como formas baixas de latim – ou sequer tinham sua existência reconhecida – devido à estrutura sociocultural da época. Em certo momento da história, contudo, reformas políticas e culturais contribuíram para modificar a percepção das pessoas envolvidas nesse estado de diglossia: latim e romances passaram a ser vistos como línguas distintas, cada um com uma modalidade oral e uma modalidade escrita próprias, todas sujeitas a variação diafásica interna (Ferguson, 1959 e Lüdtke, 1964) .

Tanto a hipótese de bilinguismo ou trilinguismo societário quanto a de diglossia se baseiam em generalizações que simplificam a complexidade e o dinamismo inerentes ao processo histórico em questão. Essa simplificação é válida porque baseada em princípios confiáveis de análise científica, que demandam a redução dos dados concretos para que seja possível a elaboração de generalizações. Contudo, este trabalho busca uma proximidade maior com a realidade empírica do uso linguístico, em toda a sua fluidez e multiplicidade, aberto como é a inúmeras influências de natureza psicossocial e biofísica. O objetivo central da presente pesquisa é fazer uma contribuição epistemológica aos estudos científicos sobre o nascimento das línguas românicas, no sentido de desdobrar a discussão sobre o tema por meio da exposição de elementos importantes do processo histórico concreto que foram ignorados por análises mais simplificadoras. Para tanto, foi adotada uma concepção de língua sociolinguística e ecoevolucionária.

Tal concepção de língua, proposta por Mufwene (2008), parte do idioleto como unidade básica de análise. Para que o uso linguístico possa ser examinado em sua realidade concreta, é preciso atentar às maneiras particulares como cada indivíduo se comunica. São esses modos específicos de engajamento do indivíduo em interação linguística com outros indivíduos que efetivamente constituem a materialidade empírica da língua em uso. Tais especificidades materiais são fabricadas *ad hoc e in situ* a cada interação, e somente se tornam sistemáticas devido às recorrências com que o indivíduo se defronta a cada nova situação de comunicação. Circunstâncias percebidas como semelhantes motivam comportamentos linguísticos semelhantes, ocasionando a emergência de padrões. Tais padrões são nada mais do que circunstanciais, sempre flexíveis e mutantes, dado que as situações de interação, por mais recorrentes que pareçam, nunca são idênticas, e os padrões linguísticos precisam adaptar-se constantemente a suas transformações. Ou seja, cada idioleto está sob influência permanente, porém dinâmica, do meio ambiente no qual existe. Pressões ecológicas são exercidas tanto pela conformação particular do próprio idioleto, com cada forma linguística influenciando todas as outras, como também pela realidade psicossocial e biofísica na qual se insere o indivíduo, realidade esta que ele inevitavelmente incorpora a sua maneira de ser (pp. 15-21).

As pressões ecológicas atuam diferencialmente sobre os elementos linguísticos de um idioleto, porque cada um desses elementos é inerentemente variável. Idioletos não são formados por formas ou regras fixas (fonológicas, lexicais, morfossintáticas, semântico-pragmáticas), mas sim por variáveis linguísticas potenciais, que são concretamente atualizadas como múltiplas variantes em múltiplos momentos. Cada variante se diferencia das

outras por traços (fonológicos, lexicais, morfossintáticos, semântico-pragmáticos) que respondem de uma ou outra maneira a cada uma das pressões ecológicas em ação sobre uma interação a cada momento específico. Algumas variantes são, portanto, mais adequadas do que outras a determinado contexto, e conforme o contexto se modifica, modificam-se também os graus de adequação. Esse equilíbrio fluido de forças coloca as variantes que fazem parte de um idioleto em competição: pressões ecológicas específicas levam uma ou outra variante de uma variável a ser selecionada para uso a cada momento. Quanto mais frequentemente dada variante “vencer” a competição e for selecionada para uso, mais arraigada ficará no idioleto, estando assim mais disponível para novos usos. É por esse mecanismo que os idioletos tornam-se internamente sistemáticos: hábitos e padrões comunicativos emergem da própria dinâmica complexa do uso linguístico (p. 4).

Hábitos e padrões comunicativos não se limitam, contudo, à organização interna de cada idioleto. A meta de qualquer interação linguística é possibilitar algum tipo de ação conjunta, seja realizar um trabalho físico, compartilhar informações ou lidar com relações pessoais ou políticas (harmônicas ou hostis). Ou seja, é preciso que os interactantes compreendam um ao outro em algum nível, de balde as diferenças constitutivas entre seus idioletos únicos. Da perspectiva aqui adotada, a compreensão mútua não é um pressuposto ou ponto de partida para o uso linguístico, mas sim uma construção trabalhosa realizada a cada nova interação. Essa construção se processa por replicação imperfeita de variantes linguísticas. Um indivíduo que se defronta com outro e procura comunicar-se é exposto a comportamentos linguísticos que fazem parte dos hábitos característicos do idioleto desse interlocutor. No esforço para administrar algum nível de compreensão, cada interactante procura então imitar, até certo ponto, a maneira como o interlocutor se comunica, para fazer-se entender – e entendê-lo melhor. Interactantes que se comunicam com frequência replicam elementos suficientes dos idioletos uns dos outros para que ocorra uma acomodação idioletal: os padrões comunicativos que empregam vão se tornando mais e mais semelhantes. Nunca chegam, entretanto, a tornar-se iguais, nem a fixar-se em uma forma definitiva, devido às pressões sempre diversas da ecologia. Cada indivíduo é composto por um acúmulo de experiências, linguísticas e de outras ordens, que molda seu idioleto, dá forma específica a cada variante que participa dele e, assim, torna a replicação de variantes alheias necessariamente imperfeita. E cada nova interação é uma nova experiência, que exercerá sua própria influência sobre o idioleto em questão, modificando-o de novo e de novo. A evolução é constante, e alimenta a própria variação linguística que dá origem à evolução (pp. 18-23).

É desse modo que as línguas comunais emergem do acúmulo histórico de interações linguísticas entre os membros de uma comunidade. Elas são como que espécies formadas por organismos idioletais: cada um destes tem sua unidade individual, e apenas as semelhanças parciais que são percebidas entre eles conferem unidade ao grupo. Tal unidade é pouco mais do que um constructo do ponto de vista de quem observa os fenômenos linguísticos, e assim sendo, fundamenta-se principalmente sobre instituições culturais e políticas. O nascimento e a morte das línguas são fenômenos dilatados e graduais, concluídos apenas *post factum*, quando novas denominações são criadas pelos interactantes para categorias linguísticas que, na verdade, estão sempre em movimento. Isso é particularmente verdadeiro quando há especiação, processo pelo qual uma língua divide-se em várias. No caso das línguas românicas, o processo de especiação deu-se da seguinte maneira (pp. 14-16).

Os padrões linguísticos comunais que dariam origem aos diversos romances se desenvolveram, durante a Antiguidade, em um meio ambiente de intenso intercâmbio cultural, ou seja, de abundantes interações comunicativas entre indivíduos cujos idioletos eram marcadamente distintos. Alguns dos fatores ecológicos mais relevantes para o estabelecimento dessa situação, motivados principalmente pela economia expansionista de Roma, estão listados abaixo.

- No exército, conviviam romanos, indivíduos recrutados nas colônias e soldados germânicos que se haviam alistado por vontade própria. Eles precisavam interagir cotidianamente. A composição do exército estava sempre se renovando, e as tropas moviam-se com frequência, intensificando os contatos linguísticos (Campbell, 1996 e Jordan & Manoliu, 1972: 21-23).

- A administração de territórios conquistados exigia comunicação entre os oficiais romanos e indivíduos nativos dos mais diversos territórios. Essa administração era basicamente voltada à exploração econômica, enquanto que a autoridade mais local e cotidiana permanecia nas mãos de elites locais. Tais elites, contudo, eram encorajadas a adotar a cultura romana, que lhes conferia um prestígio politicamente útil. Muitos indivíduos desses grupos, portanto, se esforçavam para adquirir hábitos linguísticos caracteristicamente latinos (Adams, 2004: 290; Jordan & Manoliu, 1972: 23-25 e Varvaro, 2013: 9).

- O grego foi talvez a única língua comunal a ser reconhecida como igual em dignidade, ou até superior ao latim. Autores romanos incorporavam intencionalmente a suas obras literárias e retóricas variantes linguísticas caracteristicamente helênicas (e o inverso também ocorria). O grego entrou na moda, embora com sérias objeções por parte de muitos indivíduos. Nos territórios já helenizados que Roma conquistou, idioletos mais tipicamente

gregos e idioletos mais tipicamente latinos conviviam diariamente, e também se desenvolviam idioletos mesclados (Adams, 2004).

- A circulação de escravos por todo o mundo romano levava indivíduos das mais diversas origens a comunicar-se com interlocutores que empregavam idioletos diferentes (Adams, 2004: 761-762).

- Quando havia colonização de territórios conquistados, grupos de colonos traziam seus idioletos para regiões onde predominavam padrões linguísticos distantes deles (Jordan & Manoliu, 1972: 21-22).

- O sistema viário e a *pax romana* permitiam o deslocamento de pessoas e bens por grandes distâncias, facilitando intercâmbios culturais (Varvaro, 2013: 37-39).

- O cristianismo, adotando variedades de latim (primeiro, mais populares; depois, mais eruditas) como sua língua sagrada e disseminando-se por vastas regiões, fomentou ainda mais contatos linguísticos (Varvaro, 2013: 19).

- As tribos germânicas que conquistaram os territórios romanos na passagem da Antiguidade para a Idade Média trouxeram seus idioletos a uma convivência próxima com os idioletos latinos (Wartburg, 1971: 87).

Ou seja, o que tradicionalmente se denomina “latim”, no período anterior à Era Cristã e nos primeiros séculos desta, era uma multiplicidade de idioletos apenas parcialmente semelhantes e circunstancialmente sistemáticos, sujeitos a constante evolução a partir da replicação imperfeita de variantes ocorrida em interações comunicativas entre indivíduos de origens e hábitos diferentes. Esse estado de coisas se manteve, com algumas alterações, durante a Alta Idade Média. As conquistas germânicas da Itália, Gália e Ibéria provocaram o colapso da maior parte da infraestrutura romana dessas regiões. Embora isso não tenha isolado as comunidades ou impedido contato entre variedades linguísticas distintas, reduziu drasticamente o alcance e a frequência de interações entre membros de grupos diferentes. Essa paroquialização estimulou uma lenta dissimilação dos padrões comunicativos que caracterizavam os latins de cada região. Tal dissimilação, contudo, foi extremamente gradual e não chegou a ser percebida ou a causar dificuldades significativas de comunicação durante aproximadamente cinco séculos. Na Alta Idade Média, portanto, não havia na Europa romanizada bilinguismo (ou trilinguismo) societário, nem diglossia, mas sim um estado de monolinguismo complexo. Essa é a hipótese que guia as análises de Wright (1982).

Na Itália e na Gália, entre os séculos IV e IX, e até o século XII na Ibéria, a língua comunal usada em quase todas as situações de comunicação era o latim. Isso não significa que não houvesse diferenças entre a linguagem de uma região e a de outra, entre idioletos ou entre

estilos mais ou menos cultos ou formais. Essas diferenças estavam presentes, assim como outras, ligadas a grupos etários, estamentos, ocupações, características físicas dos indivíduos e uma infinidade de outros fatores ecológicos que tornavam a variação linguística interna ao latim extremamente complexa e dinâmica, sempre em movimento. Tratava-se de uma língua que nunca era igual a si mesma e, no entanto, era reconhecida como uma só pelos indivíduos que dela faziam uso. A percepção dos interactantes justificava a existência de uma só denominação para a multiplicidade de variedades fluidas com que se defrontavam todos os dias: latim. Havia clivagens sociais que impediam à massa populacional acesso à modalidade escrita; havia debates sobre o nível de sofisticação que dado discurso deveria assumir; mas não havia distinção categórica entre línguas, dialetos, estratos ou mesmo variedades linguísticas: só existia um latim, porque as pessoas só consideravam que existisse um, por mais multiforme que ele fosse. Isso se aplica inclusive às convenções de escrita, que não eram seguidas da mesma maneira por todos os escribas, e que tinham uma natureza predominantemente logográfica. As palavras, nas suas formas ortográficas estabelecidas pela tradição e pela instrução formal, eram reconhecidas como totalidades: sinais gráficos para itens lexicais inteiros, que eram quase sempre pronunciados de maneiras que não dependiam de relações biunívocas entre som e letra. Embora tais relações fossem conhecidas dos escribas e pudessem ser usadas eventualmente para resolver problemas específicos de elaboração textual, não eram elas que guiavam a leitura e a escrita. Havia maneiras convencionais de representar as palavras, e era dessas maneiras que a língua de todos os dias se fixava no papel (pp. 50-54 e 165-173).

A transformação ecológica que deu início a um dilatado processo de alteração desse panorama linguístico, processo este que culminaria na especiação dos romances, efetuou-se como parte do Renascimento Carolíngio do século IX. Nesse período, o Sacro Império Romano-Germânico consolidava seu domínio político sobre os territórios submetidos à sua coroa, e fazia isso em aliança com a Igreja, que dava sustentação cultural a esse domínio e, simultaneamente, estabelecia seu próprio poder temporal. Uma das estratégias institucionais empregadas para alcançar tais fins foi uma reforma linguística. Por meio da publicação de documentos, da criação de escolas, da discussão em concílios e da vigilância do clero, foi elaborada uma norma eclesiástica para o latim. Essa norma inicialmente se concentrava em regras para a leitura de textos sagrados em voz alta, mas expandiu-se até adquirir a feição de um ideal de latim “correto”, com prescrições para outros elementos da estrutura linguística (pp. 104-125).

As consequências da outorga dessa norma não foram imediatas nem radicais. Elas foram se espraiando progressivamente a partir de seu centro (espacial, político, cultural) por meio de interações comunicativas específicas entre indivíduos específicos que, sucedendo-se ao longo da história, levaram à emergência de novos padrões de comunicação. Dos luminares da Igreja e do Império aos administradores dessas instituições, destes aos clérigos em ofício, e destes (lentamente, ao longo de mil anos) à massa populacional, a relevância da norma eclesiástica reformada de latim foi sendo transmitida paulatinamente por meio de documentos oficiais, ordens, orientações, debates, aulas, hagiografias, manuais e da própria missa. E o que foi transmitido por meio de todas essas interações comunicativas não foram de fato regras claras a ser seguidas à risca, mas sim a percepção de que havia uma forma ideal de uso linguístico que precisava ser ativamente perseguida (no caso do clero) ou ao menos reconhecida, já que era impossível compreendê-la (no caso da esmagadora maioria analfabeta). Este fato, a incompreensibilidade radical do latim reformado pelos que não fossem formalmente instruídos em suas convenções artificiais, foi decisivo para a transformação ecológica que culminaria na especiação dos romances. Sendo a nova forma fundamentada sobre uma relação entre escrita e oralidade – a leitura de textos em voz alta – que modificava brutalmente a pronúncia das palavras e as relações entre tal pronúncia e sua grafia, não era mais possível ver numa página escrita em latim uma representação da fala vernácula, nem ouvir um enunciado oral adequado à norma e entendê-lo como se entendia a fala vernácula: tratava-se agora de outra língua, obviamente diferente. Essa foi a primeira cisão do processo de especiação: latim e vernáculo(s) passaram a ser categorias distintas.

Essa distinção, contudo, não se estabeleceu rapidamente. Nas terras do Sacro Império, todo o século IX, no mínimo, precisa ser considerado um período de gradual desenvolvimento desse reconhecimento de distinções – e na Ibéria, o latim reformado só chegaria no século XI, o que manteve o estado de monolinguismo complexo nessa região por bem mais tempo. Foram, mais uma vez, razões políticas ligadas à autoridade da Igreja que trouxeram a nova norma à Península. Os reinos ibéricos da época, tanto os cristãos quanto a região muçulmana, encontravam-se em permanente tensão política e competição pelo poder, com embates militares intermitentes. Nos anos 1060, Aragão e Leão lutavam diplomaticamente pelo apoio de Roma às suas respectivas pretensões políticas. Em 1068, o rei de Aragão tornou-se vassalo do Papa, e começou a fazer modificações nas instituições religiosas de seus domínios para melhor atender aos interesses centralizadores de seu novo suserano. Isso desencadeou um conflito de autoridades, entre a Igreja e os reis ibéricos, que se estendeu durante toda a década de 70 do século XI, até culminar, no ano 1080, nas Reformas

Gregorianas. Tais reformas versavam basicamente sobre assuntos eclesiásticos, como um tipo de meio-termo para o embate: o Papa renunciou a diversas ambições a poder temporal na Península, mas garantiu seu controle sobre as instituições religiosas. E uma dessas instituições era a língua sagrada, o latim que, na Ibéria, ainda se confundia com os falares do povo. A norma de latim eclesiástico reformado foi então imposta ao clero ibérico. E, mais uma vez, essa imposição se deu de maneira gradual, pelo acúmulo de interações comunicativas concretas entre indivíduos reais, ao longo de pelo menos todo o século XII (pp. 209-210).

Nesse século, contudo, já se havia disseminado pela Europa a ideia de uma escrita vernácula. As raízes dessa ideia podem ser traçadas até a França da passagem do século IX para o X, onde foram produzidos textos como os Juramentos de Estrasburgo e a Sequência de Eulália. Estes são dois exemplos de documentos escritos (o primeiro deles, apenas em um trecho) com o alfabeto latino usado de maneira inovadora em relação às convenções ortográficas tradicionais, em uma tentativa de imitar os sons da fala cotidiana. Ambos os documentos têm origem erudita: o autor dos Juramentos foi Nithard, cronista e diplomata da alta aristocracia, que circulava nos meios monásticos cultos da época; a Sequência provém da Abadia de Sant Amand, que era um dos maiores centros dessa cultura monástica. Ou seja, são obras que nasceram do engenho e da arte de indivíduos treinados no uso convencional do latim eclesiástico reformado e experientes na leitura e escrita de textos que davam as mais variadas aplicações eruditas a tais convenções. Os Juramentos, como obra retórica, e a Sequência, como literatura, são experimentos inovadores gestados por autores que tinham domínio das técnicas “corretas” de escrita, percebiam o abismo entre escrita e fala e se esforçaram por elaborar maneiras originais de escrever, ainda que apenas para os fins retóricos e literários imediatos que os ocuparam em certos momentos de suas vidas. Ou seja, foram justamente os artistas, os escritores criativos, quem primeiro reconheceram os potenciais do alfabeto latino para representar o(s) vernáculo(s) e tomaram a iniciativa de fazê-lo. A partir de então, as leituras de suas obras, as discussões que elas motivaram, as imitações por parte de outros autores foram outras tantas interações linguísticas que disseminaram a escrita vernácula pela Europa (pp. 122-135 e 144).

Os usos do alfabeto latino para representar a linguagem vernácula, entretanto, estiveram praticamente restritos aos meios artísticos, e eram por demais experimentais e assistemáticos para que se pudesse falar de uma ortografia românica até o século XIII. Paralelamente, os notários que usavam as convenções logográficas de escrita latina para realizar cotidianamente seu trabalho burocrático vinham desenvolvendo continuamente, havia séculos, uma série de hábitos linguísticos compartilhados, característicos de sua profissão e

eficazes em termos práticos, que se desviavam da norma eclesiástica reformada e se aproximavam em certos aspectos do(s) vernáculo(s). Essas duas séries de hábitos de escrita contribuíram para o prosseguimento da especiação das línguas românicas.

Entre o final do século XII e a primeira metade do XIII, o Reino de Castela reuniu sob seu domínio os outros reinos espanhóis e as terras conquistadas dos mouros. A manutenção da unidade desse Estado nascente exigia um trabalho administrativo e burocrático de larga escala, a ser realizado principalmente por meio da escrita. Tornou-se mais vantajoso ensinar convenções de escrita vernácula ainda em elaboração aos novos administradores e burocratas do que as convenções excessivamente complicadas do latim eclesiástico. Isso era verdadeiro especialmente porque muitos dos indivíduos qualificados para ocupar tais posições tinham hábitos linguísticos orais nativos românicos mas, tendo habitado os territórios mouros da Península, haviam aprendido a escrever em árabe; ou seja, precisavam ser “realfabetizados”, ao invés de alfabetizados pela primeira vez, e precisavam aprender a escrever aquilo que já falavam. Essa situação exerceu pressão ecológica para que fosse desenvolvida uma ortografia vernácula espanhola, e os interesses dos Estados Nacionais que se formavam em garantir autonomia uns diante dos outros levaram à elaboração de diferentes ortografias para diferentes vernáculos. Novamente, tratou-se de um processo histórico dilatado, composto por diversas interações comunicativas específicas entre indivíduos específicos. No século XV, já há reconhecimento explícito e documentado da existência do português, do espanhol, do francês e do italiano, na forma de gramáticas. As línguas românicas eram então espécies distintas (pp. 213-220).

Mas elas passaram a ser reconhecidas como espécies linguísticas distintas apenas porque os interactantes europeus da Baixa Idade Média e da Renascença foram gradualmente desenvolvendo consciência metalinguística dessa distinção categórica. Tal consciência foi motivada por fatos históricos específicos, de natureza política e cultural, que deram início a séries extremamente complexas de interações comunicativas concretas influenciadas por determinadas pressões ecológicas: o paroquialismo, a autoridade da Igreja, as necessidades administrativas de uso de convenções de escrita relativamente estáveis, a formação dos Estados Nacionais, além de diversos outros fatores mais circunstanciais. Essas pressões ecológicas criaram uma tendência (nunca hegemônica ou infensa a variação) ao reconhecimento da relevância de diferenças linguísticas coincidentes com certas fronteiras geográficas. Tal reconhecimento reforçava, como uma nova pressão ecológica, a tendência à acomodação interidioletal dentro dessas mesmas fronteiras, em oposição aos idioletos de estrangeiros. Por fim, as diferenças fizeram-se patentes, mas isso se deu principalmente

porque milhões de indivíduos acomodaram umas às outras suas percepções sobre o que eram suas línguas, ao longo de bilhões de interações. As diferenças reais entre as maneiras como os indivíduos que se consideram falantes de línguas românicas de fato se comunicam são muito mais múltiplas, complexas e dinâmicas.

REFERÊNCIAS

- Adams, J. N. (2004). *Bilingualism and the Latin Language*. Cambridge University Press.
- Baicchi, A. (2015). Complex adaptive systems: the case of language. *Construction learning as a complex adaptive system: psycholinguistic evidence from L2 learners of English*. Springer International Publishing, ch. 2.
- Banniard, M. (2013). The transition from Latin to the Romance languages. Maiden, M., Smith, J. C. & Ledgeway, A. (eds.). *The Cambridge history of the Romance languages: contexts*. II, 57-106.
- Bassetto, B. F. (2005). *Elementos de filologia românica*. São Paulo, Edusp.
- Beline, R. (2005). A variação linguística. Fiorin, J. L. (org.). *Introdução à linguística I: objetos teóricos*. São Paulo, Contexto.
- Blake, R. (1991). Syntactic aspects of Latinate texts of the Early Middle Ages. Wright, R. (ed.). *Latin and the Romance languages in the Early Middle Ages*. London/NY, Routledge, 219-232.
- Bueno, F. S. (1967). *Estudos de filologia portuguesa*. São Paulo, Saraiva.
- Campbell, B. (1996). *The Roman army, 31 bC - AD 337. A sourcebook*. London/NY, Routledge.
- Chomsky, N. (1995). *The minimalist program*. The MIT Press.
- Clark, H. H. (1996). *Using language*. Cambridge University Press.
- Coutinho, I. L. (1976). *Gramática histórica*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.
- Elia, S. (1974). *Preparação à linguística românica*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- Emiliano, A. H. A. (1991). Latin or Romance? Graphemic variation and scripto-linguistic change in medieval Spain. Wright, R. (ed.). *Latin and the Romance languages in the Early Middle Ages*. London/NY, Routledge, 233-247.
- Emiliano, A. H. A. (2003). Observações sobre a “produção primitiva portuguesa” a propósito dos dois testemunhos do testamento de Pedro Fafes de 1210. *Verba*, 30, 203-236.
- Ferguson, C. A. (1959). Diglossia. *Word*, 15, 325-40.

Fishman, J. A. (1967). Bilingualism with and without diglossia; diglossia with and without bilingualism. *Journal of social issues*, XXIII, 2, 29-38.

Frutos, A. M. (2012). El continuo diastrático de la espectroglosia latinorromance ibérica medieval. e-Spania. URL: <http://e-spania.revues.org/21093>; DOI: 10.4000/e-spania.21093.

Green, J. N. (1993). Representations of Romance: contact, bilingualism and diglossia. Posner, R. & Green, J. N. (eds.). *Trends in Romance linguistics and philology. Volume 5: bilingualism and linguistic conflict in Romance*. Berlin/NY, Mouton de Gruyter, 5-40.

Hauy, A. B. (1989). *História da língua portuguesa I: séculos XII, XIII e XIV*. São Paulo, Ática.

Heene, K. (1991). Audire, legere, vulgo: an attempt to define public use and comprehensibility of Carolingian hagiography. Wright, R. (ed.). *Latin and the Romance languages in the Early Middle Ages*. London/NY, Routledge, 146-163.

Hobsbawm, E. & Ranger, T. (1992). *The invention of tradition*. Cambridge University Press.

Hudson, A. (2002). Outline of a theory of diglossia. *International journal of the sociology of language*, 157, 1-48.

Iordan, I. & Manoliu, M. (1972). *Manual de lingüística románica*. Madrid, Gredos.

Janson, T. (1991). Language change and metalinguistic change: Latin to Romance and other cases. Wright, R. (ed.). *Latin and the Romance languages in the Early Middle Ages*. London/NY, Routledge, 19-28.

Janson, T. (2004). *A natural history of Latin*. Oxford University Press.

Kretschmar Jr., W. A. (2010). Language variation and complex systems. *American speech*, vol. 85, No. 3, 263-86.

Lloyd, P. M. (1991). On the names of languages (and other things). Wright, R. (ed.). *Latin and the Romance languages in the Early Middle Ages*. London/NY, Routledge, 9-18.

Lüdtke, H. (1964). Die Entstehung romanischer Schriftsprachen. *Vox Romanica*, 23, 3-21.

McKitterick, R. (1991). Latin and Romance: an historian's perspective. Wright, R. (ed.). *Latin and the Romance languages in the Early Middle Ages*. London/NY, Routledge, 130-145.

Mufwene, S. S. (2008). *Language evolution: contact, competition and change*. London/NY, Continuum.

- Pensado, C. (1991). How was Leonese Vulgar Latin read? Wright, R. (ed.). *Latin and the Romance languages in the Early Middle Ages*. London/NY, Routledge, 190-204.
- Rogers, C. J. (ed.). (2010). *The Oxford encyclopedia of medieval warfare and military technology*. I.
- Sala, M. (2013). Contact and borrowing. Maiden, M., Smith, J. C. & Ledgeway, A. (eds.). *The Cambridge history of the Romance languages: contexts*. II, 187-236.
- Sanson, H. L. (2013). The Romance languages in the Renaissance and after. Maiden, M., Smith, J. C. & Ledgeway, A. (eds.). *The Cambridge history of the Romance languages: contexts*. II, 237-282.
- Saussure, F. (2010). *Curso de linguística geral*. São Paulo, Cultrix.
- Silveira, S. (1972). *Lições de português*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal.
- Southern, R. W. (1953). *The making of the Middle Ages*. New Haven, Yale University Press.
- Teyssier, P. (2007). *História da língua portuguesa*. São Paulo, Martins Fontes.
- Uytfanghe, M. van. (1991). The consciousness of a linguistic dichotomy (Latin-Romance) in Carolingian Gaul: the contradictions of the sources and of their interpretation. Wright, R. (ed.). *Latin and the Romance languages in the Early Middle Ages*. London/NY, Routledge, 114-129.
- Varvaro, A. (1991). Latin and Romance: fragmentation or restructuring? Wright, R. (ed.). *Latin and the Romance languages in the Early Middle Ages*. London/NY, Routledge, 44-51.
- Varvaro, A. (2013). Latin and the making of the Romance languages. Maiden, M., Smith, J. C. & Ledgeway, A. (eds.). *The Cambridge history of the Romance languages: contexts*. II, 6-56.
- Vasconcelos, C. M. (1913). *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa, Dinalivro.
- Versteegh, K. (1992). The debate concerning Latin and Early Romance. *Diachronica*, IX, 2, 259-285.
- Viotti, E. C. (2013). Mudança linguística. Fiorin, J. L. (ed.). *Linguística? O que é isso?* São Paulo, Contexto, 137-180.
- Walsh, T. J. (1991). Spelling lapses in early medieval Latin documents and the reconstruction of primitive Romance phonology. Wright, R. (ed.). *Latin and the Romance languages in the Early Middle Ages*. London/NY, Routledge, 205-218.
- Wartburg, W. (1971). *La fragmentación lingüística de la Romania*. Madri, Gredos.

Weinrich, U., Labov, W. & Herzog, M. I. (2006). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo, Parábola.

Williams, E. B. (1961). *Do latim ao português*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.

Wright, R. (1982). *Late Latin and early Romance in Spain and Carolingian France*. Liverpool, Francis Cairns.

Wright, R. (1994). *Early Ibero-Romance: twenty-one studies on language and texts from the Iberian Peninsula between the Roman Empire and the thirteenth century*. Newark, Juan de la Cuesta.

Wright, R. (2000). The assertion of Ibero-Romance. *Forum for modern language studies*, 36, 230-240.